

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS  
LINGÜÍSTICOS

ELAINE CRISTINA MEDEIROS FROSSARD

ENTRECRUZAMENTO DE VOZES NA  
CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO: UM DIÁLOGO  
POSSÍVEL ENTRE BAKHTIN E DUCROT

VITÓRIA  
2008

ELAINE CRISTINA MEDEIROS FROSSARD

ENTRECRUZAMENTO DE VOZES NA CONSTITUIÇÃO DO  
DISCURSO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE  
BAKHTIN E DUCROT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos, na área de concentração Estudos sobre Texto e Discurso.  
Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Hilda de Oliveira Olímpio.

VITÓRIA  
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

F938e Frossard, Elaine Cristina Medeiros, 1985-  
Entrecruzamento de vozes na constituição do discurso : um diálogo possível entre Bakhtin e Ducrot / Elaine Cristina Medeiros Frossard. – 2008.  
131 f.

Orientadora: Hilda de Oliveira Olímpio.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Expressão. 2. Diálogo. 3. Língua portuguesa. 4. Discussões e debates. I. Olímpio, Hilda de Oliveira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

---

Elaine Cristina Medeiros Frossard

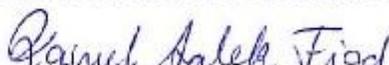
ENTRECRUZAMENTO DE VOZES NA  
CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO: UM  
DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE BAKHTIN  
E DUCROT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Lingüísticos.

Aprovada em 11 de março de 2008

Comissão Examinadora.

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.ª. Dr.ª. Hilda de Oliveira Olímpio – UFES**  
Orientadora, Presidente da Sessão e da Comissão Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.ª. Dr.ª. Raquel Salek Fiad – UNICAMP**  
Membro Titular Externo da Comissão Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Luciano Novaes Vidon– UFES**  
Membro Titular Interno da Comissão Examinadora

*Dedico este trabalho a meus pais, Samuel e Marlene, e a meu irmão, Rodolpho, que sempre acreditaram em mim e me deram apoio incondicional. Dedico-o, igualmente, a meu noivo, Elias, que sonhou os meus sonhos e soube compreender e incentivar todas as minhas decisões.*

*Nada do que conquistei teria sentido sem eles.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, o doutor dos doutores e meu orientador maior.

À professora Hilda que me fez crescer através de sua orientação, paciência, prontidão e persistência. A essa profissional que me fez entender muito mais do que o modo pelo qual o sujeito se manifesta no discurso, mas me ensinou, por meio de atitudes, o que é ser uma educadora no sentido mais amplo dessa palavra.

Às professoras Virgínia, Penha, Lílian DePaula e Ingedore pela dedicação com que fizeram seus trabalhos e pelos preciosos ensinamentos.

Aos professores Luciano Vidon, Raquel Salek Fiad e José Augusto Carvalho pelas valiosas contribuições.

Às professoras Micheline Tardin, Regina Vago e Teresinha Cani pelo conhecimento compartilhado e pela presteza com que se dispuseram a me aconselhar e ajudar.

A minha tia Marize pelo total apoio, e ao meu tio Pedro, meus primos Bárbara e Roger e à Vanessa, por terem compartilhado comigo alguns dos momentos mais importantes dessa trajetória.

Às amigas que torceram por mim e àquelas que conquistei durante o mestrado.

Aos irmãos da Primeira Igreja Presbiteriana de Colatina e aos demais familiares pelas constantes orações.

“Eu não posso passar sem o outro, não posso me tornar eu mesmo sem o outro; eu devo encontrar a mim mesmo no outro, encontrar o outro em mim [...].”

Bakhtin

## RESUMO

Esta pesquisa, inserida numa perspectiva sócio-enunciativa de linguagem, tem por objetivo geral pôr em discussão a unicidade do sujeito da enunciação e investigar o entrecruzamento de vozes na constituição do discurso. Toma-se Benveniste como ponto de partida para encaminhar a formulação teórica, ancorada na Teoria do Dialogismo, de Bakhtin, em associação com a Teoria Polifônica da Enunciação, de Ducrot, esta oriunda da Semântica Argumentativa. Propõe-se, deste modo, uma aproximação entre Bakhtin e Ducrot, admitindo que, embora situados em postos teóricos diferentes – o primeiro refletindo sobre o diálogo sócio-histórico-ideológico entre enunciados, no discurso; e o segundo examinando marcadores de polifonia presentes na estrutura interna dos próprios enunciados –, esses dois autores priorizam o discurso na determinação do sentido, podendo ser convocados, sem incoerência teórica, para explicar a heterogeneidade enunciativa. Para proceder a uma amostra de análise, selecionou-se uma reportagem sobre a crise na aviação civil brasileira, tendo a expectativa de que as forças sócio-históricas que atuam na determinação do gênero reportagem favoreceriam a expressão de uma polifonia enunciativa. Os parâmetros propostos para a análise permitiram evidenciar a constituição dialógica do discurso no seu todo, bem como apreender marcas de polifonia em enunciados presentes no encadeamento argumentativo do texto.

Palavras-chave: Sujeito da enunciação. Dialogismo. Polifonia. Argumentação.

## ABSTRACT

This research, included in a socio-enunciative language perspective, has as its general aim to put into discussion the subject of enunciation unicity and to investigate the voice crossing in the speech constitution. Benveniste is taken as a starting point to direct the theoretical formulation based on Bakhtin's Dialogism Theory, in association with Ducrot's Polyphonic Theory, this one deriving from the Argumentative Semantics. It is proposed, in this way, an approach between Bakhtin and Ducrot, admitting that, although situated in different theoretical places – the first one reflecting on the social-historical-ideological dialogue between utterances, in the speech; and the second investigating marks of polyphony present in the utterances internal structure – these two authors prioritize the speech in the determination of the meaning, so they can be called, without theoretical incoherence, to explain the enunciative heterogeneity. In order to proceed with an analysis sample, it was selected a news article about the civil crisis in Brazilian aviation, expecting that the social-historical forces which act in the determination of the news article genre would favor the expression of an enunciative polyphony. The parameters proposed to the analysis allowed to show the speech dialogic constitution as a whole, as well as to identify marks of polyphony in the utterances present in the argumentative link of the text.

Keywords: Subject of enunciation. Dialogism. Polyphony. Argumentation.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 SUJEITO: BUSCANDO OS FIOS.....</b>	<b>19</b>
2.1 De expulso (ou ignorado) a convidado ilustre.....	19
2.2 A exclusão necessária.....	19
2.3 Princípios de uma teoria enunciativa: o sujeito em Benveniste.....	21
2.4 Interação, diálogo, dialogismo: o eu e o outro em Bakhtin.....	31
2.5 Ducrot e as várias representações do sujeito da enunciação.....	35
2.6 Authier-Revuz: um reforço teórico.....	46
2.7 Um balanço provisório.....	52
<b>3 O OUTRO NO DISCURSO DO EU: DIALOGISMO, POLIFONIA, HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA.....</b>	<b>54</b>
3.1 O princípio dialógico de Bakhtin e a Lingüística.....	54
3.2 A teoria polifônica de Ducrot e o dialogismo bakhtiniano.....	60
3.2.1 <i>Pressuposição: a adesão do locutor a uma voz geral</i> .....	71
3.2.2 <i>Negações polifônicas</i> .....	73
3.2.3 <i>Refutando pontos de vista no discurso irônico</i> .....	76
3.2.4 <i>Operadores Argumentativos</i> .....	79
3.3 Ainda Authier-Revuz.....	85
<b>4 INVESTIGANDO O SUJEITO DA ENUNCIÇÃO EM SUA MULTIPLICIDADE CONSTITUTIVA.....</b>	<b>89</b>
4.1 O gênero reportagem.....	89
4.1.1 <i>Dimensão social</i> .....	89
4.1.2 <i>Regularidades nas estratégias de organização textual</i> .....	91
4.2 Uma amostra de análise.....	94
4.2.1 <i>A reportagem: contextualização sócio-histórica de sua produção</i> .....	94
4.2.2 <i>Estratégias lingüístico-enunciativas</i> .....	95
4.2.3 <i>Bakhtin e Ducrot no meio desse diálogo</i> .....	98

<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>121</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>129</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde o tempo dos antigos filósofos gregos, quando se começou a questionar a articulação entre a linguagem e o mundo, a subjetividade tem sido tema de inúmeros debates e discussões. Sempre se buscou um *ponto fixo capaz de dar conta da existência das coisas, dos homens e da totalidade do conhecimento de ambos*, e esse ponto, para os filósofos, era o *Ser*, “princípio da existência e da inteligibilidade do real” (CHAUÍ, 1976: 30). Platão estava inserido nessa cultura racionalista que cria no princípio da inteligibilidade do real e entendia, portanto, que o ato de conhecer é, na realidade, um re-conhecer, ou lembrar.

A subjetividade, porém, ganha maior espaço no campo da filosofia a partir das idéias de Descartes, quando há um deslocamento do ponto fixo do *Ser* para a *Consciência*. O *cogito* cartesiano, como pensamento interior, passa, então, a ser a fonte da verdade, condicionando a existência, que se dá por meio da subjetividade. A realidade deixa, nesse ponto, de ser “algo que se manifesta por sua força interna e que possui em si mesma a inteligibilidade, e passa a ser algo que é *representado* por um sujeito que lhe confere sentido” (CHAUÍ, 1976: 31). Nesse plano, tudo é representado pela consciência, e o sujeito é a origem de todas as coisas. Esta concepção de sujeito absoluto, imóvel, sem contradição, perdurou por muito tempo na filosofia, só começando a ser questionada (ou perturbada) com Hegel, que busca no processo histórico a constituição da realidade.

No campo da Lingüística, que constitui o ponto de interesse deste trabalho, o sujeito não foi, de início, considerado, devido à crença de que a ciência da linguagem deveria ocupar-se exclusivamente de aspectos previstos pelo sistema imanente. Saussure rompe com a noção de representação ao excluir de seu objeto de estudo a *parole* e, com ela, o referente. De qualquer modo, no reconhecimento da língua como um sistema geral, social, comum a toda a sociedade, não havia espaço para o sujeito.

Foi, sobretudo, a partir de Benveniste (1966/1991)<sup>1</sup> que o tema da subjetividade passou a ser considerado na Lingüística pós-saussuriana. Por meio do estudo da enunciação, esse autor abriu espaço para o estudo daquele que enuncia. E, dessa forma, o sujeito passou a ser inscrito no próprio sistema.

Inegavelmente, com os postulados de Benveniste, o estudo da enunciação e, conseqüentemente, do sujeito, ganha lugar de destaque na Lingüística. O sujeito benvenistiano só toma existência na medida em que fala, ou seja, é um ser lingüístico que só se constitui a partir do momento em que se apropria da língua, instituindo-se como *eu* e dirigindo-se para um *tu*. A idéia é a de um sujeito-fonte, por meio do qual tudo é enunciado; um *eu* que, ao proferir “eu”, instala, na linguagem, a subjetividade; e ao instituir o outro como *tu*, faz da linguagem também lugar da intersubjetividade. Nesse quadro, cabe ressaltar, a noção de sujeito-fonte vem associada à de sujeito-locutor, e as marcas lingüísticas desse sujeito-locutor nos enunciados era o objeto de investigação dos lingüistas.

Quando dizemos que o precursor do estudo do sujeito na Lingüística foi Benveniste, não estamos nos esquecendo das inquestionáveis contribuições de Bakhtin (1929/1999, 1929/2005, 1979/2003). Contudo, as formulações desse pensador, mesmo sendo formuladas bem antes dos postulados benvenistianos, só foram reconhecidas no Ocidente décadas mais tarde. Além disso, Bakhtin não inscreveu a questão do sujeito dentro do aparato teórico da Lingüística, apesar de ter lançado concepções de extrema pertinência para o desenvolvimento desses mesmos estudos. Este ponto será retomado na discussão do dialogismo bakhtiniano.

O que se pode afirmar é que, com a propagação dos primeiros textos de Bakhtin (1929), tardiamente divulgados no Ocidente, essa centralidade do sujeito-locutor foi abalada. Para Bakhtin, o sujeito é um ser essencialmente social e que só se constitui por meio do outro; é um ser clivado, plural, perpassado pelo olhar de um *tu* que o complementa e constitui. É, portanto, essencialmente dialógico e se estabelece através da interação. Dessa forma, não pode ser concebido como um *eu* que se

---

<sup>1</sup> Durante todo este trabalho, buscamos apresentar duas datas na referência das principais obras que dão sustentação a esta pesquisa. A primeira data apresentada refere-se à edição original da obra, e a segunda corresponde à edição a que tivemos acesso e da qual retiramos as citações presentes em nosso texto.

apropriada da linguagem e só pode ser identificado por meio de marcas explícitas que deixa em seu enunciado.

Com relação à concepção de sujeito descentrado, outros autores, mesmo dentro de outras perspectivas teóricas, passaram a conceber um sujeito múltiplo na origem dos enunciados. É o caso de Oswald Ducrot (1984/1987), que defende haver, no sentido dos enunciados, em vez de um sujeito único, várias representações do sujeito. O lingüista francês aproveita a idéia de polifonia que Bakhtin aplica aos textos de Dostoiévski, e, executando algumas modificações no projeto bakhtiniano, passa a trabalhar o fenômeno das várias vozes em uma perspectiva estritamente lingüística, ou seja, dentro dos enunciados.

Pensando nessas diversas formas de conceber o sujeito, decidimos desenvolver um trabalho que tivesse por objetivo fortalecer a noção, já defendida por vários pesquisadores cujas idéias foram sucintamente referidas, de que o sujeito não enuncia sozinho, mas é atravessado por diversas vozes. A principal inspiração para esta pesquisa surgiu justamente a partir do momento em que nos deparamos com o seguinte enunciado de Bakhtin, que, na nossa visão, soa como o princípio teórico norteador de toda a sua obra:

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados [...], é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos. (BAKHTIN, 1979/2003: 294).

A idéia de que não somos donos de nossas próprias palavras nos fez refletir a respeito da “originalidade” do discurso, e iniciamos, então, uma série de leituras relacionadas à polifonia enunciativa, o que nos clareou o caminho para a abordagem do sujeito e sua manifestação no discurso.

Tendo em vista a investigação do sujeito com a qual decidimos trabalhar aqui, ou seja, um ser perpassado por vozes alheias e constituído dialogicamente, o fenômeno da polifonia passou a ser o referencial maior para essa abordagem. O que pretendemos deixar claro, nesse momento, é que nos juntamos àqueles que negam a existência de uma unicidade enunciativa, isto é, o que defendemos é a concepção

de um sujeito que se constitui em linguagem, mas que também é social, já que perpassado por vozes alheias; um sujeito que não se fixa em um pedestal de individualidade, mas é dividido, é múltiplo. Assumindo (com Bakhtin) a polifonia como ponto inquestionável no tratamento da enunciação, entendemos (com Ducrot) que ela pode vir marcada lingüisticamente no interior do enunciado.

O estudo da subjetividade, da forma como a delineamos aqui, obrigar-nos-á a articular polifonia e argumentação, já que o sujeito, com propósitos argumentativos, permite que outras vozes enunciem em seu discurso. Aliás, o próprio Ducrot (1972/1977, 1984/1987, 1989) defende que a língua já é argumentativa por natureza, o que situa a argumentação como uma via de acesso à polifonia e um campo privilegiado de sua análise.

Assim sendo, o presente trabalho de pesquisa tem por objetivo, a partir de uma retomada da questão da subjetividade, investigar o fenômeno da polifonia, circunscrevendo, nesse campo geral, a questão da argumentação, a fim de mostrar como um tema está relacionado ao outro. Buscamos, então, respaldar nossa investigação, sobretudo, nos postulados teóricos de Bakhtin e Ducrot, empenhando-nos por promover uma aproximação entre as concepções desses dois autores.

Essa tentativa de associação teórica, no entanto, não significa que não distingüimos o posto de observação dos dois teóricos: Bakhtin insere suas investigações no campo de uma Metalingüística/Translingüística<sup>2</sup>, isto é, num campo sociointeracional, e portanto, numa perspectiva exterior à lingüística como estudo das formas; Ducrot, ao contrário, situa sua análise dentro de uma Semântica Lingüística/Semântica Enunciativa/Semântica Argumentativa, procurando na estrutura da frase, nas formas presentes na sua estruturação, indicações que apontem para o contexto pragmático-enunciativo, onde deve ser buscada a sua interpretação, já que *só o discurso é doador de sentidos* (DUCROT, 2002: 7).

---

<sup>2</sup> Entendemos que o termo Translingüística seja mais apropriado para referir um estudo da linguagem que ultrapasse o objetivo da Lingüística Estruturalista. Entretanto, como na maioria das traduções das obras de Bakhtin a designação dada à nova ciência na qual o teórico russo insere seus estudos é Metalingüística, buscaremos empregar ambos os termos, Metalingüística/Translingüística, quando nos referirmos à produção do autor.

Reconhecidas as diferenças concernentes ao posto de observação dos dois autores (em Bakhtin, um posto externo à Lingüística como concebida pelo estruturalismo; em Ducrot, um posto interno, mas que descreve no interno vestígios de uma exterioridade constitutiva), buscamos, no núcleo de investigação do presente trabalho, agregar a um estudo que prioriza a língua, uma abordagem que ultrapasse enunciados isolados e que também leve em conta aspectos exteriores, porém resgatados lingüisticamente.

Um reforço para a aproximação aqui proposta fomos buscar em Jacqueline Authier-Revuz (1982/2004, 1992/1998, 1990), que reivindica uma heterogeneidade teórica para tratar do discurso. Ao desenvolver a análise de algumas categorias que marcam, no fio do discurso, a presença de uma heterogeneidade enunciativa, a autora convoca a Lingüística e a Psicanálise como exteriores que podem fornecer um ganho final à análise do discurso. No nosso caso, tomando esse antecedente como inspiração, é o que pretendemos fazer com Bakhtin e Ducrot.

Para o empreendimento dessa pesquisa, escolhemos como *corpus* uma reportagem da revista *Veja*, mais especificamente um texto publicado no dia 27 de junho de 2007 a respeito da crise na aviação civil brasileira. O tema escolhido deve-se à sua atualidade e à polêmica que o envolve, fator que possibilita a emergência de diferentes pontos de vista na superfície textual, permitindo-nos distinguir aí diferentes vozes, às vezes conflitantes, e, dessa forma, apreender o sujeito da enunciação em sua multiplicidade constitutiva. A preferência por um texto da revista *Veja* justifica-se pelo fato de esse suporte ser uma publicação de abrangência nacional e lograr de tradição e confiabilidade junto ao leitor brasileiro.

A escolha do gênero reportagem deve-se ao fato de acreditarmos que tal gênero, por ter como objetivo reportar fatos, apresenta um elevado grau de alteridade, uma vez que se forma da soma de diferentes versões de um mesmo acontecimento. A reportagem é, então, um vasto celeiro de vozes distintas, de pontos de vista e argumentos diversos e, portanto, constitui-se como um gênero bastante favorável ao estudo da subjetividade pelas vias da polifonia e da argumentação.

Toda a investigação respalda-se na Teoria do Dialogismo de Bakhtin, tomada como pano de fundo para discutir postulações teóricas e/ou categorias da Teoria Polifônica da Enunciação, desenvolvida por Oswald Ducrot (1984/1987) no quadro da Semântica Argumentativa. Buscamos empreender uma análise qualitativa e interpretativa do *corpus*, promovendo uma articulação entre os dados encontrados e a própria teoria. Assim, partimos da leitura a respeito dos autores envolvidos no tratamento do tema para levantarmos o referencial teórico e, então, procedermos à análise, a fim de identificarmos estratégias que apontem para a presença de mais de uma voz e mais de um sujeito no processo argumentativo. Pretendemos, com isso, dialogar com os próprios dados e, dessa forma, chegar a um resultado que contribua de modo significativo para os estudos lingüísticos.

Com relação ao referencial teórico utilizado para o procedimento desta pesquisa, podemos dizer que, ao buscarmos delimitar um grupo de autores cujos postulados fossem relevantes para o nosso propósito, pensamos, num primeiro momento, em iniciar nosso quadro teórico fora de Ferdinand de Saussure. É que nos invadiu a sensação de que a retomada de conceitos do estruturalismo saussuriano tem sido uma prática freqüente entre muitos pesquisadores da linguagem, os quais levantam questões como as famosas dicotomias estabelecidas pelo lingüista genebrino a fim de, em seguida, refutá-las. O certo é que tem sido lugar comum entre estudiosos da ciência da linguagem iniciar suas pesquisas partindo do legado saussuriano. Após essa relutância inicial, no entanto, concluímos que não há como não falar de Saussure e seus postulados, uma vez que foi a partir deles que a Lingüística, enquanto ciência moderna, foi instituída. Como, então, engendrar um trabalho cuja principal questão é a língua sem referir aquele que concedeu lugar de destaque a esse “sistema”? Ora, quase todos os estudos lingüísticos desenvolvidos depois de Saussure tomam o mestre suíço como interlocutor, seja para confirmá-lo, seja para negá-lo.

Além do mais, estando o presente estudo situado na linha da Lingüística da Enunciação, o apontamento de alguns princípios saussurianos nos pareceu fundamental, mesmo porque a proposta do iniciador dessa corrente, Émile Benveniste, tem base estruturalista. E Ducrot, apesar de afastar-se da noção benvenistiana de um sujeito-fonte na análise dos enunciados, insere sua análise

polifônica também numa perspectiva estrutural. Quanto a Bakhtin, é o interlocutor instigante, o antagonista estrangeiro, que toma, em muitos pontos de seu discurso, os postulados saussurianos a fim de marcar seu território exterior. E, decididamente, de um ponto de observação externo à Lingüística, Bakhtin promoveu a enunciação como “centro de referência do sentido dos fenômenos lingüísticos” (FLORES; TEIXEIRA, 2005: 45). Além disso, interessa destacar que Authier-Revuz, cujos estudos serão de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho, autodenomina-se neo-estruturalista (AUTHIER-REVUZ, 1992/1998: 16). Por tudo isso, resolvemos começar por Saussure.

É interessante enfatizar, entretanto, que, para os fins deste trabalho, buscamos investigar somente aspectos da teoria saussuriana que conduzam à temática da subjetividade nos estudos lingüísticos, ou seja, não pretendemos aqui resenhar todas as dicotomias estabelecidas pelo mestre, nem mesmo buscamos ingressar por assuntos outros que não apontem, diretamente, para a questão do sujeito e sua abordagem na linguagem.

Tendo em vista a finalidade deste estudo, parece-nos relevante delinear a forma como Saussure instaurou a Lingüística como ciência, delimitando como seu objeto de estudo a língua - vista como um sistema de signos - e excluindo de seu campo tudo o que era exterior ao sistema. Assim, podemos asseverar que o estudo do sujeito e de tudo o que a ele se relaciona não foi incluído como objeto de investigação da ciência da linguagem. Por isso, não há como deixar de comentar a respeito desse ausente na lingüística saussuriana, visto que parece necessário entender por que o sujeito não era levado em conta nos estudos lingüísticos para, então, compreender o modo como, por meio de um seguidor de Saussure, sua abordagem passou a ser relevante.

Desenvolvemos, então, um percurso que parte da explicitação do modo como o sujeito é concebido por determinados estudiosos da linguagem, a fim de defendermos a principal hipótese que norteia este trabalho, qual seja: articulando uma análise que leva em conta fatores sócio-histórico-culturais e ideológicos, como a Teoria de Bakhtin, e uma abordagem que trabalha com categorias lingüísticas,

como a abordagem ducrotiana, é possível estudar o sujeito em toda a sua multiplicidade.

Este estudo constitui-se de quatro capítulos, incluindo esta introdução (primeiro capítulo), em que traçamos o plano geral do trabalho. No segundo capítulo, buscamos compor um quadro teórico que possibilite recuperar a abordagem da subjetividade nos estudos lingüísticos, começando por sua “exclusão” no quadro estruturalista e culminando com sua relevância para os estudiosos da enunciação. Apresentamos, ainda, nesse capítulo, os postulados de Authier-Revuz como uma abordagem que defende uma heterogeneidade teórica para tratar do discurso. No terceiro capítulo, a idéia de uma pluralidade enunciativa é explicitada do ponto de vista de teóricos como Bakhtin e Ducrot. Nesse momento, procuramos estabelecer um ponto de contato entre o modo como esses dois autores trabalham a noção de polifonia, defendendo que, apesar das diferenças, é possível aproveitar suas propostas de forma complementar. Authier-Revuz retorna para reforçar a aproximação proposta. O quarto capítulo é composto pela análise do *corpus* selecionado. Buscamos aproveitar o conceito de polifonia a fim de explicitar as vozes que se fazem ouvir no texto sob análise e, dessa forma, deixar claro que o sujeito da enunciação não é único, mas múltiplo, isto é, perpassado por vozes distintas, que também são vozes argumentativas. Segue-se a conclusão a que chegamos após a análise do *corpus*, em articulação com a teoria exposta. Por último, vem a enumeração das referências que deram suporte a este trabalho.

Enunciamos, assim, nosso percurso de investigação e esperamos que, ao longo desta exposição, o entrelaçamento das noções de polifonia e argumentação dentro dos estudos sobre a subjetividade fique mais claro, para que possamos, de alguma forma, contribuir para a ampliação de estudos que levem em conta a integração desses fenômenos que, a nosso ver, são inseparáveis. Entretanto, mais do que isso, esperamos que a aproximação de dois autores de territórios teóricos diferentes, como é o caso de Bakhtin e Ducrot, possa clarear, no campo da análise, zonas que o “olhar” de um deles, sozinho, não consegue enxergar.

## 2 O SUJEITO: BUSCANDO OS FIOS

### 2.1 De expulso (ou ignorado) a convidado ilustre

É sempre árdua a tarefa de procurar as origens e unir os diferentes encadeamentos que uma idéia pode ter, mesmo porque um único tema pode ser examinado de várias perspectivas, por vezes até divergentes, na evolução de sua concepção. Portanto, o que pretendemos, neste segundo capítulo, é traçar alguns dos caminhos considerados importantes para a compreensão do que venha a ser o sujeito da enunciação e de como ele pode ser abordado em um estudo lingüístico. Para tanto, traçaremos um percurso que tem início no quadro estruturalista, quando o sujeito, considerado como pertencente ao domínio da *parole*, é justamente com esta, ignorado e afastado do campo de estudos da ciência da linguagem; em seguida, tentaremos abarcar a forma como esse sujeito é reintegrado aos estudos lingüísticos e, a partir de então, o modo como sua abordagem é realizada de forma diferenciada e cada vez mais abrangente por alguns estudiosos da enunciação, culminando numa polifonia enunciativa, marcada por uma espécie de onipresença.

### 2.2 A “exclusão” necessária

Até o início do século XX, era em conjunto com outros campos do saber que o estudo da linguagem se realizava. A Lingüística não era considerada uma ciência autônoma que pudesse dar conta de um objeto de estudo específico. O método de análise utilizado nas pesquisas lingüísticas era o comparatista, em que se buscava entender a evolução das línguas ao longo do tempo por meio de comparações. Além disso, elementos semânticos e históricos eram levados em conta para a realização desses estudos. Em oposição a esse tipo de abordagem, o lingüista suíço Ferdinand de Saussure defendeu, durante o período em que ministrou aulas na Universidade de Genebra, teses que se preocupavam principalmente com aspectos internos à língua. Desse modo, o mestre genebrino promoveu uma ruptura com a Lingüística Comparativa da época, já que entendeu que para conceder o estatuto de

ciência à Lingüística era necessário delimitar seu objeto de estudo. Assim, Saussure passou a promover a delimitação desse objeto, que pode ser resumido na última frase do *Curso de Lingüística Geral*: “A Lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (p. 271). E, na perspectiva saussuriana, a língua é definida como um sistema autônomo, concebido como

[...] a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade.  
[...] A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. (SAUSSURE, 1916/1974: 22-23)

A partir disso, entendemos que, de acordo com o mestre suíço, a língua é um fenômeno social, comum a todos os falantes, na medida em que se constitui como algo convencionalizado e herdado por dada sociedade, que a recebe pronta.

Com essa delimitação, Saussure deu início ao Estruturalismo lingüístico, corrente cuja finalidade era justamente o estudo da estrutura, do sistema. Na perspectiva estruturalista, deixou, portanto, de fazer parte do foco de interesse da Lingüística tudo aquilo que não se relacionava exclusivamente à língua como sistema. É o caso de fatores históricos, por exemplo. Além disso, todos os aspectos relacionados ao uso individual desse sistema, ou seja, tudo que se referia à fala, também foi situado no campo das irregularidades, como exterior ao funcionamento geral do sistema. Dessa forma, estabeleceu-se a mais importante das dicotomias saussurianas: a oposição *langue X parole*.

A *Lingüística da langue* entendia, então, que era perfeitamente possível estudar a língua a fim de desvendar seu funcionamento, e isso levando em consideração apenas as possibilidades (fonéticas, sintáticas, semânticas) oferecidas pelo sistema lingüístico a seus usuários, ou seja, o objeto de estudo da ciência da linguagem, mais uma vez enfatizamos, não levava em conta aspectos relacionados ao contexto de produção ou a outros fenômenos que não pertencessem unicamente à língua. Portanto, a subjetividade (associada à individualidade e à imprevisibilidade histórico-social), não encontrou espaço na Lingüística saussuriana.

No entanto, apesar de Saussure não abrir espaço para o estudo do sujeito na Lingüística, ele reconhece que “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” (1916/1974: 16), ou seja, o lingüista suíço admite que o lado individual, a *parole*, é igualmente constitutivo da linguagem, apesar de acreditar que sua abordagem não atenderia a um estudo realmente científico. São palavras do autor:

Sem dúvida, esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes. Como se imaginaria associar uma idéia a uma imagem verbal se não se surpreendesse de início esta associação num ato de fala? Por outro lado, é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências. Enfim, é a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos lingüísticos. Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas. (SAUSSURE, 1916/1974: 27)

Ao comentar as exclusões estabelecidas por Saussure a fim de instituir uma ciência homogênea, Flores (1999: 41) declara que “se Saussure, de um lado, provoca exclusões para circunscrever o *Um*, ele mesmo, de outro lado, autoriza rever o excluído”. Entendemos que Saussure não parece ter reduzido o sujeito a uma insignificância, uma vez que não recusa sua existência – admite a *parole*, na qual é possível haver subjetividade. Entretanto, o mestre genebrino não aceita incluir no escopo de seu projeto o sujeito, pelo simples fato de ele fazer parte do campo do individual, da fala, do não sistematizável.

Em meio a tantas delimitações, porém, o que nos intriga e, ao mesmo tempo, nos instiga no desenvolvimento deste capítulo, é a seguinte questão: Como fica, em uma Lingüística que prioriza a *langue*, o estudo do sujeito que enuncia?

### **2.3 Princípios de uma teoria enunciativa: o sujeito em Benveniste**

A visão redutora do Estruturalismo com relação à linguagem perdurou por muito tempo, e os estudos que davam conta da língua em si e por si mesma vigoraram por

anos sem creditar a outros fatores – não exclusivamente imanentes à língua – relevância alguma. A língua, entendida como o tipo de artefato por excelência, foi o único objeto realmente analisado e investigado durante décadas, período esse de grande progresso no tocante aos estudos lingüísticos; todavia, não há como negar que a delimitação desses estudos impediu que muitos outros avanços significativos ocorressem no campo.

A enunciação é um dos campos de inquestionável importância cujo estudo não foi incluído no escopo da Lingüística, até mesmo porque a devida explicação de seus fenômenos exige a consideração de um forte componente contextual, o que era impensável na Lingüística tal como estabelecida por Saussure.

Foi, todavia, um discípulo do mestre genebrino quem primeiro desenvolveu um estudo que levava em conta a enunciação. Charles Bally, apesar de estar fortemente ligado a Saussure e suas idéias, já que, além de ser um dos organizadores do Curso de Lingüística Geral, também sucedeu o próprio Saussure na Universidade de Genebra, interessou-se por questões relacionadas ao contexto e à enunciação. Esse estudioso foi o precursor de uma Estilística cujas abordagens se diferenciavam daquelas que vinham sendo feitas até então. O autor buscava desenvolver uma Estilística que estudasse a língua como expressão do pensamento. A respeito desse caráter singular de sua proposta, Flores e Teixeira (2005: 16) afirmam:

Ele desenvolve uma lingüística da fala, talvez a que faltou ser feita pelo mestre Saussure. O autor parte de um princípio: a linguagem é apta a expressar sentimentos e pensamentos, e é próprio da estilística estudar a expressão dos sentimentos. Isso significa que a estilística deve se preocupar com a presença da enunciação no enunciado e não apenas com o enunciado propriamente dito.

Bally apresenta, então, ao longo de seus estudos voltados para a Estilística, uma Lingüística que leva em conta o sujeito, aquele que fala e, portanto, amplia o conceito de língua oriundo do Estruturalismo *stricto sensu*.

A estilística de Bally pode, por conseguinte, ser considerada inovadora, visto que abre discussões a respeito de temas não abarcados por uma abordagem estritamente estruturalista. Além disso, Bally foi fonte de inspiração para outras

propostas que buscavam ultrapassar o estudo da língua em si e por si mesma. O que consideramos interessante destacar, todavia, é o fato de que a preocupação desse autor não era desenvolver um estudo realmente lingüístico (sistemático) do sujeito ou da enunciação, visto que sua abordagem se insere no campo da Estilística, mesmo sendo uma Estilística da língua.

Bally foi, portanto, uma importante referência para a ampliação do objeto de estudos da Lingüística, já que tocou em pontos como enunciação e subjetividade, por exemplo, porém não desenvolveu um estudo propriamente sistemático desses elementos, como fizeram outros autores que o sucederam. É o caso de Émile Benveniste, igualmente seguidor dos postulados saussurianos, que inovou os estudos lingüísticos ao propor uma abordagem estrutural da enunciação e do sujeito que enuncia. Foi, então, através desse lingüista que se desenvolveu, no quadro da Lingüística pós-saussuriana, um modelo de análise enunciativa.

Benveniste é, não obstante sua origem estruturalista, considerado o principal representante da *teoria da enunciação*. De acordo com sua concepção, a enunciação é o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1974/1989: 82), ou seja, o lingüista francês admite, diferentemente de Saussure, uma abordagem lingüística que leva em conta fatores relacionados à *parole*, fazendo assim com que a validade da dicotomia *língua X fala* seja questionada.

Como seguidor do estruturalismo saussuriano, Benveniste dá um passo à frente das teorias do mestre genebrino ao introduzir a enunciação como elemento a ser estudado. E nesse ousar de sua teoria, o discípulo insere nos estudos lingüísticos algo que deles havia sido “excluído”: o sujeito.

O conceito de enunciação de Benveniste tem um caráter de subjetividade na medida em que para esse lingüista a condição da enunciação é a apropriação da língua por parte daquele que fala, e, assim, o sujeito ganha lugar de destaque, já que é, para ele, inconcebível tratar de linguagem sem considerar o sujeito. Segundo Benveniste (1966/1991: 285, 288),

A linguagem está na natureza do homem que não a fabricou. Inclino-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. [...]

É na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como “sujeito”. É, portanto, verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua.

Assim, pelo que declara o lingüista, não há como separar o homem e a linguagem, visto que esta é a possibilidade da subjetividade, ou seja, é pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; aliás, a linguagem é profundamente *marcada* pela expressão da subjetividade.

Quando dizemos que a linguagem é *marcada* pela expressão da subjetividade, buscamos explicitar uma característica de suma importância para a compreensão de como se dá o estudo do sujeito em Benveniste. O alvo desse estudo são as *marcas* da presença da enunciação no funcionamento dos enunciados, o que nos permite dizer que esse autor faz uma espécie de abordagem gramatical do sujeito da enunciação. Segundo Brandão (1998: 38), para Benveniste,

[...] a subjetividade é a capacidade de o locutor se propor como sujeito do seu discurso e ela se funda no exercício da língua. Tendo por preocupação maior verificar como esse locutor faz uso da linguagem, vai analisar “o próprio ato de produzir um enunciado e não o texto de um enunciado”, isto é, o processo e não o produto, vai procurar “esboçar, no interior da linguagem, as características formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza.”

Benveniste busca, então, as marcas deixadas por aquele que fala em seu enunciado, ou seja, apesar de inovar propondo uma nova abordagem, o autor não se desvencilha totalmente do estruturalismo, uma vez que seus estudos sobre a enunciação caracterizam-se pela busca de formas que inscrevam os sujeitos locutores (*ou interlocutores*) dentro do enunciado, isto é, pelo trabalho com o objeto da Lingüística saussuriana, a língua.

Quando dizemos que Benveniste busca formas que inscrevam os *sujeitos locutores* (*ou interlocutores*) no enunciado, buscamos apontar o fato de que, para esse lingüista, o fundamento da subjetividade é, de fato, a categoria de pessoa presente no sistema da língua, isto é, as marcas que esse sujeito pode deixar. Contudo,

essas marcas não se referem apenas a um sujeito locutor, mas a sujeitos interlocutores, visto que a subjetividade defendida por Benveniste depende da inversibilidade do par Eu/Tu. É essa possibilidade de troca de papéis, ou seja, é a possibilidade de “eu” se assumir como sujeito no discurso e postular o outro como “tu” e de “tu”, em determinada alocação, tornar-se “eu”, que garante a intersubjetividade. E, segundo o lingüista francês, é essa condição de reciprocidade que é constitutiva da *pessoa*:

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*. [...] A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. (BENVENISTE, 1966/1991: 286, grifos do autor)

Sendo assim, a abordagem benvenistiana, mesmo não negando Saussure, de alguma forma o ultrapassa, visto que propõe, inserida na *langue*, uma lingüística da fala, da enunciação; uma lingüística que leva em conta o *eu* e o *tu*.

A diferença entre as concepções de Saussure e Benveniste fica ainda mais clara na distinção que este último faz entre dois planos de significação: o semiótico (da língua) e o semântico (da fala). De acordo com o lingüista francês, no plano semiótico, descrevem-se relações abstratas, relações que dizem respeito aos signos, ao formal. Na definição de Flores e Teixeira (2005: 31), esse plano

[...] corresponde ao nível “intringüístico” em que cada signo é distintivo, significativo em relação aos demais, dotado de valores opositivos e genéricos e disposto em uma organização paradigmática. [...] Desse ponto de vista, não interessa a relação do signo com as coisas denotadas, nem da língua com o mundo.

Por outro lado, no nível semântico a situação de enunciação é um fator indispensável e, como conseqüência, as categorias de *locutor*, *interlocutor*, *tempo* e *lugar* são igualmente essenciais, já que não podemos conceber um estudo do “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” sem levar em conta o momento, a situação e o “responsável” por essa prática. Percebe-se, então, que, no plano semântico, um dos fatores essenciais de análise e de definição

de sentido é a referência, visto que se estabelece, nesse plano, uma relação entre as idéias expressas nos enunciados e a situação de discurso, ou seja, entre a língua e o mundo. Como declara Benveniste (1974/1989: 84):

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso [...]. A referência é parte integrante da enunciação.

Assim, o autor se afasta de Saussure, visto que aceita o estudo do nível semântico, possibilitando a abordagem de diversas questões diretamente relacionadas ao contexto situacional e a elementos que, para o mestre da Universidade de Genebra, estariam excluídos do campo lingüístico por serem fatores pertencentes ao individual, à fala. Entretanto, é bom ressaltar, o esforço de Benveniste vai no sentido de mostrar que as categorias da enunciação, apreendidas na fala, já estão previstas no sistema, na língua.

Dentre os elementos destacados ao levantar a questão da referência como parte integrante da enunciação estão os *indicadores de instância de discurso*, ou *dêiticos*, sobre os quais ele declara:

A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação. (BENVENISTE, 1974/1989: 84)

A partir do que postula o lingüista francês, entendemos que, em sua teoria, o elemento central da enunciação é o locutor, e tudo parte daquele que enuncia. Assim, Benveniste destaca, dentre os dêiticos, uma categoria de suma importância: os dêiticos pessoais. Esses, porém, distinguem-se em: pessoa *subjéitiva*, “eu”, a qual é a única que realmente se encontra na origem do enunciado; e pessoa *não subjéitiva*, “tu”, instituída a partir da fala do “eu”. O autor destaca, ainda, a forma “ele”, a qual *não remete*, de acordo com o próprio lingüista, a *nenhuma pessoa*, porque se refere a um objeto colocado fora da alocução. Por conseguinte, o “ele” é entendido como a *não-pessoa*, que se opõe ao par *eu / tu*.

Benveniste deixa bastante claro, no decorrer de sua exposição, que a dêixis passa a ser entendida como os signos que marcam a presença do locutor em sua fala, os quais têm seu sentido definido no contexto situacional, pois sempre que são enunciados referem-se a realidades distintas. Além dos pronomes pessoais, no entanto, o autor assume que há vários outros dêíticos, como pronomes demonstrativos, possessivos, modalidades e alguns tempos verbais, além de advérbios e locuções adverbiais de tempo e lugar, que, assim como os dêíticos pessoais, têm por função situar o “eu” que enuncia e caracterizam-se por serem *engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida*, e por designarem, cada vez, algo novo.

O estudo benvenistiano da dêixis nos conduz a um tema central na teoria desse autor, a respeito do qual já comentamos sumariamente: a intersubjetividade. O par *eu-tu* passa a ser um conjunto cuja presença é inquestionável no ato enunciativo a partir do momento em que Benveniste estabelece que *toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário*. Assim, podemos assumir que Benveniste engendrou, mesmo que de forma substancialmente diferenciada de outros autores que o sucederam, a noção de que há na enunciação uma espécie de jogo entre participantes que se alternam a fim de se colocarem no mundo - o que se dá justamente por meio do discurso - onde assumem sempre um lugar e um *status* novo cada vez que se manifestam. Ora, se *eu* e *tu* são pessoas sempre presentes na enunciação, então todo discurso é intersubjetivo, todo ato enunciativo faz aparecer um sujeito que está sempre em relação com um outro sujeito que também se constrói por intermédio dessa relação. Toda essa noção pode ser explicitada de forma muito mais clara pelas palavras do próprio autor, o que nos parece suficientemente melhor do que qualquer outra tentativa de explicação que poderíamos aqui empreender:

Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário. (BENVENISTE, 1979/1984: 84)

Assim, parece-nos bastante evidente o fato de que o sujeito em Benveniste é estudado pelo prisma da intersubjetividade, visto que as marcas de enunciação,

segundo esse autor, atestam o jogo dessa intersubjetividade na comunicação, e tais marcas, mais precisamente os elementos da dêixis, têm em comum o traço de se definirem sob a dependência do sujeito que enuncia, ou seja, são o ponto de apoio para a revelação do que o autor chama de *subjetividade na linguagem*. Dessa forma, Benveniste postula a existência de um *sujeito intersubjetivo*, de um *eu* que carece, para se constituir, da consideração de um *tu* que o complementa porque o constitui.

O que fica claro é que Benveniste deu um tratamento estrutural à enunciação. O autor busca acentuar a idéia de que a fala já está inscrita no aparelho formal da enunciação, uma vez que não se pode enunciar sem lançar mão de determinadas categorias que apontam para o momento da enunciação. Isto é, a própria estrutura da língua, segundo o lingüista, já comporta a enunciação.

Há, no entanto, que se destacar aqui uma distinção bastante categórica estabelecida por Benveniste: para esse autor, nem todo enunciado é passível de conter expressão de subjetividade e intersubjetividade, nem todo enunciado é marcado pela manifestação de um *eu* na sua relação com um *tu*. Sob esse prisma, o lingüista postula a existência de uma dicotomia enunciativa, já bastante contestada, opondo *discurso e história*.

Segundo as definições do estudioso francês, há dois planos enunciativos, o do discurso e o da história, sendo que este não apresenta intervenção alguma do locutor no relato dos fatos, ao passo que aquele supõe, necessariamente, um locutor e um interlocutor. Enquanto no discurso há um comprometimento do sujeito, que deixa marcas de sua presença na superfície do enunciado, na história, o sujeito apenas registra fatos que ocorrem independentemente da sua interferência, daí a sua ausência na superfície enunciativa.

Em termos estritamente benvenistianos, no plano da história, dá-se uma *enunciação objetiva*, em que há uma “apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa” (BENVENISTE, 1966/1991: 262). Esse é um plano em que *os acontecimentos parecem contar-se a si mesmos*, em que apenas a *terceira pessoa* (ou a *não-pessoa*) se faz presente e tempos como o pretérito perfeito simples, o mais-que-perfeito e o futuro do pretérito

são utilizados, visto que são adequados para esse tipo de enunciação. O historiador, argumenta o lingüista francês, “não dirá jamais *eu* nem *tu* nem *aqui* nem *agora*, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa *eu* : *tu*. Assim, na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de ‘terceira pessoa’”. (BENVENISTE, 1966/1991: 262, grifos do autor). Desse modo, o que acreditamos interessante enfatizar é a crença de Benveniste de que não há pessoa na *história*, visto que esta é marcada pela ausência de uma intervenção do narrador e, por conseguinte, pelo registro dos fatos narrados “impessoalmente” em terceira pessoa.

Por outro lado, o plano do discurso tem por característica apresentar-se como uma *enunciação subjetiva*, pois que nele estão presentes as marcas que atestam a presença do sujeito e, portanto, trata-se, como explicita Maingueneau (1996: 44), de “toda enunciação escrita ou oral que estiver relacionada a sua instância de enunciação (EU-TU/AQUI/AGORA) [...]”. Dessa forma, o que Benveniste defende como sendo o plano do discurso é toda e qualquer manifestação verbal que contenha a relação de oposição entre *eu/tu* (pessoas) e *ele* (não-pessoa), já que, para o autor, somente a presença explícita de *eu* e *tu*, como marcas de pessoa, caracteriza uma enunciação pertencente ao *discurso*.

Há, porém, nessa dicotomia discurso/história uma latente contradição no que tange aos postulados benvenistianos: como esse autor pode conceber a não existência de subjetividade no plano da história se ele mesmo propõe que toda enunciação é um ato de apropriação da língua? Ou seja, para haver enunciação, é inquestionável a presença de alguém que realize esse ato de apropriação e, portanto, mesmo que não haja, de fato, uma presença explicitamente marcada do locutor, isso não quer dizer que ele não exista nesse plano enunciativo. Pelo contrário, os enunciados *narrativos ou históricos*, assim como os que pertencem ao denominado plano do *discurso*, emanam de alguém, dirigem-se a alguém e falam de alguma coisa. A diferença entre esses planos consiste no fato de que o *histórico* não evidencia formalmente o “eu” e o “tu” da interlocução, apagando, tanto quanto possível, a presença desses no enunciado; enquanto no *discurso* se percebem mais claramente as marcas dos interlocutores. Entretanto, há uma subjetividade constitutiva em

qualquer enunciação. Cabe ao analista buscar métodos de investigação adequados para surpreender essa constituição.

Entendemos que Benveniste contribuiu de forma imensurável para o estudo do sujeito da enunciação. Entretanto, não podemos deixar de apontar aqui alguns aspectos interessantes do trabalho desse autor. Não negamos, de forma alguma, o fato de que a teoria desse lingüista inovou os estudos lingüísticos, abrindo o leque de possibilidades de investigação da ciência da linguagem, contudo, concordamos com Flores e Teixeira (2005: 35) quando, baseados na declaração de Claudine Normand de que o sintagma *sujeito de enunciação* ou *da enunciação* é um “ausente” em Benveniste (1996: 145), questionam, acompanhando a autora, se Benveniste queria, de fato, fazer uma teoria do sujeito. Ou seja, Benveniste introduz a noção de sujeito na Lingüística, mas o alvo de sua teoria é a forma como esse sujeito se marca naquilo que diz, isto é, o objetivo da teoria da enunciação benvenistiana é o próprio processo de enunciação. Por isso, o autor centra suas reflexões em subsistemas específicos dentro do sistema (como o dos pronomes e o dos tempos verbais, por exemplo) na tentativa de mostrar que essas marcas de subjetividade estão inscritas na língua, que a própria língua é marcada pela subjetividade.

Assim sendo, defendemos que ao deslocar o objeto da Lingüística da *língua* para o *processo de enunciação*, Benveniste deu um imenso passo à frente de Saussure, trazendo para o campo lingüístico o estudo do sujeito e da referência, e abrindo, dessa forma, a perspectiva para que os estudos lingüísticos avançassem, libertando a língua do fechamento e da imobilidade com que os seguidores de Saussure a enclausuraram. Há que se salientar, todavia, que a abordagem do sujeito por esse lingüista é centrada na sua expressão formal, como não poderia deixar de ser, levando-se em conta sua base estruturalista. *O aparelho formal da enunciação* nada mais é do que um meio pelo qual se faz possível identificar a subjetividade na estrutura da língua; subjetividade essa constituída e analisada unicamente no *sistema*. Portanto, o sujeito benvenistiano é um sujeito lingüístico e ainda preso, de alguma forma, ao estruturalismo.

## 2.4 Interação, diálogo, dialogismo: o eu e o outro em Bakhtin

Que a Lingüística começou a ganhar novos rumos a partir da inserção dos estudos benvenistianos referentes à enunciação não há dúvidas, contudo não se pode deixar de assinalar que, muito antes de Benveniste ver na linguagem o lugar de constituição da subjetividade do indivíduo, Mikhail Bakhtin, estudioso russo que deu início a suas formulações concernentes à linguagem por volta de 1920, já percebera que o cerne do processo de constituição do discurso estava na constituição sócio-histórica e dialógica entre sujeitos.

Entretanto, diferentemente de Benveniste, Bakhtin não possui base estruturalista e, por conseguinte, seus postulados não têm como escopo de análise traços lingüísticos formais, como era o caso do lingüista francês. Pelo contrário, o teórico russo rompe com diversos conceitos saussurianos e essa ruptura pode ser percebida quando, na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem (1929/1999)*<sup>3</sup>, o autor critica duas orientações do pensamento lingüístico-filosófico denominadas por ele, respectivamente, de *subjetivismo idealista* e *objetivismo abstrato*. Quanto à primeira, declara que tem por princípio o fato de que o fenômeno lingüístico é ato significativo de criação individual, ou seja, essa corrente privilegia o aspecto interior, o lado subjetivo da criação significativa e, por isso, seu objeto, segundo Bakhtin, constitui, por si só, um obstáculo à apreensão da natureza real da linguagem. No tocante à orientação denominada *objetivismo abstrato*, podemos dizer que o teórico russo critica basicamente Saussure e seu modo de conceber o estudo da linguagem. Bakhtin questiona o privilégio concedido por essa corrente aos elementos constituídos pelas formas normativas da língua e, assim, vai de encontro a várias concepções da perspectiva objetivista. Dentre os fatores refutados por Bakhtin na teoria saussuriana está a clássica dicotomia *língua/fala*, a qual é negada pelo fato de que não há, segundo Bakhtin, ruptura lógica entre esses dois patamares. Língua e fala estão ligadas intrinsecamente na *realidade viva da língua*; não há como estudar a linguagem sem levar em consideração tanto uma quanto a outra. Além dessa

<sup>3</sup> Muitas obras atribuídas a Bakhtin não são, exclusivamente, de sua autoria. Sabe-se, atualmente, da existência do Círculo de Bakhtin – grupo formado por pensadores que se reuniam a fim de discutir temas diversos. Há, portanto, alguma controvérsia quanto à autoria de determinadas obras. Em decorrência do fato de Bakhtin ser o nome de maior destaque no círculo e pelos próprios objetivos deste trabalho, decidimos referir as obras *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, *Problemas da Poética de Dostoiévski* e os textos reunidos em *Estética da Criação Verbal* como sendo de sua autoria.

dicotomia, o próprio conceito de língua para o pensador russo diverge daquele estabelecido por Saussure e, conseqüentemente, por Benveniste. Bakhtin refuta a idéia segundo a qual a língua é entendida como um sistema estruturado, mas a concebe como “um *processo de evolução ininterrupto*, que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*” (BAKHTIN, 1929/1999: 127, grifos do autor). Fica, ainda, claro no desenvolvimento das idéias propostas por esse autor que não faz sentido o estudo da palavra imutável, como querem os estruturalistas, mas da palavra em contexto, da palavra viva, carregada de conteúdo ideológico:

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* (BAKHTIN, 1929/1999: 95, grifo do autor)

Estabelecendo, dessa forma, o fundamento que acredita ser necessário para o real estudo da linguagem, Bakhtin acaba por traçar sua posição com relação à concepção de língua, de sujeito e de enunciação, e mostra o modo como essas categorias são constituídas em linguagem. Para o autor, tanto o modo como o subjetivismo idealista, quanto o modo como o objetivismo abstrato concebem a língua são insuficientes para dar conta de sua natureza fundamental, que, de acordo com sua concepção, está na interação verbal:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A *interação verbal* constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1929/1999: 123, grifo nosso)

E é exatamente essa realidade fundamental da língua que passa a ser o ponto nevrálgico do pensamento bakhtiniano. O conceito de interação conduz ao conceito de diálogo e, por conseguinte, ao princípio básico da teoria do estudioso russo: o dialogismo. Bakhtin postula que a língua deve, então, ser estudada como um grande diálogo, já que:

Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*.

Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 1929/1999: 113, grifos do autor).

Fica evidente, pelo que defende Bakhtin, que toda enunciação é dialógica, visto que só se constrói por meio da interação verbal entre dois interlocutores e, mais do que isso, o autor concebe que todo ato de linguagem é dialógico também pelo fato de que é sempre permeado por outros discursos, isto é, mantém um incessante diálogo com outros enunciados. Tendo por base o princípio do dialogismo, Bakhtin dá início a uma série de trabalhos que visam justamente ao estudo das diversas vozes que podem se fazer presentes em um discurso. Dentre esses trabalhos, é interessante destacar a análise que o pensador russo faz dos romances de Dostoiévski, nos quais foi capaz de identificar uma grande variedade de vozes. Para classificar os textos em que diversas vozes se fazem escutar, Bakhtin utilizou o termo *polifonia*, o qual era usado apenas no campo da música para designar a divisão de vozes em uma composição musical. Bakhtin passou, então, a chamar de polifônicos os textos que apresentavam muitas vozes em sua composição, e monofônicos aqueles que faziam ouvir apenas uma voz.<sup>4</sup>

Entendemos, assim, que Bakhtin, de fato, garante lugar especial em sua teoria para o dialogismo, por isso, mais adiante, buscaremos empreender considerações mais detalhadas a respeito dessa concepção. Até agora, apenas tangenciamos o tema para que pudéssemos introduzir o conceito de sujeito para esse autor. Ora, o fio do dialogismo é tão primordial no trabalho do pensador russo que, através dele, todos os outros temas são tecidos. Sendo assim, se nosso interesse neste capítulo é discutir o modo como a subjetividade é entendida pelo autor, não haveria como deixar de delinear algumas considerações a respeito do dialogismo, até porque é por esse prisma que o sujeito em Bakhtin se constitui.

Primeiramente, há que se ponderar que ao definir o sujeito a partir do princípio dialógico, Bakhtin se afasta completamente da noção de uma subjetividade

---

<sup>4</sup> A respeito da diferença entre textos monofônicos e polifônicos, ver capítulo 3 deste trabalho.

homogênea, única e centralizadora. Nesse sentido, seus postulados abrem um novo leque de possíveis avanços para os estudos lingüísticos.

Para começarmos a circunscrever a noção de sujeito para esse autor, é essencial que se compreenda o papel do *outro*. Para Bakhtin, sempre há no discurso vozes alheias, vozes de *outrem*, as quais participam ativamente do processo de constituição do sujeito. Este, portanto, só se constrói como tal a partir do momento em que interage com o outro, só tem existência quando contemplado na intersubjetividade. Ou seja, o teórico russo atribui ao sujeito um estatuto heterogêneo. Em função das intervenções dos outros discursos, sejam elas reais ou imaginadas, o sujeito modifica seu discurso, portanto, ele não é a fonte primeira do sentido. Como declara Bakhtin (1929/2005: 195):

O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas fundimos inteiramente a nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas.

Diante disso, como conceber o sujeito bakhtiniano? Como definir esse *eu* que só existe em função do outro? Ora, é exatamente por ser atravessado por outras vozes que o sujeito bakhtiniano adquire um estatuto singular e inovador. Esse *eu* é “social”, só existe numa relação de espelhamento com o “outro”. É um ser incompleto e está numa busca eterna por completude. Com efeito, é impossível uma formação individual sem alteridade, pois o *outro* delimita e constrói o espaço de atuação do sujeito no mundo. Com relação a essa concepção bakhtiniana, Brandão (2000: 163) declara:

Sob o ponto de vista bakhtiniano, só se pode entender a interação eu/tu pela descentração do sujeito, o qual perde o papel de centro da enunciação e passa a dividir o espaço com o outro. Essa descentração ocorre porque o outro perpassa, efetivamente, o discurso desse eu. Atravessa-o. Assim, a partir do momento em que o sujeito perde esse papel centralizador, ele acaba por não se fixar no *eu* nem no *tu*, mas no espaço dialógico criado entre eles, num movimento de *vaivém de vozes* contínuo que circula nesse espaço.

O sujeito, do ponto de vista de Bakhtin, é, então, constituído por uma partição de vozes concorrentes, podendo ser estudado somente a partir do pressuposto de sua heterogeneidade. Para esse teórico, o sujeito é visto como imbricado em seu meio

social e permeado pelos discursos que o circundam, é um ser situado sócio-historicamente e que só se constitui a partir do momento em que assimila a palavra do outro e transforma-a dialogicamente para torná-la '*palavra pessoal-alheia*' e, então, *palavra pessoal*. Esse diálogo nós vamos aprofundar no próximo capítulo.

## 2.5 Ducrot e as várias representações do sujeito da enunciação

O princípio do dialogismo bakhtiniano clareou o caminho para que outros estudiosos começassem a questionar a tese que pregava a unicidade do sujeito da enunciação. Até a divulgação, no Ocidente, dos postulados do teórico russo<sup>5</sup>, ainda vigorava a idéia de que havia apenas uma voz em um discurso, e a presença de mais de um responsável pelo que é dito não era uma concepção admitida pelos lingüistas.

Inspirando-se na concepção bakhtiniana de polifonia, Oswald Ducrot (1984/1987), lingüista francês e discípulo de Benveniste, introduziu nos estudos lingüísticos sua teoria polifônica da enunciação. Esse autor aproveitou o veio aberto por Bakhtin e aplicou a noção de polifonia à análise de enunciados, agregando às reflexões daquele autor uma metodologia de análise mais especificamente lingüística, isto é, Ducrot engendrou um estudo que visava a analisar unicamente o material lingüístico, sem levar em conta o contexto sócio-histórico de produção. Ele iniciou, diferentemente de Bakhtin, um estudo polifônico ancorado somente na língua e tendo por objetivo a análise de enunciados simples, e não de textos literários, como fizera o teórico russo.

Lançando um olhar mais atento para o modo como Ducrot escolheu trabalhar, ou seja, priorizando a análise propriamente lingüística dos enunciados, podemos perceber que esse autor é adepto de alguns princípios estruturalistas. Há, porém, que se destacar que é possível perceber em alguns conceitos por ele formulados certo afastamento das concepções puramente saussurianas, como é o caso das noções de língua e linguagem. Para Ducrot, a língua é como um jogo em que os

---

<sup>5</sup> Devido à dificuldade de divulgação de textos na União Soviética, as obras de Bakhtin, que foram escritas no início do século XX, só foram conhecidas no Ocidente na segunda metade desse século, atingindo grande prestígio da década de 80 aos dias atuais.

participantes, além de se subordinarem às regras do sistema, dependem uns dos outros para decidirem suas estratégias. Nessa linha, defende que a língua é fundamentalmente argumentativa e, portanto, dialógica, já que possui recursos próprios de argumentação e *comporta todo um catálogo de relações inter-humanas*:

[...] a língua comporta, de forma irredutível, todo um catálogo de relações inter-humanas, toda uma panóplia de papéis que o locutor pode escolher para si mesmo e impor ao destinatário. Sua função não poderia reduzir-se, então, à transmissão de informação. [...] A língua, então, não é mais apenas o lugar onde os indivíduos se encontram; ela impõe também, a esse encontro, formas bem determinadas. Não é mais somente uma condição de vida social, mas um modo de vida social. Ela perde sua inocência. Deixar-se-á, portanto, de definir a língua, à moda de Saussure, como um código, isto é, como um instrumento de comunicação. Mas ela será considerada como um jogo, ou melhor, como o estabelecimento das regras de um jogo, e de um jogo que se confunde amplamente com a existência cotidiana. (DUCROT, 1972/1977: 12)

Entendemos da formulação acima que a concepção de língua do autor não pode ser vista como um aparato totalmente separado dos interlocutores/jogadores; ao contrário, ela contém em si mesma “marcas” que atestam essa indissociabilidade. Para Ducrot, a língua contém as regras do jogo que permitem o “encontro” entre os homens. Na dinâmica do jogo, entretanto, um parceiro escolhe a sua jogada na dependência da jogada do outro e, ao mesmo tempo, impõe ao outro um certo modo de continuar o jogo. Consideramos, no entanto, necessário frisar que, apesar de esse conceito se afastar do defendido por Saussure no que tange à função delegada à língua como instrumento de comunicação, não se pode asseverar que Ducrot tenha da língua uma visão incompatível com a preconizada pelo mestre genebrino, visto que continua a entendê-la como um sistema de signos em que se estabelecem relações internas. Ducrot retoma de Saussure a idéia de que as palavras só podem ser definidas em relação a outras palavras, contudo o autor, diferentemente de Saussure, busca definir as palavras, não propriamente em relação a outras palavras, mas em relação a outros discursos. A diferença entre os dois autores, nesse ponto, é que o lingüista francês postula uma espécie de *estruturalismo do discurso*, como defende em entrevista concedida a Moura:

Certamente, tenho a pretensão de permanecer fiel a Saussure, mesmo se o que digo é bem diferente daquilo que dizia Saussure. Retomo de Saussure esta idéia [...], segundo a qual as palavras não podem ser definidas senão pelas próprias palavras, e não em relação ao mundo, ou em relação ao pensamento. A diferença entre o meu trabalho e o de

Saussure é que não defino, propriamente falando, as palavras em relação a outras palavras, mas em relação a outros discursos. O que eu tento construir seria então uma espécie de estruturalismo do discurso. (DUCROT, 1998: 173-174)

Quanto à noção de linguagem, parece-nos que a definição dada por Ducrot também parte do princípio de que não se pode separar indivíduo e língua. Como elabora Barbisan (2005), subjaz à teoria criada por esse autor uma definição específica de linguagem, segundo a qual a linguagem só descreve a realidade a partir de aspectos subjetivos e intersubjetivos, ou seja, através de um debate entre indivíduos.

Ora, ao priorizar a função argumentativa da língua e os aspectos subjetivo e intersubjetivo da linguagem, Ducrot está fazendo a opção de trabalhar com uma certa articulação entre língua e fala, o que seria impensável nos moldes do que propôs o mestre da Universidade de Genebra.

Inferimos, portanto, que mesmo ainda preso a princípios estruturalistas, Ducrot consegue avançar e ultrapassar os estudos lingüísticos que vigoravam até então, já que se desvencilha da noção de língua como instrumento de comunicação, como admitida por Saussure e seus seguidores. Ora, foi a partir da concepção de língua como um jogo cuja função fundamental é a argumentação que Ducrot foi capaz de perceber não só que há alguém que enuncia, mas também que, ao fazê-lo, não enuncia sozinho, depende da enunciação anterior, que, de algum modo, deixa marcas na enunciação presente.

Dessa forma, contrariando a concepção de sujeito que predominava nos estudos da ciência da linguagem, ou seja, a noção de um ser que fala sozinho e é intencional, decidindo por si só o que deve ou não ser enunciado, Ducrot surge com a concepção de que esse sujeito não enuncia sozinho, mas dá voz a outros sujeitos. Para esse autor, o sujeito também parece ser intencional, mas na medida em que abre espaço para a enunciação de outros, sua intenção é se posicionar no jogo interativo.

Para melhor compreendermos a forma como Ducrot concebe o sujeito, julgamos essencial explicitar, mesmo que de forma sucinta, algumas noções defendidas pelo

autor, como as de enunciado e enunciação, dentre outras, até porque ele estuda, em suas obras, a enunciação, e a abordagem daquele que enuncia surge em decorrência desse estudo.

A fim de fazer mais inteligíveis suas concepções, Ducrot (1984/1987: 89-177) estabelece, primeiramente, uma distinção entre *frase* e *enunciado*, e, em seguida, entre *enunciado* e *enunciação*. Assim, para o autor, a *frase* é “uma entidade lingüística abstrata, idêntica a si mesma em suas mais diversas ocorrências”, é “um objeto teórico” e não pertence “ao domínio do observável”. Em contrapartida, o *enunciado* pode ser tomado como observável, como a “manifestação *hic et nunc* de uma frase”, como uma ocorrência particular e sempre nova. Cada vez que uma mesma frase é enunciada, seja por enunciadores distintos, seja pelo mesmo enunciador, trata-se de enunciados diversos, ou seja, o enunciado é *irrepetível*, mesmo que a frase seja a mesma.

No que tange à concepção de enunciação, Ducrot (p. 168) declara que esta pode ter várias acepções, contudo opta apenas por uma: “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado”. O autor defende a idéia de que a enunciação é a realização de um enunciado e, portanto, é uma *aparição momentânea*. Nas palavras do lingüista, “é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois”.

Para chegarmos à forma como Ducrot entende o sujeito da enunciação, além de explicitarmos suas concepções sobre *frase*, *enunciado* e *enunciação*, é necessário refletir sobre os conceitos de “significação” e “sentido”, definidos por esse autor como os valores semânticos da frase e do enunciado.

Para o lingüista, o termo *significação* deve ser utilizado para caracterizar semanticamente a frase, enquanto *sentido* é a palavra apropriada para a caracterização semântica do enunciado. Quanto ao primeiro termo, o autor o concebe como “um conjunto de instruções dadas às pessoas que têm que interpretar os enunciados da frase, instruções que especificam que manobras realizar para associar um sentido a estes enunciados.” (p. 170). Com relação ao *sentido*, Ducrot afirma que esse é uma *representação ou descrição da enunciação*.

E é exatamente nessa concepção de *sentido do enunciado* que podemos vislumbrar a noção de sujeito defendida por Ducrot. O autor não considera como sujeito da enunciação aquele que efetivamente fala, o ser empírico, o sujeito falante, mas acredita que o sujeito que enuncia é um ser discursivo que só se constitui na representação da enunciação, isto é, no sentido do enunciado. Por isso, a enunciação pode ser atribuída a mais de um sujeito; o sujeito-locutor pode dar voz a outros sujeitos e, portanto, o sujeito da enunciação não deve ser estudado sob o prisma de uma unicidade inabalável, como argumenta o próprio autor:

Certamente quando defini a noção de enunciação, tal como a utilizei enquanto lingüista que descreve a linguagem, recusei-me, explicitamente, de aí introduzir a idéia de um produtor da fala: minha noção é neutra em relação a tal idéia. Mas não se dá o mesmo com esta descrição da enunciação que é constitutiva do sentido dos enunciados – a que é constitutiva do que o enunciado quer dizer e não mais do que o lingüista diz. Ela contém, ou pode conter, a atribuição à enunciação de um ou vários sujeitos que seriam sua origem. (DUCROT, 1984/1987: 181-182)

Partindo dessas premissas, parece-nos possível afirmar que o sujeito, para Ducrot, é uma representação no sentido do enunciado. O que o lingüista francês defende é que não há como admitir um sujeito que se expresse sozinho, de forma direta, apresentando-se como único dono de “suas” palavras; pelo contrário, o que há é um ser discursivo (o locutor), que, no mesmo enunciado, dá voz a um certo número de *personagens*, a um certo número de outros *sujeitos*. Vemos, nessa linha analítica desenvolvida por Ducrot, uma espécie de operacionalização do conceito de polifonia, que passa a ser encarada como as diversas representações (vozes) do sujeito no interior do enunciado. Já não são mais as marcas da presença do locutor dentro dos enunciados o foco de análise, como em Benveniste, tampouco esse foco está na inserção da língua em um universo sócio-ideológico e cultural mais amplo que explique o seu funcionamento, como em Bakhtin. Agora, trata-se de investigar a enunciação como um acontecimento histórico, focalizando os diversos modos de o sujeito ser representado no interior do enunciado.

No bojo da teoria polifônica de Ducrot está disseminada a idéia de que a confrontação dessa diversidade de vozes é também responsável pela constituição do sentido do enunciado, ou seja, esse sentido surge como resultado do entrecruzamento das várias vozes aí presentes.

Acreditamos que seja pertinente, para o propósito de esclarecer o ponto de interesse do estudo do sujeito por Ducrot, promover um breve paralelo entre o que é, de fato, buscado na investigação da subjetividade, tal como realizada por esse autor, e naquela empreendida por Benveniste, que introduziu o estudo do sujeito no quadro da Lingüística pós-saussuriana.

Para Benveniste, o que interessava não era o estudo do sujeito propriamente, mas das marcas que atestavam sua presença no enunciado (FLORES; TEIXEIRA, 2005: 35). Por isso o autor empreendeu um estudo detalhado de determinadas classes de palavras, como pronomes pessoais, demonstrativos, advérbios de tempo, lugar, alguns tempos verbais, dentre outros, a fim de identificar elementos responsáveis pela referenciação em um enunciado, elementos que, de alguma forma, apontassem para aquele que enuncia, bem como para o momento e o local de enunciação. Interessava, então, a Benveniste, muito mais o estudo do aparato formal da enunciação do que propriamente o trabalho daquele que enuncia. Por outro lado, no que concerne à abordagem ducrotiana, podemos dizer que seu interesse também está centrado na enunciação e, com relação ao estudo do sujeito, o autor busca as suas representações no enunciado, ou seja, busca identificar as imagens produzidas pelo locutor através das vozes que ele permite serem enunciadas. Essas representações, no entanto, não devem ser confundidas com as marcas investigadas por Benveniste. O trabalho realizado por Ducrot não se prende apenas aos indicadores da dêixis; vai além, estudando as vozes dos sujeitos presentes no enunciado e a forma como, dependendo da *imagem* que pretende transmitir, o locutor utiliza-se de estratégias discursivas<sup>6</sup>, ora para se afastar daquilo que é enunciado, ora para atestar sua conformidade ou aproximação com determinado ponto de vista. Ou seja, Ducrot empreende, assim como Benveniste, um estudo centrado na língua, como anteriormente destacado, mas a forma como ambos os autores estudam o sujeito na sua relação com a língua é bastante diversa: Benveniste focaliza o dispositivo enunciativo contido na língua para investigar a partir daí os modos de enunciar à disposição do falante; Ducrot parte também da língua (para ele, fundamentalmente argumentativa), mas dá ênfase ao modo de enunciar do locutor, às representações que ele dá no enunciado das relações

---

<sup>6</sup> A respeito dessas estratégias, ver capítulo 3 deste trabalho.

subjetivas e intersubjetivas ali envolvidas. A investigação do autor vai, portanto, em outra direção, na direção de uma polifonia enunciativa. Segundo Benveniste, para enunciar, basta o sujeito apropriar-se da língua e fazer suas escolhas; para Ducrot, essa escolha não é um ato automático de apropriação, depende das condições do jogo.

Ainda tendo por finalidade marcar o posto de observação de Ducrot no tocante à noção de sujeito da enunciação, consideramos pertinente marcar a diferença entre sua concepção e a idéia de sujeito que vigora na Análise do Discurso de linha francesa (AD). Tal demarcação parece necessária pelo fato de que a subjetividade é um dos principais temas abordados pela AD, e sua concepção de sujeito é freqüentemente aproveitada por estudiosos da linguagem.

O sujeito, para essa corrente, é entendido como ideologicamente constituído, é um ser “assujeitado” pela ideologia, e sua manifestação se dá no e pelo discurso, como bem observa Orlandi (1999: 17):

[...] a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua [...]. Essa relação (língua-discurso-ideologia) se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Conseqüentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos.

Para melhor compreender a concepção de sujeito da AD, a explanação, ainda que sucinta, dos conceitos de Formação Ideológica e Formação Discursiva torna-se essencial, já que “os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seus discursos) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes.” (PÊCHEUX, 1975/1997: 160).

Formação ideológica é, então, um complexo conjunto de atitudes e representações que intervêm com força na luta de classes, e formação discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa

conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito*.” (PÊCHEUX, 1975/1997: 160, grifo do autor)

Com base nessas concepções, a Análise do Discurso deu origem a seu conceito de sujeito. No entanto, esse conceito sofreu alterações conforme a própria AD se desenvolvia. De fato, a Análise do Discurso de linha francesa passou por três fases no curso de seu desenvolvimento e, em cada uma dessas “épocas”, a noção de sujeito se modificou.

Segundo o próprio Pêcheux (1983/1993), na chamada AD-1, a idéia que predominava era a de um sujeito totalmente assujeitado às imposições da formação ideológica e da formação discursiva. Após severas críticas e algumas desconstruções-reorganizações, foi instituída a AD-2, na qual o sujeito continuava sendo visto como assujeitado, mas com a diferença de que tinha a ilusão de ser livre, isto é, apesar de submetido às coerções da ideologia, acreditava ser dono de seu próprio discurso.

De acordo com Pêcheux (1983/1993), devido à mudança na concepção de discurso, que deixa de ser visto como estruturalmente fechado, a Análise do Discurso entra em sua terceira fase, na qual a questão do discurso é colocada sob o signo da heterogeneidade.

A AD-3 incorpora a seus estudos a noção de dialogismo postulada por Mikhail Bakhtin. Desse modo, reconhece que no dizer do sujeito existem outras vozes que também dizem. A noção de sujeito, nessa fase, sofre um deslocamento bastante significativo, uma vez que no lugar de um sujeito totalmente dominado pela ideologia, tem-se um sujeito que, através de respostas inesperadas, jogos de palavras e outros recursos, discorda da ideologia e “fura” de alguma forma as suas malhas. Esse sujeito é tomado como essencialmente heterogêneo, clivado, dividido, perpassado pelo outro.

Nesse ponto, chama-nos atenção o fato de que a noção de dialogismo que predomina em Bakhtin é aproveitada pela Análise do Discurso. À primeira vista, podemos ter a impressão de que a última fase da AD trabalha com uma noção de

sujeito semelhante à concepção defendida por Ducrot, uma vez que este também aproveita alguns dos postulados bakhtinianos para formular sua concepção. Todavia, algumas diferenças marcam as concepções de sujeito da AD e de Ducrot. Como explicita Martins (1990: 103-104):

Pêcheux defende a materialidade ideológica do sentido, constituído em formações discursivas, e atribui ao sujeito a mesma determinação semântica: aquele que se julga na origem do significado de suas palavras é, ao contrário, ideologicamente constituído por esse significado. [...]. Para Ducrot, a subjetividade sofre uma determinação de natureza já não semântico-ideológica, mas semântico-lingüística. Não há um sujeito autônomo na origem do significado, por dois motivos: primeiro, [...] por sua multiplicidade polifônica; em segundo lugar, pelas determinações lingüísticas que sofre – fazemos com a linguagem o que está nos limites de suas determinações, e esses limites são estabelecidos por indicações impressas na estrutura da língua, constituem o que o autor entende por significação.

A base da concepção ducrotiana de sujeito da enunciação não leva em conta fatores ideológicos como os considerados pela AD, que apesar de ter sofrido significativas alterações, ainda tem a ideologia como fator essencial para a determinação do sujeito. Ducrot busca trabalhar com o conceito de polifonia de Bakhtin em uma perspectiva estritamente lingüística, portanto, não agrega à concepção das várias vozes fatores externos como história ou ideologia, ao menos não no sentido em que faz a AD.

É certo que há outras diferenças entre a noção de sujeito de Ducrot e a da AD, entretanto, o que procuramos deixar claro é que, apesar de terem buscado na mesma fonte a concepção de polifonia para desenvolverem suas análises, os postos teóricos de Ducrot e da AD são claramente distintos, não podendo, de forma alguma, ser confundidos.

Estabelecidas, então, as diferenças entre as concepções de Ducrot e da Análise do Discurso de linha francesa, passemos à explanação do modo como Ducrot categoriza as várias vozes dos vários sujeitos que, segundo ele, estão presentes no sentido do enunciado. Para tanto, porém, faz-se necessário, primeiramente, compreendermos a forma como o lingüista insiste na impossibilidade da unicidade do sujeito.

A fim de defender sua posição, em *O Dizer e o Dito*, o autor coloca em discussão determinadas características comumente atribuídas ao sujeito, como o fato de ser *dotado de toda atividade psico-fisiológica necessária à produção do enunciado*, além de ser *o autor, a origem dos atos ilocutórios realizados na produção desse enunciado*, bem como o fato de ser visto como o ser designado pelas marcas da primeira pessoa.

Após evidenciar essas propriedades, Ducrot passa a explicar que, empregando-se um enunciado em um diálogo um pouco mais complexo, percebe-se, claramente, que tais atributos não se referem, necessariamente, a um único sujeito, uma vez que pode acontecer de o produtor empírico do enunciado não ser o sujeito a quem os pronomes de primeira pessoa se referem, como ocorre, muitas vezes, quando se relata uma fala em discurso direto. Além disso, o sujeito designado pelo *eu* pode não ser o responsável pelo ato ilocutório, como freqüentemente acontece nos casos de retomada de um enunciado. Assim, Ducrot deixa claro que é inadequado afirmar a existência de um sujeito único, e apregoa que, na realidade, o que há é uma dispersão de sujeitos em um enunciado. A partir de então, o lingüista francês inicia uma categorização desses sujeitos, sistematizando a sua concepção de polifonia.

Para começar, postula que o *sujeito falante* (o produtor empírico, aquele que produz efetivamente o enunciado) não deve interessar ao lingüista, visto que este último tem por finalidade estudar apenas o que se encontra no enunciado, desconsiderando as condições externas de sua produção. Dentro do enunciado, o primeiro sujeito que o autor distingue é o locutor, que é concebido como:

[...] um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que refere o pronome eu e as outras marcas da primeira pessoa. (DUCROT, 1984/1987: 182)

O locutor, diferentemente do sujeito falante, que é um ser empírico, constitui-se como um ser do discurso, é o autor inscrito no próprio sentido do enunciado, ou seja, esse sujeito é uma espécie de personagem fictícia, já que só existe no interior do enunciado, podendo ser evidenciado pelas marcas de primeira pessoa, pelo *aqui* e pelo *agora* da enunciação. De acordo com Ducrot, no próprio interior da noção de

*locutor*, faz-se possível distinguir o *locutor enquanto tal* ( $L$ ), e o *locutor enquanto ser do mundo* ( $\lambda$ ), sendo que este tem por propriedade ser a origem do enunciado, enquanto aquele é o responsável pela enunciação. A fim de que essas duas categorias ( $L$  e  $\lambda$ ) se tornem mais claras, observemos o exemplo a seguir: “Lamentavelmente, a crise que o país enfrenta não tem previsão de término”. Segundo a concepção ducrotiana, podemos estabelecer que quem afirma o conteúdo do enunciado citado é  $L$ , o *locutor enquanto tal*, que tem por característica justamente o fato de ser o responsável pela enunciação. Em contrapartida, podemos dizer que a expressão “lamentavelmente” indica a presença de  $\lambda$  no enunciado, visto que é enquanto ser do mundo que se pode lamentar determinada situação, isto é,  $L$  realiza um ato ilocutório asseverando que  $\lambda$  lamenta a indeterminação do fim da crise que o país enfrenta.

A última categoria de sujeito definida pelo autor é a dos *enunciadores*, que são aqueles que se expressam por meio da enunciação, “sem que para tanto se lhes atribuam palavras precisas; se eles falam é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras.” (DUCROT, 1984/1987: 192). A título de comparação, para que compreendamos melhor a relação estabelecida por Ducrot entre o *enunciador* e o *locutor*, acreditamos que seja pertinente exemplificar essa conexão como o próprio autor a entende, isto é, como uma espécie de organização teatral, em que o locutor seria o autor, aquele que organiza as posições, que põe em cena os personagens, enquanto os enunciadores representariam exatamente esses personagens, a origem das vozes, dos pontos de vista expressos. Tal relação fica muito clara no excerto seguinte:

De uma maneira análoga, o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes. E sua posição própria pode se manifestar seja porque ele se assimila a este ou aquele dos enunciadores, tomando-o por representante [...], seja simplesmente porque escolheu fazê-los aparecer, e que sua aparição mantém-se significativa, mesmo que ele não se assimile a eles [...]. (DUCROT, 1984/1987: 193)

O que nos chama atenção na relação supracitada é o fato de que pontos de vista diversos são explicitados em um enunciado não por acaso, ou de forma aleatória, mas, ao que nos parece, o locutor, tal como apresentado por Ducrot, é um ser que

abre espaço para a enunciação de várias perspectivas com propósitos múltiplos, os quais podem variar desde a intenção de apresentar pontos de vista de vários enunciadores para, em seguida, refutá-los e fundamentar o seu próprio modo de entender determinada questão, até fazer ouvir determinada voz pela qual não se responsabiliza de forma direta, atribuindo-a a um enunciador estranho. Sendo assim, o sujeito da enunciação, do modo como é conceituado por Ducrot, é, de fato, uma representação no sentido do enunciado, ou seja, esse ser é constituído discursivamente a partir de determinadas estratégias engendradas pelo locutor. Assim, como uma espécie de “manipulador”, o sujeito-locutor integra à sua fala a enunciação de outros sujeitos a fim de produzir representações condizentes com suas finalidades enunciativas. Essa relação entre locutor e enunciador será retomada e aprofundada no terceiro capítulo.

## **2.6 Authier-Revuz: um reforço teórico**

É certo que o estudo da subjetividade passou a ocupar, em especial a partir dos postulados de Benveniste, um lugar de grande destaque nas pesquisas lingüísticas que têm como principal preocupação a enunciação. O sujeito, que por ter sido reduzido a falante, havia sido ignorado no processo de instituição da Lingüística como ciência, acabou conquistando seu espaço nos trabalhos desenvolvidos nessa área. O que devemos salientar, todavia, é que esse sujeito não tem sido estudado de forma uniforme, visto que ora é abordado por uma perspectiva estritamente lingüística, sem a consideração de nenhum fator externo à língua, ora é observado a partir de um olhar que abarca aspectos extralingüísticos.

Autores como Benveniste, Bakhtin e Ducrot, cujas considerações no tocante à subjetividade foram anteriormente apontadas, constituem-se como exemplos claros dessa diversidade com relação ao tratamento do sujeito. Benveniste e Ducrot são representantes de um estudo intralingüístico daquele que enuncia, embora, como já observamos, haja diferenças no que tange ao modo como abordam a questão. Por outro lado, apesar de não ser, de fato, um lingüista, Bakhtin também se ocupou em investigar o processo de enunciação e o sujeito que enuncia, e fez isso por uma perspectiva que ultrapassava a consideração da materialidade lingüística, ocupando-

se de elementos como cultura, ideologia, sociedade, enfim, fatores que iam além das barreiras lingüísticas.

Pensando nessa variedade de abordagens, acreditamos que seja pertinente a introdução dos postulados de Jacqueline Authier-Revuz neste trabalho, uma vez que seus estudos contemplam uma heterogeneidade teórica para dar conta não apenas do sujeito, mas de diversas questões concernentes ao ato enunciativo. Vale lembrar que o próprio Ducrot (1984/1987: 163) declara sua dívida para com a autora.

Os trabalhos de Authier-Revuz estão inseridos numa linha de pesquisa denominada neo-estruturalista, já que, apesar de considerar o processo de enunciação, ela busca trabalhar com a materialidade lingüística. A própria lingüista deixa claro seu campo de atuação, visto que declara que:

Na oposição, traçada por C. Fuchs no seio das abordagens da enunciação, entre uma corrente pragmática, que parte de “conceitos lógico-lingüísticos” ou de categorias relativas à “linguagem em atos” ou à interação, e uma corrente “enunciativa no sentido estrito”, “neo-estruturalista”, *que parte* – nesse campo heterogêneo onde se encontram a língua e os seus exteriores – *das formas de língua* (marcada pelos nomes de Bally, Benveniste, Culioli); é a esta última que se correlaciona meu trabalho. (AUTHIER-REVUZ, 1992/1998: 16, grifos da autora)

Apesar, porém, de se autodenominar neo-estruturalista, podemos entender que, devido ao modo como trabalha, Authier-Revuz aproxima-se de outros campos da Lingüística como, por exemplo, da Análise do Discurso. E, mesmo se situando como uma pesquisadora que estuda, de fato, a língua, admite a possibilidade de investigar a linguagem levando em conta teorias externas à Lingüística. Como ela mesma declara:

[...] é inadequado para a Lingüística não *explicitar* sua relação com este exterior, pois quaisquer que sejam as precauções tomadas para delimitar um campo autonomamente lingüístico, num domínio como o da enunciação, o exterior inevitavelmente retorna implicitamente ao interior da descrição e isto sob a forma “natural” de reprodução, na análise, das evidências vivenciadas pelos sujeitos falantes quanto a sua atividade de linguagem. (AUTHIER-REVUZ, 1990: 25, grifo da autora)

Para, então, desenvolver o que chama de heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso, a estudiosa se apóia em dois campos de investigação externos à

ciência da linguagem, a Teoria do Dialogismo, desenvolvida por Bakhtin, e a Psicanálise de Freud e Lacan. Ambas as teorias, mesmo não fazendo parte da Lingüística, estudam, de alguma forma, a linguagem e, portanto, constituem-se como importantes reforços teóricos para a pesquisa da autora.

A idéia defendida por Authier-Revuz é de que é possível estudar lingüisticamente o discurso aproveitando, para investigar sua heterogeneidade constitutiva, conceitos externos à Lingüística. Tendo, portanto, como foco a noção de que há uma variedade de vozes que constituem o discurso e, conseqüentemente, o sujeito, Authier-Revuz busca respaldo na noção, postulada por Bakhtin, de que não há um discurso original, isto é, de que a nossa fala é sempre perpassada por outras vozes, de que o *outro atravessa constitutivamente o um*.

De fato, para a autora, o conceito de *outro* formulado por Bakhtin é de extrema relevância para seus propósitos, uma vez que esse outro “não é nem o *objeto* exterior do discurso (falar do discurso do outro), nem o *duplo*, não menos exterior do locutor: ele é a *condição* do discurso, e é uma *fronteira interior*, que marca no discurso a relação constitutiva com o outro” (AUTHIER-REVUZ, 1982/2004: 46, grifos da autora). Ou seja, a lingüista encontra nessa concepção base para asseverar que todo discurso é heterogeneamente constituído.

Apoiada nos postulados bakhtinianos, Authier-Revuz (1982/2004: 35-36) afirma que “toda palavra remete a um contexto ou a vários, nos quais viveu sua existência socialmente subjugada. Ela chega a seu próprio contexto, vinda de outro contexto, penetrada pelo sentido dado por outros”. Em outras palavras, toda palavra está necessariamente ocupada, habitada por discursos alheios, o que torna o discurso, conseqüentemente, heterogêneo.

Seguindo essas premissas, a autora admite que não se pode delimitar áreas entre os discursos, uma vez que esses se permeiam e se constroem; *não há discurso sem um entrecruzar de outros discursos*. O que é exterior acaba sendo parte do interior, isto é, “o lugar ‘do outro discurso’ não é *ao lado*, mas *no* discurso.”

Desse modo, para defender uma heterogeneidade constitutiva do discurso, a noção de dialogismo engendrada por Bakhtin é fundamental, mesmo que os estudos desse pensador não estejam dentro do campo da Lingüística propriamente dita. A respeito desse reforço que convoca para suas pesquisas, Authier-Revuz (1982/2004: 48) declara:

Mesmo se os trabalhos – que exploram respectivamente a interlocução e a interdiscursividade – produziram análises e conceitos de um rigor e de uma coerência ao olhar dos quais a paixão dialógica por vezes prolixa de Bakhtin pode parecer “ultrapassada”, eu creio que não se deve desconhecer a força e a atualidade de seu ponto de vista, particularmente na articulação mantida entre “os outros discursos” e “o discurso do outro - interlocutor”, ainda que se leve em conta a flutuação relativa a esse ponto, a articulação cujas potencialidades, atualmente, estão longe de terem sido exploradas na descrição lingüística.

Assim, a autora deixa, mais uma vez, claro que é admissível e, até mesmo, necessário aproveitar noções formuladas fora do campo da Lingüística desde que essas noções contribuam para a ampliação e o desenvolvimento das investigações dentro da ciência da linguagem.

Defendendo, então, essa idéia, Authier-Revuz convoca, além do dialogismo bakhtiniano, outro campo de saber exterior à Lingüística: a Psicanálise. Esse método criado por Sigmund Freud tem como principal objetivo estudar o inconsciente, e para o desenvolvimento desse estudo, aspectos que envolvem língua, linguagem e sujeito são levados em conta. São, pois, esses aspectos que interessam a Authier-Revuz, que trabalha com determinadas noções formuladas por Freud, mas se apóia, mais especificamente, na releitura deste estudioso feita por Lacan.

Segundo a lingüista, é exatamente por lançar um olhar exterior à Lingüística sobre temas como a linguagem, a fala e o sujeito falante que a Psicanálise pode interessar à ciência da linguagem. A concepção de sujeito, em especial, é o que mais chama a atenção da autora, já que *contrariamente à imagem de um sujeito “pleno”, que seria a causa primeira e autônoma de uma palavra homogênea*, este é entendido como um sujeito dividido e “efeito da linguagem”. Nas palavras da pesquisadora:

Sempre sob as palavras, “outras palavras” são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios da “pontuação do inconsciente”.

Esta concepção do discurso atravessado pelo inconsciente se articula àquela do sujeito que não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem: sujeito *descentrado*, dividido, clivado, barrado... [...]. (AUTHIER-REVUZ, 1990: 28, grifo da autora).

Nessa concepção, o sujeito não é mais “senhor de sua morada” e é aí que está, segundo Authier-Revuz, a possibilidade do *mascaramento*, isto é, a ilusão do centro é condição importante para a constituição do *eu*. Apesar de descentrado, de acordo com Freud, o sujeito tem a ilusão de ser autônomo; ele desconhece a determinação do inconsciente e dos outros discursos em seu enunciado. Essa ilusão é, portanto, normal e necessária, uma vez que considerar a ação do inconsciente como forma de acesso para outros discursos sem que esse processo seja consciente, permite-nos entender que o discurso é um campo heterogêneo por natureza e constituição.

Ao enunciar, o sujeito aciona outros dizeres, sem, entretanto, ter consciência dessa retomada. Podemos, então, concordar com a idéia de que “a inserção do inconsciente no discurso provoca não só a divisão do sujeito, mas também traz a noção de assujeitamento” (DEZERTO, 2006: 43). Esse assujeitamento se dá quando o sujeito se submete ao discurso na retomada dos sentidos em vigência na sociedade na qual está inserido. De fato, os sentidos preexistem à chegada do sujeito ao mundo e, portanto, ao enunciar, este ser se subordina discursivamente a tais sentidos, assujeitando-se, desse modo, a outros discursos e constituindo-se, assim, como um ser atravessado e efeito de linguagem.

Ao admitir a retomada de exterioridades teóricas tais como o dialogismo bakhtiniano e a psicanálise, Authier-Revuz acaba por dialogar com outro campo teórico, desta vez, porém, um campo considerado como pertencente à Lingüística: a Análise do Discurso de linha francesa (AD). Tal aproximação deve-se ao fato de essa corrente (AD) também aproveitar conceitos bakhtinianos e freudo-lacanianos para a formulação do conceito de sujeito, por exemplo. Para a AD, o sujeito é ideologicamente interpelado, assujeitado e perpassado por outros discursos. Essa corrente lingüística trabalha com a noção de *interdiscurso*, entendido como o saber que retorna sob a forma do já dito e que torna possível todo e qualquer discurso.

Authier-Revuz aproveita também essa noção de *interdiscurso* e defende que o ato enunciativo é marcado pela relação que estabelece com outros discursos, com o *já-dito*, enfim, com enunciados previamente construídos. O que deve ser destacado, todavia, é que esse acesso ao interdiscurso, como aponta Freud, acontece de forma inconsciente, “sem que se dê conta desse processo de ativação de exterioridade constitutiva do discurso”. (DEZERTO, 2006: 45).

A respeito dessa reunião de conceitos de diversas áreas para respaldar seu ponto de vista e estudar lingüisticamente o processo de enunciação, Authier-Revuz (1992/1998: 186) declara:

[...] podemos nos apoiar em exteriores teóricos que destituem o sujeito do domínio de seu dizer – ao modo da teoria do discurso e do interdiscurso enquanto lugar de constituição de um sentido que escapa à intencionalidade do sujeito, desenvolvida por M. Pêcheux e, de forma central, da teoria elaborada por J. Lacan, de um sujeito produzido pela linguagem e estruturalmente clivado pelo inconsciente -, quer dizer, onde o sujeito, efeito de linguagem, advém dividido, na forma de uma não-coincidência consigo mesmo [...]

Ao considerar todas essas concepções de discurso e sujeito, Authier-Revuz deixa claro que o fundamento do sujeito com o qual busca trabalhar está situado “em um lugar múltiplo, fundamentalmente heterônimo, em que a exterioridade está no interior do sujeito”. E a autora ainda destaca que nessa idéia de que o *outro* está, necessariamente, no discurso e no sujeito, “reencontram-se as concepções do discurso, da ideologia, e do inconsciente, que as teorias da enunciação não podem, sem riscos para a Lingüística, esquecer” (AUTHIER-REVUZ, 1990: 29).

É por tudo isso que optamos por incluir as concepções dessa lingüista em nossa pesquisa. Mais especificamente, chamou-nos atenção o fato de que seus postulados também apontam para uma não unicidade do sujeito e para uma multiplicidade teórica na constituição de seu ponto de vista, já que, a fim de sustentar um estudo lingüístico, aproveita aspectos exteriores à língua, mostrando a possibilidade de articulação entre teorias diversas.

## 2.7 Um balanço provisório

Nosso objetivo neste capítulo foi investigar as diferentes formas de abordagem da subjetividade no campo de estudos da enunciação, ou seja, buscamos, sobretudo, examinar a concepção de teóricos que tinham por interesse analisar o processo de enunciação e que empreenderam estudos bastante pertinentes no que diz respeito ao modo como o sujeito se manifesta nesse processo. Para tanto, demos início a um trajeto específico cuja finalidade foi mostrar como o sujeito passou a ser considerado nos estudos lingüísticos e como sua abordagem ganhou terreno, ultrapassando os pontos fixos, as marcas formais das análises benvenistianas.

Desenvolvemos, então, tendo em vista nossos objetivos, um caminho teórico que teve como ponto de partida considerações a respeito da transformação pela qual a Lingüística passou a partir das formulações de Saussure. Enfatizamos, nesse momento, a forma como, para instituir a ciência da linguagem, foi preciso uma demarcação de limites no tocante a seu objeto de estudo, o que acabou por deixar de fora desse objeto o sujeito e tudo o mais que dizia respeito ao processo de enunciação.

Em seguida, encaminhamo-nos para o momento em que a subjetividade passou a ser considerada nos estudos da ciência da linguagem, isto é, mostramos como Benveniste, mesmo inserido em uma lingüística estruturalista, contribuiu para que o sujeito conseguisse um lugar de destaque nos estudos lingüísticos. Além disso, buscamos deixar claro que o interesse de Benveniste eram as marcas deixadas pelo sujeito no interior dos enunciados.

Depois de termos discorrido a respeito dessa retomada da subjetividade nos estudos lingüísticos, expusemos as considerações de Bakhtin, priorizando aí, sua concepção de um sujeito dialógico, visto que tal idéia se contrapunha à tese da unicidade do sujeito e abria uma brecha para novas perspectivas de análise do sujeito na Lingüística.

Procuramos, em seguida, apresentar o estudo das representações do sujeito da enunciação empreendido por Oswald Ducrot. Nesse ponto, buscamos deixar claro

que, contrariando a tese da unicidade enunciativa, Ducrot provou que podem estar presentes em um único enunciado diversos sujeitos, ou melhor, diversas vozes. Passamos, então, a explicitar a categorização desses vários sujeitos, proposta pelo próprio autor.

Nesse ponto da exposição, convocamos a voz de Jacqueline Authier-Revuz para fazer parte do quadro teórico, uma vez que, ao apoiar-se em teorias externas à Lingüística, ela estuda o sujeito e o discurso de forma inovadora, e representa um reforço para o quadro teórico aqui delineado. Entretanto, o diálogo com a autora não se encerra aqui. Entendemos que as incursões por ela empreendidas no campo da análise podem ancorar a nossa proposta de aproximação entre Bakhtin e Ducrot. Por isso ela retorna, juntamente com esses autores, no próximo capítulo desta pesquisa.

### 3 O OUTRO NO DISCURSO DO EU: DIALOGISMO, POLIFONIA, HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA

#### 3.1 O princípio dialógico de Bakhtin e a Lingüística

*Vozes diferentes, interação verbal, discurso alheio, palavras dos outros, multiplicidade de vozes, polifonia*, enfim, são diversas as noções relacionadas ao princípio que perpassa e estrutura toda a obra de Bakhtin, o princípio do dialogismo.

Desde seus primeiros trabalhos, o teórico russo deixa claro que o modo como entende a língua é bastante diverso da forma como esta vinha sendo concebida nos estudos lingüísticos. Recusando-se a definir a língua como um sistema estruturado, exterior ao indivíduo e perfeitamente analisável isoladamente, Bakhtin estabeleceu que seus estudos não estavam situados no campo da Lingüística da *langue*, mas se encontravam no interior de uma nova ciência, a Metalingüística/Translingüística, visto que a ciência da linguagem, devido à rigidez de suas categorias, não seria capaz, segundo o pensador soviético, de dar conta de um estudo como o que ele propunha, isto é, um estudo que ultrapassasse uma abordagem imanente e concebesse a interação social como verdadeira substância da língua. Nas palavras do autor,

[...] a Lingüística estuda a “linguagem” propriamente dita com sua lógica específica na sua *generalidade*, como algo que *torna possível* a comunicação dialógica, pois ela abstrai conseqüentemente as relações propriamente dialógicas. Essas relações se situam no campo do discurso, pois este é por natureza dialógico e, por isto, tais relações devem ser estudadas pela Metalingüística, que ultrapassa os limites da Lingüística e possui objeto autônomo e metas próprias. (BAKHTIN, 1929/2005: 183, grifos do autor)

Dessa forma, Bakhtin deixa claro que sua proposta de estudo do discurso, baseada nas relações dialógicas que o compõem, se situa no campo de uma nova ciência, a Metalingüística/Translingüística. De fato, a concepção dialógica de língua, linguagem e, até mesmo, de vida do pensador russo pode ser percebida ao longo de suas formulações. Desde o início de sua teoria, quando suas preocupações recaíam sobre a relação entre o autor e o personagem, a idéia de que estamos sempre

participando de um diálogo e de que não podemos conceber o *eu* sem o *outro* já permeava o trabalho de Bakhtin. Uma primeira concepção bastante trabalhada pelo teórico nessa época e que teve uma relevância inquestionável para a fundamentação do princípio do dialogismo foi a noção de *excedente de visão*. Tal idéia consiste no fato de que só o *outro* é capaz de dar o devido acabamento ao *eu*, uma vez que só o *outro* pode ver o *eu* de forma integral. De acordo com Bakhtin, impera na existência humana o *princípio da incompletude*, ou seja, *eu* não me completo senão pelo olhar do *outro*, assim como o *outro* é incompleto sem o meu olhar. Desse modo, o que o autor busca esclarecer é que “eu tomo consciência de mim e me torno eu mesmo unicamente me revelando para o outro, através do outro e com o auxílio do outro.” Não há como separar, pelo que declara o estudioso russo, essas duas consciências, até porque “[...] nenhum dos acontecimentos humanos se desenvolve nem se resolve no âmbito de uma consciência. [...] Uma só consciência é um *contradictio in adjecto*. A consciência é essencialmente plural. *Pluralia tantum*.” (BAKHTIN, 1979/2003: 341-342). Assim, o autor deixa claro que, para ele, o *eu* e o *outro* são indissociáveis; um constitui o outro. E, de igual modo, ao desenvolver o princípio do dialogismo, o pensador transpõe essa dupla constituição do *eu* para a linguagem. Como afirma Tezza (2005: 211):

Pelo princípio da *exotopia*, eu só posso imaginar-me, por inteiro, sob o olhar do outro; pelo princípio dialógico, que, em certo sentido, decorre da *exotopia*, a minha palavra está inexoravelmente contaminada pelo olhar de fora, do outro, que lhe dá sentido e acabamento. Em suma, no universo bakhtiniano, nenhuma voz, jamais, fala sozinha. E não fala sozinha não porque estamos, vamos dizer, mecanicamente influenciados pelos outros – eles lá, nós aqui, instâncias isoladas e isoláveis –, mas porque a natureza da linguagem é inelutavelmente dupla.

Com efeito, para Bakhtin, estamos constantemente participando de um diálogo; estamos inevitavelmente interagindo com o outro, constituindo esse outro e sendo por ele constituídos, ou seja, para esse autor, o dialogismo é o princípio básico da existência humana.

Tendo, então, por base o referido princípio, o autor desenvolveu uma série de investigações, apresentando uma variedade de conceitos que tinham como pano de fundo a dialogia. Dentre esses conceitos, é importante destacar a *polifonia*. Ao analisar diversos textos a fim de desvendar as vozes que os constituíam, o autor

chegou à conclusão de que todo texto apresenta, de fato, um caráter dialógico, uma vez que todos resultam do encontro de várias vozes, embora alguns possam produzir um efeito de monofonia. Segundo Barros (2003: 6), tanto a monofonia, quanto a polifonia de um texto são “efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos que se utilizam em textos, por definição dialógicos”, ou seja, são efeitos gerados em decorrência das estratégias discursivas acionadas. Assim, os textos caracterizados como polifônicos são aqueles em que as várias vozes que os constituem se explicitam, deixam-se perceber e falam sem que uma dentre elas necessariamente prevaleça. Por outro lado, os textos “monofônicos” são dessa forma caracterizados pelo fato de que as vozes que os compõem não se mostram, mas *se ocultam sob a aparência de uma única voz*. Desse modo, o que Bakhtin defende é que qualquer discurso é permeado por palavras ou idéias de outrem, mas essas outras vozes podem ser assimiladas, citadas ou refutadas em um discurso de forma explícita, como acontece nos romances de Dostoiévski; ou podem ser disfarçadas sob o aspecto de um discurso monológico. (BAKHTIN, 1979/2003: 199-201)

Exatamente na obra em que trata dos textos polifônicos de Dostoiévski, Bakhtin propõe, pela primeira vez, uma abordagem dialógica do discurso, como podemos observar no trecho seguinte:

Intitulamos este capítulo “O discurso em Dostoiévski” porque temos em vista o discurso, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da Lingüística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. Mas são justamente esses aspectos, abstraídos pela Lingüística, os que têm importância primordial para os nossos fins. Por este motivo as nossas análises subseqüentes não são lingüísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na Metalingüística, subentendendo-a como um estudo – ainda não-constituído em disciplinas particulares definidas – daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam – de modo absolutamente legítimo – os limites da Lingüística. As pesquisas metalingüísticas, evidentemente, não podem ignorar a Lingüística e devem aplicar os seus resultados. A Lingüística e a Metalingüística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético – o discurso, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente e não fundir-se. Na prática, os limites entre elas são violados com muita freqüência. (BAKHTIN, 1929/2005: 181)

Mais do que sua proposta de uma compreensão dialógica do discurso, chama-nos atenção, nas palavras de Bakhtin, o fato de que, mesmo não inserindo seus estudos

no campo da Lingüística propriamente dita, isto é, da Lingüística da *langue*, o autor sugere que as pesquisas metalingüísticas/translingüísticas, dentre as quais situa suas análises, não podem ignorar os resultados da Lingüística, ou seja, o teórico russo não descarta os fundamentos lingüísticos, mesmo trabalhando com a linguagem em uso, objeto inimaginável no interior da Lingüística de base estruturalista, que predominava à época.

É interessante essa ressalva de Bakhtin com respeito aos resultados da Lingüística, uma vez que sua análise toma o exterior lingüístico como aspecto a ser considerado nos estudos que têm como matéria-prima a linguagem. Dizendo de outro modo, Bakhtin admite aí uma aproximação teórica, pois, mesmo defendendo uma abordagem dialógica do discurso, sugere que se apliquem resultados conseguidos num referencial teórico fora do seu posto de observação, os resultados da Lingüística.

Ora, o que Bakhtin parece querer explicitar é que se o discurso (ou a língua em sua integridade concreta e viva) não pode ser estudado de forma exclusivamente interna, numa perspectiva unicamente intralingüística, tampouco pode prescindir dela, uma vez que as relações dialógicas

[...] são absolutamente impossíveis sem relações lógicas e concreto-semânticas, mas são irreduzíveis a estas e têm especificidade própria. Para tornarem-se dialógicas, as relações lógicas e concreto-semânticas devem, como já dissemos, materializar-se, ou seja, passar para outro campo da existência, devem tornar-se discurso, ou seja, enunciado e ganhar autor, criador de dado enunciado cuja posição ela expressa. (BAKHTIN, 1929/2005: 184)

Bakhtin trabalha, então, com a noção de discurso como campo de manifestação das relações dialógicas, mas também admite a idéia de que, apesar de não poder ser entendido como objeto inteiramente lingüístico, o discurso não é um objeto exclusivamente social.

Bakhtin leva em conta, para conceber e estudar a linguagem, aspectos sócio-históricos e culturais que não estão internamente inseridos na língua, uma vez que, para ele, *as relações dialógicas são extralingüísticas*, mas reconhece a legitimidade do estudo propriamente lingüístico cujos resultados devem ser “aproveitados na

análise dialógica”. A respeito dessa proposta de estudo de Bakhtin, Brait (2006: 13) declara:

O enfrentamento bakhtiniano da linguagem leva em conta, portanto, as particularidades discursivas que apontam para contextos mais amplos, para um extralingüístico aí incluído. O trabalho metodológico, analítico e interpretativo com textos/discursos se dá [...] herdando da Lingüística a possibilidade de esmiuçar campos semânticos, descrever e analisar micro e macroorganizações sintáticas, reconhecer, recuperar e interpretar marcas e articulações enunciativas que caracterizam o(s) discurso(s) e indiciam sua heterogeneidade constitutiva, assim como a dos sujeitos aí instalados.

Ora, não se pode negar que, considerando fatores externos à língua, o que lhe interessa é a constituição dialógica do discurso. Tampouco se pode negar que a Lingüística é o seu *outro*, é com a Lingüística que ele mais dialoga. Portanto, dentro do conceito de *excedente de visão* que permeia as suas reflexões, o horizonte teórico do autor só pode ser compreendido a partir desse posto teórico exterior.

Já que o dialogismo é o princípio desencadeador de todo o trabalho de Bakhtin, consideramos importante destacar que podemos encontrar, ao longo de suas obras, uma dupla orientação para esse princípio; é um *duplo dialogismo* que perpassa suas formulações. Uma das orientações desse princípio é a que está voltada para o fato de que o discurso é constituído por outros discursos, ou seja, é a concepção de que permeia um mesmo discurso uma variedade de vozes sociais. Bakhtin postula uma polifonia entre discursos: é o discurso no discurso. Segundo esse autor, os enunciados não podem ser separados dos elos anteriores que os determinam, nem dos elos posteriores para os quais apontam. Os enunciados são uma espécie de resposta a enunciados passados ou mesmo uma provocação a possíveis enunciados futuros. De acordo com essa noção, tudo o que é enunciado está permeado por vozes que ora se contradizem, ora se complementam, e é desse entrecruzamento que surge o sentido do discurso.

Por outro lado, podemos notar no trabalho do filósofo uma segunda orientação para o dialogismo, a qual consiste na relação com o “outro”, com o interlocutor. De acordo com Bakhtin, o destinatário tem um papel essencial para a dialogização do discurso, participa ativamente do processo discursivo, uma vez que a palavra é ao mesmo tempo minha e do outro, apóia-se em uma extremidade no “eu” e em outra, no

“outro”; ou seja, o locutor, ao enunciar, instaura, necessariamente, um diálogo com o seu alocutário. Desse modo, fica claro que o discurso, na acepção de Bakhtin, nunca é individual, visto que está sempre em relação com outros discursos e é constituído por mais de um interlocutor, como bem explica Barros (2005: 32):

Bakhtin, repetimos, considera o dialogismo o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. Insiste no fato de que o discurso não é individual, nas duas acepções de dialogismo mencionadas: não é individual porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores, que, por sua vez, são seres sociais; não é individual porque se constrói como um “diálogo entre discursos”, ou seja, porque mantém relações com outros discursos.

Essas duas orientações da dialogização do discurso não são, como a princípio pode parecer, perspectivas distintas de estudo de um mesmo fenômeno, mas estão interligadas e dependem uma da outra, isto é, ao mesmo tempo em que é estabelecido, no ato enunciativo, um diálogo entre locutor e alocutário, também entra em jogo um diálogo entre várias vozes, entre vários discursos.

Assim, seja porque a palavra pessoal está sempre habitada pela palavra alheia, seja porque o alocutário participa ativamente do ato discursivo, o que é certo, de acordo com a concepção dialógica de linguagem engendrada por Bakhtin, é que o sujeito perde o papel de centro absoluto do dizer e, no lugar de um sujeito único, é instaurada a concepção de vozes sociais constituídas histórica e ideologicamente, vozes de vários sujeitos que lançam por terra a crença de uma unicidade enunciativa. Fica claro, porém, que esta concepção decorre da perspectiva sócio-histórica a partir da qual Bakhtin encara a linguagem, perspectiva mais ampla do que a da Lingüística, que o autor discute, mas não ignora. Segundo esse autor, os sujeitos que participam do ato enunciativo são seres que se organizam de modo social. Por conseguinte, elementos exteriores (sócio-históricos) que alimentam a prática social concreta desses sujeitos não podem ser negligenciados no tratamento da linguagem. De acordo com o pensador russo:

A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN, 1929/1999: 95)

Todavia, apesar de não propor uma análise propriamente lingüística, devemos concluir que, ao postular que as relações dialógicas são impossíveis “sem relações lógicas e concreto-semânticas”, mesmo sendo “irredutíveis a estas”, Bakhtin deixou claro que um estudo lingüístico é legítimo, embora restritivo para dar conta dos discursos em seu funcionamento real. Há que se admitir que, instituindo o dialogismo como princípio constitutivo da linguagem, Bakhtin engendrou uma nova maneira de estudar o discurso, abrindo espaço para a consideração da voz alheia, do *outro* que perpassa inevitavelmente o discurso do *eu*. Contribuiu, assim, de forma imensurável para o encaminhamento de diversos estudos lingüísticos que passaram a levar em conta o caráter dialógico da linguagem. Em outras palavras, teve papel crucial no alargamento do próprio campo da Lingüística.

### **3.2 A teoria polifônica de Ducrot e o dialogismo bakhtiniano**

Estudar a linguagem levando em conta sua constituição dialógica não era, segundo Bakhtin, uma tarefa que pudesse ser desempenhada com êxito pela Lingüística, em virtude dos fatores extralingüísticos que deveriam ser levados em conta para o desenvolvimento desse estudo. Entretanto, contrariando as hipóteses do introdutor do princípio dialógico no campo da linguagem, Oswald Ducrot desenvolveu uma teoria polifônica da enunciação, tomando por base traços lingüísticos do enunciado, dissociados de qualquer informação contextual.

O lingüista francês, que tem raízes epistemológicas fincadas no estruturalismo saussuriano, entendeu que é possível haver mais de um sujeito em um discurso, como asseverava Bakhtin e, mais do que isso, afirmou ser perfeitamente possível estarem presentes em um único enunciado mais de um sujeito. Desse modo, Ducrot desenvolveu a noção bakhtiniana de polifonia, aplicando-a a enunciados simples e trabalhou o princípio dialógico diferentemente de Bakhtin, já que, segundo o estudioso francês, o teórico russo *não chegou a colocar em dúvida o postulado segundo o qual um enunciado isolado faz ouvir uma única voz*, visto que sua teoria sempre foi aplicada a textos, a seqüências de enunciados.

Não concordamos plenamente com Ducrot quando este afirma que a unicidade do sujeito em enunciados isolados não havia sido colocada em dúvida por Bakhtin. Entendemos que, se o pensador russo defendeu que “a palavra é o território comum do locutor e do interlocutor” (1929/1999: 113), e que “o nosso discurso está cheio de palavras dos outros” (1929/2005: 195), o postulado de que um enunciado isolado apresenta uma única voz foi, sem dúvida, questionado, visto que, pelos apontamentos da teoria bakhtiniana, podemos inferir que não há ninguém que seja capaz de produzir um discurso original, ou um enunciado dissociado da voz do outro. Aliás, cabe ressaltar que Bakhtin não trabalha com “enunciados isolados”, mas com “enunciados concretos” dentro de um discurso concreto, numa situação concreta de uso. Aceitamos, porém, que essa polifonia interna ao enunciado não foi, do ponto de vista da forma, efetivamente trabalhada pelo pensador russo, visto ser a polifonia constitutiva do discurso o foco de sua abordagem. Contudo, acreditamos que seus postulados preconizam a presença de mais de uma voz em um único enunciado. E é nessa direção que apontam seus estudos sobre discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre (1929/1999: 155-173).

De qualquer modo, a proposta de Ducrot é dar início a uma investigação cujo objetivo é pôr em xeque a unicidade do sujeito falante em enunciados isolados. O conceito de polifonia já habitava o pensamento de Ducrot desde suas primeiras obras, especificamente, desde *Les Mots du Discours* (1980). De início, o estudioso acreditava que era necessário distinguir, no sentido do enunciado, o *locutor* e os *enunciadores*. Nessa época, o teórico francês definia o primeiro como o responsável pelo que é dito e os últimos como os autores dos atos ilocutórios. Paralelamente ao par *locutor/enunciador*, Ducrot aponta para um outro: *alocutário/destinatário*, que ele não chega a desenvolver. O alocutário seria aquele a quem o locutor se dirige ao enunciar, enquanto o destinatário seria a quem se destinam os atos ilocutórios produzidos pelo enunciador. Tais definições, contudo, sofreram modificações posteriormente, quando em *O Dizer e o Dito* (1984/1987: 161-217), Ducrot retoma a questão das várias vozes, elaborando, de fato, sua teoria polifônica.

Cabe ressaltar, porém, que, desde que começou a trabalhar com a noção de atos ilocutórios<sup>7</sup>, a teoria de Ducrot (1972/1977) já aponta para uma perspectiva interativa. Para esse autor, os atos ilocutórios são entendidos como atos jurídicos, já que, ao serem produzidos, criam, para o interlocutor, uma obrigação socialmente normatizada. Assim, uma pergunta, por exemplo, obriga a produção de uma resposta, ou, ainda, uma ordem, obriga a execução do que foi ordenado. É, então, notável, nessa concepção de ato jurídico do lingüista francês, um direcionamento interativo, visto que sempre há, na produção desse tipo de ato, uma interação entre indivíduos distintos, uma interação entre o locutor e o alocutário.

Ao reformular suas concepções, porém, o autor desloca o foco de interesse que estava na questão interacional, como tratada na noção de ato jurídico, para um estudo semântico no interior do enunciado, a fim de investigar as vozes aí presentes.

Na elaboração de sua teoria polifônica, Ducrot mantém a distinção entre locutor e enunciador e acrescenta a esses dois conceitos a distinção de um terceiro sujeito: o sujeito empírico, o produtor efetivo do enunciado. Ducrot categoriza o autor empírico a fim de diferenciá-lo do locutor, visto que nem sempre esses dois sujeitos coincidem, porém, o lingüista deixa claro que não aceita esse sujeito empírico como integrante do sentido do enunciado e, por conseguinte, não acredita que os estudiosos da linguagem devam se preocupar em estudá-lo. Segundo o estudioso francês, os sujeitos que devem receber atenção por parte do lingüista são o locutor e os enunciadores. A fim de corrigir alguns aspectos apontados em suas primeiras formulações, o autor reelabora a definição desses sujeitos.<sup>8</sup>

O locutor continua a ser o responsável pelo que é enunciado, porém, nessa etapa de suas formulações, Ducrot estabelece duas subdivisões do locutor, o locutor

---

<sup>7</sup> Ducrot toma o conceito de ato ilocutório da Teoria dos Atos de Fala de Austin (1962/1990), que postula que todo dizer é um fazer, ou seja, toda vez que se diz algo, realiza-se uma ação. Assim, segundo Austin, existem três tipos de ato: locucional, que é o ato de produzir sons, vocábulos; ilocucional, que consiste em realizar algo quando se fala; e perlocucional, que diz respeito ao efeito causado no interlocutor a partir da significação do enunciado.

<sup>8</sup> Esses sujeitos foram, no segundo capítulo deste trabalho, definidos como Ducrot os concebe em "O Dizer e o Dito" (1984/1987).

enquanto responsável pela enunciação (*L*) e o locutor enquanto ser do mundo ( $\lambda$ ), como melhor explica o próprio autor:

L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade.  $\lambda$  é uma pessoa “completa”, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado – o que não impede que *L* e  $\lambda$  sejam seres de discurso, constituídos no sentido do enunciado, e cujo estatuto metodológico é, pois, totalmente diferente daquele do sujeito falante [...]. (DUCROT, 1984/1987: 188).

No tocante à concepção de enunciadores, Ducrot não os caracteriza mais como sendo os autores dos atos ilocutórios, até mesmo porque nessa reformulação do conceito, o lingüista entende que os enunciadores não expressam palavras, mas são vozes implícitas que expressam pontos de vista, os quais são organizados pelo locutor. A respeito da evolução do conceito de polifonia no autor, Barbisan e Teixeira afirmam:

Na concepção de 1984, o autor diz que as vozes veiculadas através da enunciação expressam pontos de vista que o locutor organiza para identificar-se com os mesmos ou para se opor a eles. Essas vozes não são explicitadas. Sua existência é decorrente da imagem que delas oferece a enunciação produzida por [*L*]. Os enunciadores são seres considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto lhes sejam atribuídas palavras precisas. Diz-se que eles *falam*, mas somente no sentido em que a enunciação expressa seu ponto de vista, sua posição, mas não, no sentido material do termo, suas palavras. Portanto, eles não podem produzir atos ilocutórios. (BARBISAN; TEIXEIRA, 2002: 168)

Desse modo, entendemos que Ducrot reformula suas concepções e deixa mais clara a distinção entre locutores e enunciadores, uma vez que atribui a esses últimos a propriedade de veicularem pontos de vista diversos, mas não de produzirem efetivamente palavras.

Parece-nos óbvio que esse desdobramento dos interlocutores postulado por Ducrot tornou possível estudar o fenômeno polifônico à luz da Lingüística, entretanto, para isso, o conceito de Lingüística teve que incluir uma visão dialógica da linguagem, ou seja, o trabalho desenvolvido pelo teórico francês inscrevia-se na língua, não se prendendo a aspectos exteriores, mas considerando a alteridade como fator constitutivo da atividade lingüística.

A análise lingüística respaldada no caráter polifônico da linguagem proporcionou aos estudos lingüísticos um sensível avanço, tanto que pesquisadores de outros campos teóricos, como é o caso de estudiosos da Análise de Discurso (AD) francesa, por exemplo, têm empreendido análises apoiadas na noção de uma heterogeneidade discursiva. É interessante que alguns pesquisadores inseridos na linha da AD, mesmo tendo propostas significativamente diferentes das propostas ducrotianas, valem-se constantemente dos trabalhos de Ducrot para abordar as questões relativas às formas lingüístico-discursivas do *discurso-outro*. Há que se salientar, todavia, que a heterogeneidade estudada pela AD ultrapassa o campo recortado por Ducrot, que se interessa pelas formas explícitas dessa heterogeneidade. Essa diferença de foco de interesse é salientada por Barbi (1999: 197-198):

A análise do discurso em seu momento atual privilegia a questão da heterogeneidade do discurso. O interesse pela complexidade enunciativa tem sido evidenciado, nos últimos anos, pelos trabalhos de Authier-Revuz (1982) e Maingueneau (1987) e de muitos outros estudiosos. Não se trata exatamente do mesmo interesse de Ducrot, porque enquanto este se prende a uma complexidade mostrada na superfície do enunciado, Authier-Revuz e Maingueneau procuram dar conta, também, de um tipo de heterogeneidade não mostrada na superfície do discurso. Essa heterogeneidade constitutiva do próprio discurso, produzida pela dispersão do sujeito, é, contudo, trabalhada pelo locutor de forma a fazer com que o texto adquira uma unidade e uma coerência.

Ducrot – é oportuno salientar – foi um dos autores que mais reformulou seus trabalhos a fim de estudar vários fenômenos lingüísticos pelo prisma da polifonia e, assim, passou a empreender estudos centrados no pressuposto de que há, em qualquer manifestação lingüística, uma pluralidade de vozes que se confrontam, produzindo, conseqüentemente, o sentido do enunciado. Resumindo, a proposta do autor é, exatamente, o estudo da representação dessas várias vozes no sentido do enunciado.

Além de todas essas reformulações teóricas, cabe ressaltar, neste momento, outra mudança nos trabalhos mais recentes de Ducrot, que apontam também para uma perspectiva que prevê a relação entre enunciados como condição de produção de sentido. Em outras palavras, apesar de investigar a possibilidade de ocorrência de várias vozes em um único enunciado, Ducrot também admite, em vários momentos de sua exposição, que o sentido de um enunciado depende das possibilidades de continuação, de encadeamento, que ele permite ou proíbe. E essa perspectiva, a

nosso ver, é bastante pertinente para a visualização de pontos de contato entre as teorias ducrotiana e bakhtiniana.

Segundo Bakhtin, “cada enunciado é um elo da cadeia complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 1979/2003: 296), e é da relação com esses outros enunciados (passados ou futuros), que surge o sentido. De acordo com o pensador russo, a palavra em si é neutra e só adquire significação quando empregada em um contexto específico e acentuada com a expressão apropriada a determinada situação. Observemos o que diz o autor:

O significado neutro da palavra referida a uma determinada realidade concreta em determinadas condições reais de comunicação discursiva gera a centelha da expressão. Ora, é precisamente isto que ocorre no processo de criação do enunciado. [...]

Portanto, a emoção, o juízo de valor, a expressão são estranhos à palavra da língua e surgem unicamente no processo do seu emprego vivo em um enunciado concreto. Em si mesmo, o *significado* de uma palavra (sem referência à realidade concreta) é extra-emocional. [...] O colorido expressivo só se obtém no enunciado, e esse colorido independe do significado de tais palavras, isoladamente tomado de forma abstrata [...]. (BAKHTIN, 1979/2003: 292, grifo do autor)

Entendemos, a partir do que argumenta Bakhtin, que, em sua forma lexicográfica, a palavra é neutra e só ganha significado no contexto em que é utilizada. E, segundo o próprio autor, dependendo da situação, o significado de uma palavra, ou mesmo de todo um enunciado, pode mudar, pode ser reacentuado. E essa mudança depende, no seu entendimento, do gênero do discurso em que dada palavra se apresenta, isto é, da situação típica, do contato típico do *significado* da palavra com a realidade concreta em circunstâncias sócio-históricas típicas. Para melhor esclarecer essa questão, o autor diz:

Quando escolhemos as palavras no processo de construção de um enunciado, nem de longe as tomamos sempre do sistema da língua em sua forma neutra, *lexicográfica*. Costumamos tirá-las de *outros enunciados* e antes de tudo de enunciados congêneres com o nosso, isto é, pelo tema, pela composição, pelo estilo; conseqüentemente, selecionamos as palavras segundo a sua especificação de gênero. [...] No nosso exemplo: “Neste momento, qualquer alegria é apenas amargura para mim”, o tom expressivo da palavra “alegria”, determinado pelo contexto, evidentemente não é típico dessa palavra. Os gêneros do discurso, no geral, se prestam de modo bastante fácil a uma reacentuação; o triste pode ser transformado em jocoso-alegre, mas daí resulta alguma coisa nova (por exemplo, o gênero de um epitáfio jocoso). (BAKHTIN, 1979/2003: 292-293, grifos do autor)

O que pretendemos evidenciar com a observação dessas premissas de Bakhtin é que há certos traços em comum entre essas idéias e alguns pontos defendidos por Ducrot no tocante ao sentido das palavras e dos enunciados.

Seguindo Saussure, que concebeu a noção de valor para argumentar que o signo só pode ser definido em sua relação com outros signos, Ducrot entende que o sentido de um enunciado também não se encontra nele mesmo, tomado isoladamente, mas depende dos encadeamentos que permite, depende dos outros enunciados para os quais aponta. Assim, aproveitando alguns conceitos estruturalistas, Ducrot defende um “estruturalismo do discurso ideal” (DUCROT, 1984/1987: 72).

Para o lingüista francês, a significação de um enunciado reside menos no que ele diz do que na orientação que dá à seqüência do discurso. Para que possamos entender determinado enunciado, é necessário observar os outros para os quais ele aponta. Nesse sentido, Ducrot compara o enunciado a uma estrada, visto que, assim como descrever uma estrada é descrever para onde ela vai, descrever um enunciado é descrever aonde ele conduz. De acordo com o autor:

[...] uma entidade lingüística (um enunciado, por exemplo) não poderá se definir independentemente de seu emprego num diálogo. Dar sua significação será indicar qual ato está sendo realizado quando o utilizamos para nos dirigirmos a um interlocutor. E o ato lingüístico fundamental será o de impor ao interlocutor tal ou tal tipo de resposta, impedindo simultaneamente tal ou tal outro. O enunciado se definirá então pelas possibilidades de resposta que abre e por aquelas que fecha. É dizer que sua realidade não se localiza nele, mas fora dele – nos outros enunciados cujo uso ele oferece ou proíbe a um eventual interlocutor. (DUCROT, 1977: 13)

Podemos ver nessas palavras de Ducrot uma possibilidade de aproximação com o projeto teórico defendido por Bakhtin, uma vez que, assim como o pensador russo, o lingüista francês também parece sustentar a idéia de que o sentido, seja das palavras, seja dos enunciados, não pode ser obtido de forma isolada, isto é, o sentido das palavras ou dos enunciados depende dos demais enunciados, depende das respostas ou dos encadeamentos que ele permite ou não, depende do contexto em que se encontram. A diferença é que esse contexto é lingüístico.

Talvez se possa dizer que na fase em que Ducrot, juntamente com Anscombre, explora nas suas análises a noção de *topos* argumentativo, ele se afasta de uma análise puramente lingüística, em favor de uma crença ou princípio argumentativo que, agindo sobre a língua, orienta a direção argumentativa dos encadeamentos. Para melhor compreendermos essa questão, uma breve explanação a respeito do conceito de *topos* parece necessária.

Segundo Ducrot (1989: 24-26), o *topos* é “um princípio argumentativo”, é uma possibilidade discursiva que tem três propriedades: universalidade, generalidade e gradualidade. Utilizaremos exemplos dados pelo próprio autor para melhor explicar tal princípio. Observemos, portanto, os enunciados:

(1) *Ele trabalhou um pouco. Ele vai conseguir.*

(2) *Ele trabalhou pouco. Ele não vai conseguir.*

Subjaz aos enunciados (1) e (2), de acordo com Ducrot, o seguinte *topos*: “o trabalho leva ao êxito”. (DUCROT, 1989: 35). Segundo esse autor, conclusões como as que se podem perceber nos exemplos dados só são possíveis se o referido *topos* for compartilhado por uma comunidade de fala à qual pertencem tanto o locutor quanto seu alocutário, ou seja, se esse princípio for universal, comum a essa comunidade. De igual modo, os encadeamentos “Ele vai conseguir” e “Ele não vai conseguir”, tal como aparecem nos enunciados (1) e (2), só ocorrem porque “o trabalho leva ao êxito” é um princípio geral e sempre válido para determinada comunidade. Além disso, esses encadeamentos são possíveis porque o *topos* que subjaz às relações entre argumento e conclusão põe em relação duas propriedades graduais, duas escalas: “quanto mais se trabalha, mais se tem êxito”, e “quanto menos se trabalha, menos se tem êxito”. Pode-se concluir do exposto que o *topos*, para o autor, é lugar social (constituído pelo sistema de crenças e de posições ideológicas), que sustenta a passagem do argumento para a conclusão.

De acordo com Flores e Teixeira (2005: 70), pelo que postulava Ducrot, “a utilização da língua exige que se disponha de *topoi*. Entretanto, ela não determina os conteúdos que constituem esses *topoi*, isto é, a mesma língua pode ser utilizada por

comunidades lingüísticas que admitem *topoi* contrários”. Assim, da mesma forma como se admite que o princípio argumentativo que orienta os enunciados (1) e (2) citados é “o trabalho leva ao êxito”, entende-se que é possível haver enunciados como: “Ele trabalhou um pouco. Ele não vai conseguir” e “Ele trabalhou pouco. Ele vai conseguir”, que apresentam como *topos* subjacente “o trabalho leva ao fracasso”.

Posteriormente, Ducrot abandona o conceito de *topos* considerando que esta solução retirava da língua um papel ativo na argumentação. Passa, então, a defender que o sentido de um enunciado está nos encadeamentos que ele permite.

Resumindo, pode-se dizer que, para Bakhtin, os enunciados buscam seu sentido no contexto sócio-histórico; para Ducrot, são os encadeamentos discursivos que apontam para o contexto dentro do qual os enunciados devem ser interpretados, havendo entre argumento e conclusão uma relação de dependência mútua.

Com esta solução, o sentido de um enunciado passa a depender dos encadeamentos que permite ou proíbe, como destacado anteriormente. Se esses encadeamentos dependem do *topos*, da crença, do princípio argumentativo que está por trás desse enunciado, isso deixou de ser uma questão pertinente dentro da teoria. A noção de blocos semânticos (envolvendo argumento e conclusão) passa a nortear as análises, desenvolvidas sem a convocação de fatores externos à língua.

Assim, dependendo do encadeamento permitido, o sentido do enunciado é determinado. Apenas para esclarecer um pouco mais esses apontamentos, observemos os seguintes enunciados:

(3) Ele sentiu-se feliz com a demissão de seu colega.

(4) Ele sentiu-se feliz porque sua esposa voltou de viagem.

Tanto em (3) quanto em (4) podemos perceber uma mesma palavra, “feliz”, porém, em cada um desses enunciados, essa felicidade é distinta. Em (3), a felicidade está relacionada à infelicidade de outra pessoa, está associada ao fracasso alheio. Por

outro lado, em (4), a felicidade está relacionada à volta de uma pessoa querida. Há aí uma idéia de que a felicidade é um sentimento relacionado ao amor.

Desse modo, o enunciado “Ele sentiu-se feliz” não apresenta o mesmo sentido nos exemplos dados, visto que esse sentido depende dos encadeamentos executados. Pelo prisma de Bakhtin, também podemos entender que o adjetivo “feliz”, nos enunciados apresentados, é revestido de um sentido distinto, o qual é determinado pelo contexto sócio-ideológico mais amplo.

Podemos concluir dizendo que ambos os autores admitem que não se pode analisar o sentido de enunciados tomados isoladamente. Para Bakhtin, só em um contexto real, levando em conta a situação enunciativa do enunciado concreto é que seu sentido pode ser apreendido; para Ducrot, o próprio enunciado dá uma representação da sua enunciação.

Fazendo esse percurso e delineando a evolução do pensamento teórico de Ducrot, não podemos negar que ao introduzir, no campo da Lingüística, todas essas inovações, o autor abre a possibilidade de se estudar a interação entre enunciadore dentro do próprio enunciado e, o que é mais importante, utilizando, para isso, recursos lingüísticos. Passa, então, a buscar recursos teórico-metodológicos para proceder à análise dos sujeitos que podem estar presentes em um enunciado e dos seus diferentes modos de representação. Segundo esse lingüista, essas várias vozes que se manifestam nos enunciados estão previstas no próprio sistema da língua e podem ser percebidas através de formas lingüísticas. Elas estão inscritas nas frases da língua, fazendo, portanto, parte da sua significação, e dão instruções ao interlocutor para procurar, no contexto, o sentido dos enunciados.

É, então, levando em conta a pluralidade enunciativa, que o estudioso francês lança um novo olhar sobre temas como a pressuposição, o estudo da negação, da ironia, da argumentação, dentre outros. E, podemos dizer que é analisando tais temas por um prisma dialógico que Ducrot percebe que, ao dar voz a diferentes enunciadore, o locutor pode assumir posições distintas com relação a esses pontos de vista expressos no enunciado. A respeito dessas posições, Ducrot (1988: 66-67) afirma:

De estas posibles posiciones distingo tres. El locutor puede en primer lugar identificarse con uno de los enunciadores como es el caso de la aserción [...] Una segunda actitud posible consiste en dar la aprobación a un enunciador: el locutor indica que está de acuerdo con ese enunciador aun si el enunciado no tiene como objetivo hacer admitir el punto de vista de ese enunciador. Un ejemplo sencillo para ilustrar esta segunda actitud es el de la presuposición. [...] La tercera actitud posible del locutor frente al enunciador es la de oponerse a este enunciador, es decir la de rechazar su punto de vista. Puedo ilustrar esta tercera actitud por medio del ejemplo del humor [...]. Cuando un enunciado es humorístico significa que L presenta un punto de vista absurdo que él mismo rechaza sin presentar ningún otro punto de vista susceptible de corregir el primero.

De acordo com o autor, esses posicionamentos assumidos por *L* dependem das intenções desse sujeito, o qual tanto pode organizar perspectivas diferentes a fim de reforçar sua posição, dando, assim, voz a determinado ponto de vista a fim de mostrar sua falibilidade (ou infalibilidade), por exemplo; como pode fazer ouvir uma voz que representa certo grupo ou classe social com a qual concorda. Isto é, *L* pode identificar-se com, aprovar ou refutar determinado ponto de vista. Portanto, a inserção de vozes de vários sujeitos em seu discurso não é feita de modo aleatório. Entendemos que, nesse ponto, Ducrot está muito próximo do dialogismo bakhtiniano, só que de um dialogismo perscrutado “de dentro”, enquanto o de Bakhtin é perscrutado “de fora”. Mas será que dentro dos estudos de linguagem que se praticam nos dias de hoje, é pertinente separar o que é “de dentro” e o que é “de fora”?

De fato, o entrelaçamento de aspectos intralingüísticos e extralingüísticos tem sido uma perspectiva freqüente nos atuais estudos de linguagem. Um exemplo desse tipo de estudo é o empreendido por Olímpio (2006) a respeito do fenômeno da nominalização. A autora chamou atenção para o fato de que muitos textos – no caso de sua pesquisa, muitos editoriais – são encabeçados por formas nominais definidas, com função anafórica, que apontam para um exterior, um *já dito* que ressoa na estrutura interna do texto. O que é interessante em seu estudo é que, estudando encabeçamentos do tipo: “*O falecimento* de João Paulo II significa para a humanidade a perda de um de seus líderes, em todos os tempos”, a autora deixa evidente que a própria língua já apresenta recursos que apontam para o extralingüístico – no caso em questão, o fato de que “João Paulo II morreu”. De outra forma, não se conseguiria explicar o motivo pelo qual um enunciado, sem nenhum antecedente lingüisticamente marcado no texto, é introduzido por uma

expressão nominal, ou seja, uma expressão que é, em geral, utilizada com função anafórica. Assim, a partir de uma abordagem centrada em aspectos lingüísticos, Olímpio empreende um estudo que abarca questões que não estão propriamente inseridas no texto, mas repercutem na sua formulação, como uma espécie de “memória discursiva”.

Desse modo, entendemos que o interior e o exterior lingüístico estão sendo evocados cada vez mais freqüentemente para se explicar os fatos de linguagem, até mesmo porque um estudo centrado em apenas um desses fatores não consegue dar conta dos fenômenos lingüísticos de forma satisfatória.

### **3.2.1 Pressuposição: a adesão do locutor a uma voz geral**

A pressuposição tem sido alvo dos estudos desenvolvidos por Ducrot desde suas primeiras formulações, quando o autor defendia a idéia de que no enunciado de um locutor era possível distinguir dois atos ilocutórios distintos: o *posto*, e o *pressuposto*. O autor admitia que um único sujeito, a saber, o locutor, era responsável pela produção de dois atos. A concepção desse autor era a de um desdobramento semântico entre o conteúdo posto e o pressuposto. (DUCROT, 1972/1977)

Com a incorporação de uma visão dialógica da linguagem a seus estudos, Ducrot passa a tratar o fenômeno da pressuposição de forma diferente. Estudando esse tema respaldado na teoria polifônica, o autor altera sua concepção de que os conteúdos *posto* e *pressuposto* são atos ilocutórios produzidos pelo locutor e passa, então, a conceber que há, no enunciado, pelo menos dois enunciadores, *E1* e *E2*, responsáveis por esses conteúdos. Desse modo, o que era divisão semântica, passa a ser multiplicidade de vozes. De acordo com o teórico, *E1* é quem assume o pressuposto, e *E2* é quem se responsabiliza pelo posto. Desse modo, ele inclui a pressuposição

[...] no quadro da polifonia e da concepção “teatral” dos atos de linguagem. Seja o mais tradicional dos enunciados com pressupostos: “Pedro parou de fumar”. [...] Eu o descreverei hoje de um modo um pouco diferente. Diria que ele apresenta dois enunciadores, E1 e E2, responsáveis, respectivamente, pelos conteúdos pressuposto e posto. O enunciador E2 é assimilado ao locutor, o que permite realizar um ato de afirmação. Quanto ao enunciador E1, [...], ele é assimilado a um certo SE, a voz coletiva, no interior da qual o locutor está localizado [...]. (DUCROT, 1984/1987: 216)

Pelo que declara Ducrot, parece-nos que o pressuposto é um conteúdo que se assimila a uma voz alheia que representa um conhecimento comum, uma informação previamente partilhada pelo locutor e pelo alocutário. Podemos, desse modo, entender que o locutor concorda com a perspectiva expressa por *E1*, ou seja, o *responsável pela enunciação* admite como verdadeiro o ponto de vista de *E1*. Por outro lado, é com o conteúdo *posto* que *L* se assimila; é com a afirmação de *E2* que ele se identifica.

Para melhor compreendermos a relação polifônica existente em enunciados que apresentam um conteúdo posto e um pressuposto analisaremos alguns enunciados que nos parecem ser adequados para tal explanação. Além da identificação dos sujeitos responsáveis pelos conteúdos supracitados, buscaremos analisar a posição dos locutores desses enunciados com relação aos pontos de vista expressos, a fim de corroborarmos as atitudes de adesão e identificação mencionadas. Observando, então, o enunciado “A paralisação dos operários gerou grande tumulto”, podemos perceber claramente a presença de pelo menos dois enunciadores. Ao utilizar o recurso da nominalização no início do enunciado, *L* possibilita o aparecimento de um conteúdo pressuposto (pp), veiculado por *E1*, e um conteúdo posto (p), introduzido por *E2*. Assim, temos, nesse enunciado, os seguintes pontos de vista:

$$L \left\{ \begin{array}{l} E1 \rightarrow \text{Houve uma paralisação de funcionários. (pp)} \\ E2 \rightarrow \text{(A paralisação dos funcionários) gerou grande tumulto. (p)} \end{array} \right.$$

Como afirma Ducrot, o conteúdo veiculado por *E1* é de conhecimento geral, é partilhado por *L* e por seu alocutário, portanto, não pode ser negado. O locutor admite, então, a perspectiva de *E1*, mas se identifica com *E2*, que engendra o conteúdo posto.

Um segundo exemplo ajuda a ratificar a presença de enunciadores distintos, com os quais o locutor concorda ou se identifica, dependendo do conteúdo por eles veiculados. Assim, a partir do enunciado *A diferença é que, desta vez, os funcionários nem tentaram disfarçar sua insatisfação*, conseguimos, igualmente, identificar dois enunciadores, *E1* e *E2*, responsáveis respectivamente pelos conteúdos pressuposto e posto. A presença da expressão “desta vez” nos possibilita distinguir tais perspectivas. É a partir dessa expressão que conseguimos identificar as seguintes vozes:

$$L \left\{ \begin{array}{l} E1 \rightarrow \text{Antes, os funcionários tentavam disfarçar sua insatisfação. (pp)} \\ E2 \rightarrow \text{Desta vez, os funcionários nem tentaram disfarçar sua insatisfação. (p)} \end{array} \right.$$

A partir desses exemplos, acreditamos possível reforçar o que foi postulado por Ducrot, isto é, que a pressuposição denuncia um fenômeno polifônico, já que no mesmo enunciado estão presentes dois enunciadores, um responsabilizando-se pelo conteúdo posto; e o outro, pelo pressuposto. Além disso, parece-nos claro o posicionamento do locutor do enunciado com relação aos enunciadores: *L* sempre se identifica com a perspectiva do enunciador que introduz o conteúdo posto, e sempre admite a perspectiva do enunciador que veicula o pressuposto, visto que esse conteúdo é considerado a representação de uma voz genérica, que apresenta uma informação pré-conhecida ou, como diria Ducrot (1984/1987: 216), o pressuposto é assimilado “a uma voz coletiva, no interior da qual o locutor está localizado”.

### **3.2.2 Negações polifônicas**

A fim de provar que a polifonia é constitutiva da linguagem, Ducrot passou a investigar diversos temas sob o prisma do fenômeno das várias vozes. Assim é que o estudo da pressuposição, anteriormente comentado, ganhou uma nova dimensão. De igual modo, o autor passou a abordar a negação de forma diferenciada, e chegou à conclusão de que “a maior parte dos enunciados negativos faz aparecer sua enunciação como o choque de duas atitudes antagônicas, uma, positiva, imputada a

um enunciador *E1*, a outra, que é uma recusa da primeira, imputada a *E2*.” (DUCROT, 1984/1987: 202).

Segundo o teórico francês, é possível afirmar que quase todo enunciado negativo faz ouvir um enunciado afirmativo pelo fato de que *toda vez que se nega algo, imagina-se alguém que pensaria o contrário*, sendo a esse enunciador contrário que o locutor se opõe. O autor apresenta, para provar sua tese, o caso dos enunciados negativos encadeados pela expressão “ao contrário” ou “pelo contrário”. De acordo com Ducrot, o encadeamento dessas expressões explicita uma oposição ao enunciado afirmativo, o qual é, ao mesmo tempo, veiculado e negado pelo enunciado negativo. Observando o enunciado “Não sinto animosidade por Lula, pelo contrário, sou-lhe imensamente grato”, parece-nos realmente possível asseverar, seguindo a argumentação de Ducrot, que há no enunciado negativo dois enunciadores que engendram perspectivas opostas, isto é, *E1*, que introduz “sinto animosidade por Lula”, e *E2*, que se opõe ao primeiro declarando “não sinto animosidade por Lula”. Tal asserção é comprovada pelo fato de que o enunciado introduzido por “*pelo contrário*” não faz, logicamente, oposição à perspectiva de *E2*, mas só pode ser entendido como uma recusa do enunciado positivo produzido por *E1*. Assim, Ducrot demonstra que há, realmente, polifonia na negação e passa, então, a distinguir os tipos de negação existentes a fim de explicitar que há dois tipos de negação polifônica: a metalingüística e a polêmica. Contudo, o autor assegura que a negação caracterizada como descritiva não faz ouvir pontos de vista opostos e, portanto, não pode ser considerada polifônica.

O primeiro tipo de negação distinguido por Ducrot é a negação “metalingüística”. Segundo o lingüista, essa negação é assim denominada porque *contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe*. Esse tipo de negação permite, pelo que argumenta o teórico francês, anular os pressupostos do enunciado positivo subjacente. A negação metalingüística foca o enunciado em si, portanto, apresenta uma retificação da oração cujo pressuposto é recusado. Desse modo, em um enunciado como: “Ele não foi demitido, na realidade, nem chegou a ser contratado”, podemos entender que esse “ele não foi demitido” só é possível como resposta a um locutor que diz “ele foi demitido”, assim, essa perspectiva afirmativa está

pressuposta no enunciado, e é esse pressuposto positivo que é anulado pela parte final do enunciado “nem chegou a ser contratado”.

O segundo tipo de negação apontado por Ducrot é a *negação polêmica*, que corresponde, segundo o próprio autor, à maior parte dos enunciados negativos. Esse tipo de negação, ao contrário do metalingüístico, mantém os pressupostos do enunciado positivo que subjaz ao negativo. Sua principal característica é a oposição do enunciador responsável pela recusa, *E2*, a um outro enunciador presente no enunciado e responsável pela asserção afirmativa, ou seja, *E1*. Em um enunciado como: “não há provas de que aquela história seja verdadeira”, podemos perceber um enunciador, *E1*, que veicula a perspectiva afirmativa “há provas de que aquela história seja verdadeira”, à qual um outro enunciador, *E2*, se opõe.

Segundo Ducrot, o que fica claro na negação polêmica é o fato de que sempre há uma oposição a determinada perspectiva. Nas palavras de Barbi (1999: 201), “o enunciado negativo coloca em jogo o discurso-outro – seu avesso – enquanto presença virtual na sua materialidade descritível”. Se algo é negado, é porque alguém pensa o contrário, e tão somente por existir essa idéia contrária é que se pode falar em negação polêmica. Como comentado anteriormente, esse tipo de negação não anula a voz de *E1*, pelo contrário, o pressuposto de uma voz afirmativa é mantido, o que há, no entanto, é a negação do conteúdo posto.

Evidenciando a presença de *E1* e *E2* nos exemplos citados, entendemos que as negações metalingüística e polêmica são de fato polifônicas, já que nos permitem ouvir perspectivas distintas em um mesmo enunciado. Contudo, quando Ducrot afirma que *a maior parte dos enunciados negativos faz aparecer sua enunciação como o choque de duas atitudes antagônicas*, o autor nos conduz à idéia de que nem todo enunciado negativo é polifônico. E, é exatamente essa idéia que Ducrot confirma ao definir o que denomina *negação descritiva*.

De acordo com o lingüista francês, existe um tipo de negação “que serve para representar um estado de coisas, sem que seu autor apresente sua fala como se opondo a um discurso contrário” (DUCROT, 1984/1987: 203). Essa negação, chamada descritiva, não apresenta, segundo o autor, um caráter polifônico, visto não

se opor a uma opinião inversa. O próprio lingüista dá como exemplo desse tipo de negação a seguinte situação: “N, que não conhece Pedro, pergunta a Z o que pensa dele, e Z afirma ‘ele não é inteligente’” (DUCROT, 1984/1987: 203). De acordo com o estudioso, esse enunciado poderia ser parafraseado por um correspondente positivo: “Pedro é um imbecil”, ou seja, esse tipo de negação não se opõe a um discurso contrário, tendo apenas um papel expositivo.

É, todavia, importante destacar que o próprio Ducrot acrescenta à definição de negação descritiva a propriedade de ser considerada como uma *derivação delocutiva da negação polêmica*, isto é, o enunciado “Pedro não é inteligente” poderia ter utilização polêmica se constituísse uma réplica a uma afirmação do tipo “Pedro é inteligente”. Assim, dependendo do contexto em que determinado enunciado se encontra, sua interpretação poderá permitir a evidência de uma ou várias vozes.

### **3.2.3 Refutando pontos de vista no discurso irônico**

Assimilando-se ao fenômeno da negação que faz ouvir, quase sempre, uma voz contrária que é refutada pelo locutor, a ironia também *faz ouvir* uma voz com a qual *L* não concorda, uma voz que *sustenta o insustentável*, que enuncia algo absurdo.

Ducrot acrescenta às estratégias discursivas essencialmente polifônicas o fenômeno da ironia, e desenvolve esse tema respaldado na concepção de que o discurso irônico tem por característica fazer ouvir um ponto de vista completamente absurdo, introduzido por um enunciador (*E*) do qual o locutor discorda. Desse modo, *L* não se responsabiliza pelo que *E* diz, e assume, portanto, uma postura de distanciamento. A respeito desse posicionamento de *L* perante *E*, Ducrot (1984/1987: 198) declara:

Falar de modo irônico é, para um locutor *L*, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor *L* não assume a responsabilidade, e, mais que isso, que ele a considera absurda. Mesmo sendo dado como o responsável pela enunciação, *L* não é assimilado a *E*, origem do ponto de vista expresso na enunciação.

Mesmo que essa definição de discurso irônico possa parecer bastante próxima da concepção de enunciado negativo, pelo fato de apontar como propriedade da ironia a apresentação de um ponto de vista que é rejeitado pelo locutor, Ducrot deixa claro que há diferença entre tais concepções. Segundo o autor, o ponto de divergência entre as definições de ironia e negação é o fato de que no discurso irônico não é apresentada uma outra voz responsável por introduzir o ponto de vista contrário àquele que é refutado; não aparece, nesse tipo de discurso, um segundo enunciador com o qual *L* se identifica, como bem explica o autor:

Para distinguir a ironia da negação [...] acrescentarei que é essencial à ironia que *L* não coloque em cena um outro enunciador, *E'*, que sustentaria o ponto de vista razoável. Se *L* deve marcar que é distinto de *E*, é de uma maneira totalmente diferente, recorrendo, por exemplo, a uma evidência situacional, a entonações particulares, e também a certos torneios especializados na ironia como "Que ótimo!, etc. (DUCROT, 1984/1987: 198)

A fim de evidenciarmos melhor o que declara Ducrot a respeito de ironia, a análise de um exemplo nos parece pertinente. É necessário, porém, mesmo antes de apresentarmos o enunciado a ser analisado, que comentemos o contexto no qual ele se encontra para que entendamos seu sentido irônico, como faz o próprio Ducrot quando, em *O Dizer e o Dito* (1984/1987), explica toda a situação na qual os enunciados que busca analisar são produzidos.

O enunciado que analisaremos foi retirado do texto, "Os cafajefferson", de André Petry, veiculado na revista *Veja* no dia 29 de junho de 2005. O assunto tratado ironicamente nesse texto é a afirmação de alguns políticos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) de que *os setores conservadores, a direita, o setor financeiro, os tucanos estão unidos para derrubar o governo, desestabilizar a primeira experiência de esquerda da história brasileira*, ou seja, políticos do PT denunciam todos esses setores da sociedade por conspirarem contra o governo, mais especificamente, contra o presidente Lula. O locutor deixa claro, desde o início do texto, um tom irônico, explicitando, assim, o fato de que considera absurda a posição dos petistas. *L* passa, então, a apresentar, ironicamente, alguns fatos a fim de deixar clara a contradição do ponto de vista apresentado (a conspiração contra os petistas).

Um dos fatos apresentados pelo locutor é o seguinte: “Afinal, o setor financeiro está irritadíssimo. A taxa de juros reais do país é apenas a mais alta do mundo, tendo superado – em mais do que o dobro – a da Turquia. Os banqueiros detestam juros altos. Querem o golpe.”

Deter-nos-emos, mais especificamente, no enunciado “Os banqueiros detestam juros altos” para analisar o fenômeno da ironia sob o prisma da polifonia. Considerando a afirmação dos petistas relatada anteriormente, podemos entender que *L* coloca em evidência, no trecho citado, uma perspectiva relacionada ao *setor financeiro*, ou seja, um dos setores que, de acordo com representantes do Partido dos Trabalhadores, querem derrubar o governo. Assim, o enunciado “Os banqueiros detestam juros altos” não retoma necessariamente as palavras dos petistas, alguns dos possíveis alocutários desse enunciado, mas ironiza o ponto de vista desses alocutários ao ridicularizar sua concepção de que o setor financeiro teria interesse em *desestabilizar a primeira experiência de esquerda da história brasileira*. Percebemos aí um enunciador que, ao expressar seu ponto de vista estabelecendo que os banqueiros odeiam juros altos, engendra uma perspectiva completamente absurda, totalmente contrária à razão e ao senso comum, uma vez que é conhecido o fato de que um dos principais meios que os bancos têm de acumular ganhos é o aumento da taxa de juros, ou seja, os banqueiros, na realidade, gostam muito de juros altos. É possível, então, perceber o conteúdo irônico desse enunciado, levando em conta o contexto no qual ele se encontra. Ora, se o setor financeiro, na verdade, gosta de juros altos, e essa taxa está atingindo índices altíssimos, então não há razão para que esse setor queira derrubar o governo, isto é, o ponto de vista dos petistas (principais alocutários do texto) é contraditório.

A posição de afastamento tomada pelo locutor com relação a *E* pode ser sentida, segundo Ducrot, através da *escolha de certas palavras*, as quais têm por função marcar a *repugnância do locutor pelo ponto de vista* do enunciador, sem que *L* tenha que apresentar *um ponto de vista concorrente*, um outro enunciador que explicita sua oposição. Sendo assim, parece-nos possível afirmar que no enunciado em questão, a escolha pelo termo *detesta* (escolha, gostaríamos de lembrar, atribuída ao locutor, já que o enunciador não produz palavras, mas tão somente pontos de vista) é bastante significativa, visto que, ao invés de dizer, por exemplo, que os

banqueiros não gostam de juro altos, *L* prefere enfatizar a situação com o emprego do verbo *detestar*, e, com isso, deixa ainda mais evidente o caráter absurdo da perspectiva apresentada em seu enunciado.

Dessa forma, parece-nos claro que, pelo fato de deixar ouvir a voz de um enunciador distinto do locutor, o discurso irônico é, de fato, polifônico. Observamos, ainda, que esse discurso, assim como o negativo, apresenta um enunciador cujo ponto de vista não é assumido pelo locutor, sendo, ao contrário, por ele rejeitado. Entretanto, tendo por base o que postula Ducrot e a sucinta análise aqui empreendida, entendemos que, como declara o lingüista francês, o discurso irônico diferencia-se do enunciado negativo por não introduzir um segundo enunciador que defenda uma opinião oposta à do primeiro e com o qual *L* se identifique, mas por marcar a distinção entre *L* e a perspectiva absurda de *E* através de estratégias como a escolha de determinados vocábulos e a entonação, por exemplo.

### **3.2.4. Operadores argumentativos**

Na perspectiva de Ducrot, os operadores argumentativos são elementos que têm por função orientar a argumentação em um texto. Esses elementos exercem essa função estabelecendo entre os termos, orações e parágrafos que relacionam uma força argumentativa (maior ou menor) que conduz o enunciado a determinada conclusão.

Na seqüência, destacaremos o modo como alguns operadores deixam entrever nos enunciados perspectivas de enunciadores diferentes, conferindo ao discurso uma imagem polifônica.

Inseridos na perspectiva polifônica de enunciação, os operadores argumentativos vão ser associados à noção de enunciadores e, desse modo, permitir o aprofundamento da análise do entrelaçamento das vozes presentes nos enunciados.

*Duas vozes que convergem para uma única conclusão*

Os operadores argumentativos *além disso* e *não só... mas também* apresentam uma característica similar no que tange a seu caráter polifônico: ambos reúnem argumentos de uma mesma força argumentativa, apresentam vozes que orientam para um único fim. Tais argumentos e a conclusão para a qual convergem podem ser notados no seguinte exemplo:

(1) *A reunião foi muito bem sucedida. Todos os acionistas compareceram. Além disso, não houve divergências quanto às propostas levantadas.*

$$L \left\{ \begin{array}{l} E1- \text{ Todos os acionistas compareceram} \\ E2- \text{ além disso, não houve divergências quanto às propostas levantadas.} \end{array} \right.$$

A partir dessa representação fica claro o fato de que há no exemplo (1) duas vozes distintas, mas que apresentam argumentos de mesma força e que apontam para uma mesma conclusão, que será aqui representada, tendo por base os postulados ducrotianos, por  $r = A \text{ reunião foi muito bem sucedida}$ . Assim, pode-se representar o seguinte:

$$L \left\{ \begin{array}{l} E1 \longrightarrow r \\ E2 \longrightarrow r \end{array} \right.$$

De igual modo, faz-se possível perceber em enunciados como:

(2) *Não só temos o apoio do nosso chefe para colocarmos em prática o projeto, mas também nossos colegas de trabalho nos apóiam*

a presença de um locutor que dá voz a dois enunciadores distintos:  $E1$  que enuncia “Temos o apoio do nosso chefe para colocarmos em prática o projeto” e  $E2$  que introduz “mas também nossos colegas de trabalho nos apóiam”, o qual acrescenta à enunciação de  $E1$  um argumento a favor da conclusão, que poderia ser entendida como: “Temos grandes chances de alcançar sucesso”. Entendemos, então, que  $L$

aceita o enunciado de *E1*, mas não a sua exclusividade, por isso acrescenta a esta perspectiva outra que converge para a mesma conclusão, a fim de reforçar seu argumento.

Segundo Guimarães (1987) o operador *não só... mas também* pode articular não apenas argumentos, mas também conclusões, porém, independente do que articule, esse operador sempre possibilita uma construção lingüística que tem a polifonia como constitutiva da significação de sua enunciação.

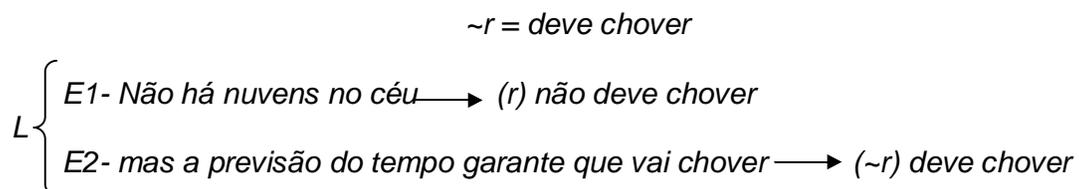
Mas é necessário acrescentar a isso que a polifonia do *não só... mas (também)* tem, em si, força argumentativa: 1) se articula argumentos utiliza, além dos argumentos expressos: a) o fato de acrescentar um argumento a outro já dado como suficiente, e b) a argumentação de *E1*, como argumento suplementar (definitivo?) para sua argumentação; 2) se articula conclusões pode, por exemplo, criticar a conclusão restrita de *E1*, pelo fato de mostrar que é possível concluir mais. Assim argumenta contra o caráter restrito da conclusão retirada, da posição de *E1*, de um certo argumento ou argumentos. (GUIMARÃES, 1987: 138)

*Um enunciado, duas perspectivas distintas: o operador mas*

Antes de proceder ao estudo do caráter argumentativo do operador *mas*, acreditamos necessário destacar, assim como os demais estudos a respeito dessa questão o fazem, os dois funcionamentos dessa conjunção. Existem o *masSN* (Aquele funcionário não está incumbido de fazer cobranças, *mas* de vender produtos) que tem função opositiva, mas não apresenta força argumentativa, e o *masPA* (Não queria sair de casa, *mas* precisei resolver alguns problemas no centro da cidade) que, ao contrário, é dotado de tal força. Deve-se ressaltar que o emprego que aqui interessa é o do *masPA*, uma vez que pretendemos mostrar, justamente seu caráter argumentativo. E, para explicitar como esse operador argumentativo exerce sua função, a consideração do fenômeno da polifonia é imprescindível, visto que a distinção das vozes presentes nos enunciados em que o *mas* aparece possibilita evidenciar a introdução de argumentos que conduzem a conclusões distintas, além de permitir a observação de que a oração iniciada pelo *mas* sempre apresenta o argumento que prevalece. Para tal análise, observemos o seguinte exemplo:

(3) *Não há nuvens no céu, mas a previsão do tempo garante que vai chover.*

Faz-se possível perceber que em (3) há um locutor (*L*) que dá voz a dois enunciadores distintos, cujas perspectivas constituem-se em argumentos que apontam para conclusões opostas. Enquanto *E1* declara “Não há nuvens no céu” e, assim, conduz à conclusão  $r = \textit{não deve chover}$ , *E2* contrapõe-se a essa conclusão ao declarar “mas a previsão do tempo garante que vai chover”, conduzindo, dessa forma, a  $\sim r$ . É, ainda, notável o fato de que a perspectiva de *E2*, ao contradizer a de *E1*, apresenta-se como argumento mais forte, e a conclusão para a qual aponta o enunciado (3) é a que vai de encontro a  $r$ , ou seja,  $\sim r = \textit{deve chover}$ . Todo esse processo pode ser melhor visualizado pelo seguinte esquema:



Percebe-se, portanto, que os enunciados que apresentam o operador argumentativo *masPA* são polifônicos e sempre apresentam duas perspectivas, sendo que aquela que é introduzida pelo *mas* é sempre a mais forte e orienta para uma conclusão  $\sim r$  que sempre prevalece, como explica Koch:

[...] o locutor admite que um enunciado seja argumentativamente utilizável a favor de certa conclusão, isto é, reconhece a legitimidade dessa tendência atribuída ao destinatário, a um enunciador virtual ou à opinião pública, mas, ao mesmo tempo, recusa esta conclusão, apresentando argumentos decisivos em favor da conclusão oposta [...] o fato de se incorporarem ao discurso as objeções (argumentos possíveis) do adversário real ou virtual confere às próprias teses uma seriedade e uma imparcialidade que não teriam se apresentadas de maneira peremptória. (KOCH, 2006: 148-149)

Assim, podemos afirmar que levar em conta a polifonia em enunciados com o operador *mas*, dentre outros (demais conjunções adversativas e concessivas, por exemplo), é extremamente importante para se perceber o modo como a utilização desse operador produz um efeito de credibilidade ao enunciado e promove uma espécie de manipulação através do discurso.

*Vozes que conduzem a uma conclusão: o caso das conclusivas*

Os operadores argumentativos *logo*, *portanto*, *pois*, *então*, *por isso*, *por conseguinte*, *etc.*, além do operador *já que*, são polifônicos na medida em que sempre possibilitam a apreensão de mais de um enunciador:

(4) *Sou brasileiro*,  $\left\{ \begin{array}{l} \textit{logo} \\ \textit{portanto} \\ \textit{pois} \\ \textit{já que} \end{array} \right\}$  *não desisto nunca.*

No enunciado (4), faz-se possível perceber que há um locutor (*L*) que apresenta um argumento “sou brasileiro” e uma conclusão “não desisto nunca”. Essa relação entre argumento e conclusão só é válida porque existe a crença de que “todo brasileiro é persistente”. Assim, pode-se representar a polifonia existente no enunciado (4) da seguinte forma:

$L \left\{ \begin{array}{l} E1 - \textit{Todo brasileiro é persistente} \\ E2 - \textit{Sou brasileiro} \longrightarrow \textit{não desisto nunca} \end{array} \right.$

Na representação acima, podemos afirmar, tendo por respaldo as análises desenvolvidas por Guimarães (1987), que *E1* é um *enunciador genérico*, um enunciador que representa uma perspectiva comum a um número indefinido de pessoas.

O exemplo (4) é uma adaptação da campanha lançada pela Lew Lara (agência que atende à conta institucional da ABA - Associação Brasileira de Anunciantes), no ano de 2006, com o objetivo de resgatar a auto-estima do brasileiro.

A partir disso, pode-se corroborar o fato de que o enunciado (4) faz ouvir, de fato, a voz de um enunciador genérico que declara que todo brasileiro é persistente, uma vez que tal enunciado foi criado com o intuito de enfatizar aspectos positivos do povo brasileiro e, assim, mesmo que nem todo habitante do Brasil seja persistente, criou-se essa imagem para que cada cidadão tenha orgulho de sua nacionalidade.

Dessa forma, podemos dizer que, ao enunciar “Sou brasileiro, logo não desisto nunca”, o locutor se apóia - para promover a relação argumento/conclusão, enunciada por *E2* – na perspectiva de *E1*, isto é, no pressuposto de que todo brasileiro é persistente.

De acordo com Guimarães (1987), porém, *E1* pode ser, dependendo do enunciado, um enunciador genérico, como no exemplo (4); um enunciador universal, o que ocorre, geralmente, em discursos científicos; ou, ainda, um correspondente do locutor. Entretanto, qualquer que seja a representação de *E1*, o que fica claro é que as conjunções coordenativas conclusivas, além da expressão *já que*, constituem-se como operadores argumentativos essencialmente polifônicos e que, ao fazerem ouvir uma voz genérica, universal, ou mesmo uma voz que representa a convicção do próprio *eu*, sustentam a orientação argumentativa de *E2*.

Essa idéia de que em enunciados conclusivos há uma voz subjacente que sustenta a orientação argumentativa do enunciado, remete-nos ao já comentado princípio de *topos* argumentativo defendido por Ducrot.

Levando em conta as considerações ducrotianas a respeito desse princípio, entendemos que é possível aplicá-lo ao exemplo (4) anteriormente apresentado. Podemos dizer que o argumento “sou brasileiro” só conduz à conclusão “não desisto nunca” pelo fato de haver, subjacente a esse enunciado, o *topos* “todo brasileiro é persistente”. Essa crença serve de intermediária entre os dois segmentos do enunciado, e é fator indispensável para a produção de sentido dessa construção, uma vez que, em uma comunidade que tenha, por exemplo, como *topos* “todo brasileiro é fraco/acomodado”, a construção “sou brasileiro, logo não desisto nunca” não faria sentido algum.

Desse modo, ao propor uma investigação que busca na própria língua as marcas de uma pluralidade enunciativa e de uma argumentação constitutiva, Ducrot prova o postulado de que a língua já é essencialmente polifônica, e corrobora sua tese segundo a qual a *argumentação está na língua*. Percebemos, portanto, que esse autor, mesmo trabalhando especificamente com elementos intralingüísticos (apesar de ter aberto para uma possibilidade extralingüística quando tratou da noção de

*topos*), insere em sua teoria uma abordagem polifônica que ganha tamanho espaço e importância em suas investigações que vários fenômenos passam a ser estudados pelo ângulo de uma pluralidade constitutiva dos próprios enunciados. Assim, Ducrot foi o responsável direto pela inserção de uma visão dialógica da linguagem nos estudos lingüísticos, propiciando um significativo avanço nos estudos empreendidos por essa ciência.

### 3.3 Ainda Authier- Revuz

Como já adiantamos no segundo capítulo, Jacqueline Authier-Revuz (1982/2004, 1990, 1992/1998), convocando Bakhtin e a Psicanálise, propõe uma análise lingüístico-discursiva bastante interessante, cujo núcleo motivador é a heterogeneidade discursiva. As reflexões trazidas pela autora colocam a presença do *outro* como condição essencial para a constituição do discurso e do sujeito. Authier-Revuz busca desenvolver um trabalho de análise das formas de heterogeneidade explicitamente identificáveis no fio discursivo. A autora argumenta, porém, que tais formas são apenas alguns exemplos visíveis do *discurso outro* no *discurso um*, visto que todo enunciado é constitutivamente heterogêneo, mesmo que não se consiga identificar, à primeira vista, os outros discursos com os quais se relaciona.

Segundo a pesquisadora (1990: 32), heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade mostrada no discurso representam duas realidades distintas: “a dos processos reais de constituição dum discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição.”

No que tange às formas detectáveis da presença do *outro* na linearidade do discurso, a autora aponta, como exemplo, o discurso relatado, isto é, as ocorrências de discurso direto (DD) e indireto (DI) que designam, de maneira unívoca, um outro ato de enunciação. Há que se destacar, todavia, que Authier-Revuz trabalha as noções de DD e DI de forma distinta daquela trabalhada pela tradição gramatical.

De acordo com o modo tradicional, o discurso direto é visto como “simples” no plano sintático e “fiel” e “objetivo”, com relação ao plano semântico-enunciativo. Esse tipo de discurso é assim considerado porque relata de modo “exato” o discurso alheio. E o discurso indireto é entendido como uma variante morfossintática do DD.

Para Authier-Revuz, essas afirmações não são realmente adequadas, uma vez que o DD não pode ser considerado simples, muito menos objetivo ou fiel, e o DI não é uma variante, uma subordinação, do DD.

O discurso direto, segundo a lingüista, não é simples porque apresenta um caráter heterogêneo, já que o sintagma introdutor do discurso alheio é produzido por **L**, o locutor do discurso, o qual utiliza suas próprias palavras; e a parte citada é igualmente produzida por **L**, mas, desta vez, o locutor menciona as palavras de *l*, o locutor do discurso original que é relatado. De igual modo, o DD não é fiel nem objetivo, visto que “reproduzir a materialidade exata de um enunciado não significa restituir o ato de enunciação” (AUTHIER-REVUZ, 1992/1998: 134). O DD, apesar de retomar um enunciado, não é totalmente fiel a este, visto que se encontra em uma outra situação enunciativa, ou seja, há uma tentativa de mudança de voz; uma tentativa marcada de atribuição das palavras relatadas ao outro sem que se continue no mesmo nível sintático, mas o que se reproduz é o enunciado, não a enunciação.

No tocante ao discurso indireto, Authier-Revuz afirma que este não pode ser entendido como subordinado ao DD, na medida em que não há nenhuma ligação de ordem gramatical que possa garantir que o DI seja derivado do DD. Esses discursos derivam de operações distintas. O DD corresponde a uma operação de *citação* da mensagem do ato relatado, enquanto o DI é uma operação de *reformulação*, de *tradução* da mensagem (*m*) do ato relatado. O DI é, na realidade, sintaticamente mais *simples* do que o DD, visto que **L**, o locutor do discurso, reformula *m*, a mensagem do primeiro discurso, em suas próprias palavras, e faz isso através de uma construção “normal”, isto é, uma construção que obedece a todas as coerções e restrições de combinação da gramática da língua.

Desse modo, Authier-Revuz considera que o DI deve ser visto como um ato de fala específico de análise semântica de um outro ato de fala. Tomando *l* como o locutor

do ato relatado e *r* como o receptor desse “primeiro” ato, e entendendo **L** como o locutor que relata o outro discurso e que dirige sua enunciação a um receptor (**R**), podemos entender o que afirma Flores (1999: 148-149) a respeito do modo como Authier-Revuz concebe o discurso indireto:

O “que” do DI, na visão tradicional, é visto apenas como um marcador da variação morfossintática do DD. Entretanto, na perspectiva de Authier-Revuz, ele pode ser visto como um “operador de tradução” que comporta uma codificação e uma recodificação. Assim, todo o DI no mesmo sistema lingüístico é um modo de tradução que nada afirma sobre o significante do enunciado que ele relata, mas apenas sobre o significado. No DI não há repetição de palavras, mas (re)utilização, já que não há marcas textuais que garantam nem um simples ajustamento imposto pela subordinação, nem a simples convivência de palavras de **L** com as de *l*. [...]. Em outras palavras, **R** recebe uma paráfrase produzida por **L**. [...]  
Authier considera “dizer que...” como um sinal lingüístico de que no enunciado fala um outro ato de enunciação, ou seja, há um ato de tradução através das palavras de **L** de um ato de enunciação de *l*. Em síntese, o DI é um ato de fala de *l* para *r* retomado por **L**, utilizando para isso as palavras de **L**.

Outro aspecto que chama atenção no modo como Authier-Revuz entende o DI é o fato de que, ao promover a *tradução* do discurso de *l*, **L** acaba por levar em conta elementos da significação não explicitados na mensagem de *l*. Essa afirmação pode ser confirmada pela observação de que, dependendo da escolha do verbo introdutor do discurso alheio, **L** deixa claro seu ponto de vista com relação ao ato relatado. Por exemplo, verbos como “insinuar”, “alegar”, “confessar”, dentre muitos outros, denotam um significativo grau de avaliação por parte de **L** com relação ao discurso de *l*.

Há que se considerar, porém, que as formas de discurso relatado até aqui comentadas não são as únicas possibilidades de se marcar e representar o discurso do *outro*. Authier-Revuz explicita duas subdivisões no quadro da heterogeneidade, a saber: as formas de marcação explícita e não explícita de representação do discurso alheio.

No plano das formas marcadas que mostram o lugar do outro de forma unívoca, a autora destaca as formas de discurso direto e indireto, conotação autonímica, aspas, itálicos, incisos de glosas, dentre outras.

Essas formas elencadas do discurso *outro* no discurso *um* são, novamente destacamos, consideradas por Authier-Revuz como formas de heterogeneidade mostrada no discurso, e a autora entende tais formas como emergência da heterogeneidade constitutiva de todo discurso.

A lingüista destaca, porém, que existem outras formas de inserção do discurso alheio, que não podem ser facilmente reconhecidas; a presença do outro não é explicitada por *marcas unívocas*. É o caso do discurso indireto livre, da ironia, da antífrase, da imitação, da alusão, da reminiscência, do estereótipo, dentre outros. A respeito dessas formas não marcadas de heterogeneidade, a autora comenta:

Esse modo de “jogo com o outro” no discurso opera no espaço do não-explicito, do “semidesvelado”, do “sugerido”, mais do que do mostrado e do dito: é desse jogo que tiram sua eficácia retórica muitos discursos irônicos, antífrases, discursos indiretos livres, colocando a presença do outro em evidência tanto mais que é sem o auxílio do “dito” que ela se manifesta: é desse jogo, “no limite”, que vêm o prazer – e os fracassos – da decodificação dessas formas. (AUTHIER-REVUZ, 1982/2004: 18)

Há, portanto, que se considerar que existe a possibilidade do não-reconhecimento da presença do outro nas formas não marcadas do discurso alheio, uma vez que uma alusão ou uma ironia podem não ser notadas, por exemplo. Esse fato vem, então, reforçar o princípio, defendido por Authier-Revuz, de que todo discurso é constitutivamente atravessado pela presença do outro, mesmo que essa presença não esteja explicitamente marcada.

Levando em conta o modo como a autora aproveita teorias externas à Lingüística para investigar a heterogeneidade do discurso, podemos dizer que as noções de discurso e sujeito, especialmente, são encaradas de modo inovador, e o trabalho com a língua ganha, por meio desse olhar que considera o exterior como constitutivo do interior, uma forma de abordagem bastante interessante. O sujeito, por esse prisma, passa a ser considerado como dividido e o discurso é visto como fundamentalmente heterogêneo. O *Outro*, portanto, não é mais entendido como algo totalmente externo, e passa a ser condição imprescindível para a constituição do *Um*.

## 4 INVESTIGANDO O SUJEITO DA ENUNCIÇÃO EM SUA MULTIPLICIDADE CONSTITUTIVA

Qualquer estudo lingüístico que se proponha a investigar todas as particularidades e esgotar as possibilidades de análise referentes a determinado tema constitui-se como pretensioso, visto que em se tratando de linguagem nada pode ser completamente abordado. Há sempre outros ângulos pelos quais um tema pode ser observado. Desse modo, o que pretendemos empreender neste capítulo não deve ser entendido como uma análise exaustiva do *corpus*, mas buscamos operacionalizar uma proposta de análise levando em conta o referencial teórico (buscado, principalmente, em Bakhtin e Ducrot) e tomando por base um texto – uma reportagem –, mesmo admitindo que este não pode ser entendido como o representante do gênero. Assim, estabelecemos uma proposta de análise possível, em que buscamos explicitar algumas estratégias utilizadas pelo locutor a fim de deixar no enunciado a representação (imagem) de sua enunciação. Colocamos, então, em evidência a forma como, por meio da inserção de vozes distintas em seu discurso, esse sujeito constrói essa representação.

### 4.1 O gênero reportagem

#### 4.1.1 Dimensão social

Segundo Bakhtin (1929/1999), todo ato de linguagem está carregado de palavras alheias; todo enunciado concreto é permeado por um conteúdo vivencial e reflete as esferas da comunicação. De acordo com esse pensador, a língua, entendida como um fato social, é resultado da necessidade de interação verbal. E é justamente por esse caráter social que, segundo o autor, pode-se conceber, no interior de cada campo de utilização da língua, uma noção cara aos estudos lingüísticos: os gêneros do discurso.

Entendidos como *tipos relativamente estáveis de enunciados*, os gêneros são inesgotáveis, já que estão condicionados às inúmeras possibilidades da atividade humana. Desse modo, o repertório de gêneros do discurso cresce à medida que se *desenvolvem* e se *complexificam* tais atividades. (BAKHTIN, 1979/2003: 262).

Pelo que postula o teórico russo, entendemos que ignorar a natureza do enunciado e as particularidades do gênero pode levar o estudo lingüístico à abstração e enfraquecer o vínculo existente entre língua e vida. O autor propõe uma concepção dialógica para os gêneros, na qual o contexto de produção e de consumo desses enunciados tem grande relevância para seu estudo.

Assim, buscamos levantar aspectos importantes que envolvem o gênero com o qual pretendemos trabalhar, isto é, o gênero reportagem, a fim de apontarmos para a sua dimensão social e para o contexto de sua produção e, desse modo, esclarecermos sua relevância para os leitores.

Em primeiro lugar, há que se destacar que existem diversos traços em comum entre os gêneros midiáticos, tais como: periodicidade determinada (um dia, uma semana, um mês) e efetividade temporária; autor e leitor não interagem no mesmo espaço e tempo físicos; além de apresentarem função “utilitária”, na medida em que assuntos de interesse público são levados em conta. Segundo Charaudeau (2006: 58), as mídias têm, ainda,

[...] a vocação de responder a uma demanda social por dever de democracia. Justifica-se assim a profissão de informadores que buscam tornar público aquilo que seria ignorado, oculto ou secreto. Essa profissão se define como devendo exercer uma função de serviço: um serviço em benefício da cidadania.

Constituindo-se, então, como um gênero midiático, a reportagem também partilha de tais características. Além dessas, porém, outro traço distintivo desse gênero é o fato de explorar profundamente todas as possibilidades de um acontecimento, isto é, é característico desse gênero a informatividade, a apresentação detalhada dos fatos.

Nesse ponto, a reportagem se diferencia de outro gênero midiático similar, a notícia. Enquanto esta se atém à exposição sintética dos acontecimentos, isto é, apenas noticia ou anuncia os fatos, aquela tem por função possibilitar uma visão mais aprofundada desses mesmos fatos (GRILLO, 2005). A reportagem se situa, então, entre os gêneros que têm seu horizonte temático orientado para a exposição de temas que interessam à sociedade. É um gênero procurado, mais especificamente, por leitores que buscam informações mais detalhadas a respeito de assuntos já noticiados ou de utilidade pública.

Segundo alguns manuais de redação, apesar de poder embrenhar-se nos acontecimentos e se colocar na pele dos protagonistas a fim de melhor compreender seus posicionamentos, o autor de uma reportagem não deve tomar partido; não faz parte de suas funções apoiar ou defender ninguém. Pelo contrário, deve buscar alcançar o mais alto índice de isenção. O autor não se coloca no texto, mas se afasta, permitindo que os fatos reportados ganhem espaço. Seu ponto de vista, sua opinião, não interessa.

Desde que ganhou lugar entre os gêneros midiáticos, a reportagem alcançou tamanha importância que passou a ocupar, em geral, um espaço bastante significativo em determinados suportes, chegando a representar quase 50% das páginas de algumas revistas e jornais. A popularidade desse gênero deve-se, sobretudo, à credibilidade das informações que veicula, uma vez que é típico das reportagens a apresentação imparcial dos acontecimentos, fundamentada na presença de vozes distintas que são agregadas ao enunciado com o claro propósito de conferir transparência, veracidade e objetividade ao que é reportado.

#### ***4.1.2 Regularidades nas estratégias de organização textual***

A emergência da reportagem é, normalmente, motivada por acontecimentos sociais recentes. É comum que os temas abordados sejam de alto interesse para o público leitor. Em geral, compõem o quadro temático desse gênero questões polêmicas ou que fazem emergir uma variedade de pontos de vista. Desse modo, a exposição de

uma multiplicidade de vozes de sujeitos sociais distintos é característica imprescindível de toda reportagem.

São diversas as estratégias utilizadas para garantir à reportagem um efeito de veracidade, de credibilidade. Na busca por um relato objetivo e abrangente dos fatos, são introduzidas perspectivas distintas a respeito de um mesmo tema, e a inserção de vozes alheias por meio de discurso relatado é uma estratégia constante nesse gênero. É comum haver, em uma reportagem, discursos de diferentes setores ou indivíduos diretamente envolvidos com o principal foco abordado, o que propicia ao leitor uma visão mais ampla dos acontecimentos. A respeito dessa estratégia de isenção do produtor da reportagem a partir da inserção de pontos de vista diferentes no discurso, Charaudeau (2006: 222) declara:

Daí a técnica da “gangorra”, também adotada pelos comentaristas, que consiste, para o autor de uma reportagem, em propor pontos de vista diferentes, ou mesmo contrários, sem arriscar-se a operar uma hierarquia (ou fazendo-o em dose mínima), e cuja conclusão se resume a uma série de novas questões, daquelas que justamente não ousam tomar partido. Paradoxalmente, essa técnica tem um fraco poder explicativo: suscita a emoção, a expectativa, a interrogação permanente, mas não propõe ao telespectador nenhum modo de pensamento, nenhum modo de discriminação conceitual dos fatos, para que ele seja capaz de formar sua própria opinião.

A introdução de outras vozes é normalmente feita por meio de discurso relatado, geralmente direto e indireto. O relato em discurso direto garante maior credibilidade ao que é exposto, uma vez que ao apresentar de forma direta vozes importantes para a exposição do tema, acredita-se garantir veracidade à informação veiculada e maior autoridade à fonte das informações. Com relação a essa estratégia, freqüente em reportagens, Charaudeau (2006: 163) admite que

[...] o discurso relatado visa a produzir diferentes tipos de prova: de *autenticidade* do dito de origem [...]; de *responsabilidade* daquele que disse [...], com um desvio lógico que deixa entender que se ele disse o que disse, é porque pensa o que disse [...]; de *verdade* do que foi dito, verdade que vem sustentar, e mesmo justificar ou fundamentar, os *propósitos* do locutor-relator [...].

Além de todas essas provas produzidas pelo emprego de discurso relatado, a presença de várias vozes no discurso é também utilizada como uma estratégia para conferir impessoalidade à apresentação dos fatos, já que aquele que fala parece se

ocultar por trás das diferentes perspectivas introduzidas, isto é, não é o autor quem fala, mas sujeitos sociais revestidos de autoridade, sendo essa autoridade proveniente do fato de estarem, de alguma forma, envolvidos com os acontecimentos. Sabemos, no entanto, que, apesar de respaldada na tradição gramatical, essa visão de que o discurso relatado é “imparcial”, “fiel” e “objetivo” não pode ser tomada como totalmente verdadeira. Baseados no que afirma Authier-Revuz a respeito desse tema, destacamos o fato de que ao relatar um discurso, não se reproduz o ato de enunciação do discurso primeiro, mas introduz-se seu enunciado em um outro ato de enunciação, com outros objetivos, em uma outra situação, portanto, tal relato não pode ser considerado como totalmente fiel e objetivo. Além disso, ainda segundo Authier-Revuz, o relato em discurso indireto pode ser entendido como uma tradução da mensagem do discurso “original”. Não há, em vista disso, obrigação de seguir a mesma estrutura ou mesmo as palavras do primeiro discurso, mas tão somente seu significado, o que confere um tom subjetivo ao relato indireto do discurso alheio.

De qualquer forma, o discurso relatado é apenas uma das várias estratégias acionadas para passar a impressão de objetividade no processo de produção de uma reportagem. É, também, comum, nesse processo, a utilização de recursos como a eliminação de *adjetivos e categorias testemunhais, isto é, aqueles e aquelas cuja aplicação depende da subjetividade de quem produz a mensagem, assim como de advérbios que expressam juízos de valor ou modulam predicções e sentenças, situando-as em mundos possíveis ou desejáveis – em suma, os advérbios de modo*, além disso, *as sentenças são construídas, quase sempre, na terceira pessoa, com exceção das citações em discurso direto.* (LAGE, 2005: 131). Além de todas essas estratégias, é igualmente comum o uso da voz passiva, o emprego de nominalizações, de algumas construções no futuro do pretérito, e a constante presença do referente. De fato, segundo Charaudeau (2006: 222):

[...] espera-se do autor de uma reportagem que ele esteja o mais próximo possível da suposta realidade do fenômeno, pois esse não faz parte da ficção, e também se espera que demonstre imparcialidade, isto é, que sua maneira de perguntar e de tratar as respostas não seja influenciada por seu engajamento, por se tratar de um jornalista [...].

Dessa forma, o discurso da reportagem é organizado de modo a explicitar os fatos e esconder a voz do autor. O que interessa é a mais detalhada e abrangente exposição dos acontecimentos, isto é, o posicionamento daquele que organiza o texto não deve aparecer, visto não ser a reportagem um gênero opinativo, mas informativo.

## **4.2 Uma amostra de análise**

### **4.2.1 A reportagem: contextualização sócio-histórica de sua produção**

Tomamos, para formar o nosso *corpus*, a reportagem intitulada “Somos vítimas da baderna”, de Otávio Cabral, veiculada na seção “Brasil” da revista *Veja*, no dia 27 de junho de 2007 (ANEXO).

Essa reportagem encontra-se inserida no contexto sócio-histórico de uma crise *crônica* na aviação civil brasileira. Tal crise tem sido foco de inúmeras matérias e ponto de interesse para muitos cidadãos que dependem do transporte aéreo.

O fato responsável pelo desencadeamento dessa situação foi um desastre aéreo que ocorreu no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um avião da companhia aérea brasileira GOL, com 154 pessoas a bordo, e um jato Embraer Legacy. Desde esse desastre, a crise pela qual passa o sistema aéreo no Brasil tornou-se evidente. Sabe-se, atualmente, que antes da referida fatalidade, sérios problemas já deterioravam o sistema aéreo do país, contudo, não se tinha idéia do tamanho e da gravidade desses problemas.

A partir de setembro de 2006, no entanto, uma série de acontecimentos, como acidentes com aviões, greve de controladores de voo e, conseqüentemente, atrasos e cancelamentos de vôos, ganharam espaço e passaram a ser cenas comuns nos aeroportos do país.

Um grande conflito instalou-se entre controladores de voo e oficiais da Aeronáutica, uma vez que estes não têm aprovado determinadas atitudes tomadas pelos subordinados. Mais especificamente, na semana anterior à publicação da reportagem “Somos vítimas da baderna”, o confronto entre essas duas classes agravou-se, visto que os controladores fizeram uma operação tartaruga devido a falhas nos equipamentos, e passaram a desrespeitar a autoridade dos militares da Aeronáutica.

Geralmente, as reportagens dão foco a um fator específico dentro de um determinado tema, já que a abordagem de sua totalidade pode parecer confusa. Essa delimitação, na reportagem em questão, centrou-se na quebra, por parte dos controladores, da hierarquia militar, e levando em conta o confronto cada vez mais acirrado entre controladores e oficiais da Aeronáutica, o texto é construído.

#### **4.2.2 Estratégias lingüístico-enunciativas**

Queremos deixar claro, antes de passarmos à observação do texto, que o que nos interessa é a investigação de um sujeito interno ao enunciado, um sujeito discursivo, ou seja, não colocamos em discussão o sujeito falante, aquele que empiricamente produz o texto, no caso da reportagem em foco, o repórter Otávio Cabral, visto que este não está inscrito na linguagem e, portanto, não é categoria interna ao enunciado. Segundo Ducrot (1984/1987), o sujeito falante não deve interessar ao lingüista, uma vez que este tem por finalidade a análise de fatores internos ao enunciado. Ora, se buscamos empreender uma pesquisa inserida no campo de investigação da Lingüística, devemos nos ater à observação da figura discursiva que se representa como responsável pelo enunciado (e convoca os enunciadores), a saber, o locutor. Nessa perspectiva, o produtor físico do enunciado não nos interessa.

O locutor (*L*) é uma figura pressuposta em qualquer enunciado e sua presença pode ser lingüisticamente marcada pela ocorrência do pronome *eu* e de outras *marcas de primeira pessoa*. É, todavia, interessante destacar que há enunciados em que essas marcas podem não ser explicitadas, como se os enunciados independentessem de um

locutor; como “se os próprios fatos se narrassem” (BENVENISTE, 1966/1991). Não há, porém, correlação entre a falta de marcas explícitas da presença do responsável pela enunciação e a real ausência do locutor. O que ocorre é que, ao ocultar-se na impessoalidade, *L* procura produzir um efeito específico, seja de objetividade, de evidencialidade, ou de credibilidade.

É possível afirmar, a partir da observação do texto “Somos vítimas da baderna”, que o locutor parece ser aí apagado, isto é, não há evidências claras da presença do responsável pela enunciação. A nossa impressão é de que, como no plano da história defendido por Benveniste, os fatos parecem “contar-se a si mesmos”. Diversas estratégias são utilizadas no texto em questão a fim de promover um aparente “apagamento” do sujeito-locutor. A respeito desse tipo de estratégia, chama atenção uma análise feita por Discini (2003: 156-158) a respeito de como

[...] os fatos gramaticais podem contribuir para a persuasão do texto, no sentido de que ele possa parecer verdadeiro, fazendo saber e, principalmente, fazendo crer. No caso, fazendo crer naquilo que diz, como também num *ethos* aparentemente desapassionado, de voz distante e não comprometida “pessoalmente”.

Seguindo, em parte, o que é defendido por essa autora, lançamos um olhar mais atento à reportagem “Somos vítimas da baderna”, e encontramos aí algumas estratégias bastante eficazes para o propósito de construir uma enunciação que se enuncia, mas que não diz explicitamente *eu*. Passaremos, então, a levantar alguns exemplos dessas estratégias.

Identificamos, no texto, enunciados construídos na voz passiva, como: “Mesmo assim, os rebelados em Brasília *foram brindados* com a visita do ministro [...]”; e “O que *se vê* nos aeroportos é conseqüência do acirramento e da insubordinação [...]”. Esse tipo de construção promove um notável afastamento daquele que enuncia; é como se não houvesse um sujeito por trás do relato dos fatos. A presença desse sujeito se evidenciaria em uma construção como: “O que vemos nos aeroportos é conseqüência do acirramento e da insubordinação”, entretanto, ao empregar a voz passiva, o locutor acaba por se esconder sob uma aparente objetividade.

Outra construção que nos chama atenção no texto é a seguinte: “Em troca, *ele teria recebido* passagens para uso pessoal e o de seus familiares”, na qual podemos observar um uso metafórico do tempo verbal Futuro do Pretérito. Esse tipo de uso do futuro do pretérito deixa evidente que o locutor do enunciado delega a outrem a responsabilidade pelo que é dito, produzindo, assim, um efeito de distanciamento, e se eximindo de assumir tal enunciação como comprovada.

De igual modo, ao produzir enunciados como: “A diferença, agora, é que o apagão aéreo se misturou com *a quebra* cada vez mais ostensiva da hierarquia militar”, e “A *deterioração* das relações entre subordinados e superiores na Aeronáutica é resultado de equívocos do próprio governo”, em que se vale do recurso da nominalização, o locutor faz ouvir um pressuposto (fenômeno explicado no terceiro capítulo deste trabalho), e se distancia do que é dito justamente pelo fato de se respaldar em um conteúdo pressuposto para produzir seu enunciado, ou seja, a responsabilidade pelo que é dito não é inteiramente de *L*, mas este se afasta do que enuncia por introduzir aí outra voz.

A presença constante do referente (caos aéreo e insubordinação militar) é também um recurso pertinente para o apagamento do *eu* que enuncia no texto. Dessa forma, ao colocar em evidência enunciados como: “Desde o desastre aéreo que matou 154 pessoas em setembro do ano passado, o caos nos aeroportos virou uma crise crônica”, e “O que se vê nos aeroportos é consequência do *acirramento* e da *insubordinação* [...]”, o locutor produz um enunciado que se assemelha aos enunciados históricos, nos quais os fatos parecem *contar-se a si mesmos*, e se oculta, assim, na impessoalidade.

Chama, ainda, atenção a quantidade de discursos relatados de forma direta e indireta no texto em questão, como podemos observar nestes exemplos selecionados: “*Há um clima de guerra entre eles. Não existe mais respeito, não há mais comando*”, diz o deputado Vic Pires Franco, membro da CPI do Apagão Aéreo [...]; “*As pessoas são atraídas pela estabilidade no emprego militar. Entra qualquer um. Eu tenho controlador gago, tenho controlador surdo*”; “*Seu advogado, Tadeu Corrêa, disse que vai recorrer da prisão sob a alegação de que seu cliente não teve direito a defesa*” e “*Pires voltou a defender a desmilitarização do setor. Saito irritou-*

*se com a proposta do ministro, disse que não permitiria novas quebras da hierarquia militar e ameaçou entregar o cargo caso Lula autorizasse negociações entre um ministro civil e os controladores militares*”. Essa introdução do discurso alheio no discurso do *eu* é outra estratégia para a produção de um efeito de objetividade e imparcialidade no texto. Como é característico do gênero reportagem, o locutor não deve impor sua opinião (o que não quer dizer que não o faça), então, introduz vários pontos de vista em seu discurso, a fim de possibilitar a seus interlocutores uma visão ampla e “neutra” dos acontecimentos.

Como comentado, todas essas estratégias parecem ter por finalidade atender a uma característica essencial dos gêneros midiáticos não-opinativos: a objetividade, a exposição da realidade sem interferência subjetiva. Destacamos, então, o esforço empregado por *L* para dissimular sua própria presença e garantir ao texto maior credibilidade e imparcialidade na exposição dos acontecimentos. Buscaremos explicitar, porém, mais adiante, que essa perspectiva impessoal, esse *L-*, segundo a nomenclatura utilizada por Orlandi e Guimarães (1988), é, como já comentado, apenas aparente, uma vez que *L* marca, mesmo que de forma sutil, sua presença no texto.

#### **4.2.3 Bakhtin e Ducrot no meio desse diálogo**

Há, na reportagem “Somos vítimas da baderna” uma quantidade significativa de discursos alheios, e esse texto pode ser considerado, utilizando as palavras de Bakhtin (1929/1999), explicitamente polifônico, visto que o locutor agrega a seu discurso outras vozes. É notável, contudo, que essas vozes ora convergem para uma mesma perspectiva, ora se confrontam e apontam para perspectivas opostas.

A fim de explicitarmos o modo como, através de muitas vozes, o texto e o sentido são construídos, buscaremos desenvolver um estudo levando em consideração tanto os postulados de Bakhtin a respeito de uma polifonia constitutiva de todo e qualquer discurso, quanto a teoria polifônica desenvolvida por Ducrot. Julgamos necessário desenvolver uma análise articulando essas duas teorias por considerarmos que uma pode trazer um ganho significativo à outra, isto é, os

trabalhos desses autores, apesar de apresentarem notáveis diferenças teóricas, podem ser tomados como complementares. Portanto, procederemos à análise do texto “Somos vítimas da baderna” adotando um olhar que leve em conta tanto elementos externos ao texto, como sugere Bakhtin, quanto fatores internos, lingüisticamente resgatados, como propõe Ducrot.

Voltando, então, nossa atenção para o texto, podemos perceber que, logo no primeiro parágrafo, um acontecimento marcante é tematizado. O acidente aéreo que matou 154 pessoas em setembro de 2006 é apresentado como o fato, se não desencadeador, ao menos agravante da crise na aviação brasileira. O locutor retoma esse fato utilizando-se do recurso de uma construção nominal definida – o *desastre aéreo* – entendida por muitos autores como tendo uma função anafórica no encadeamento coesivo do texto (KOCH; MARCUSCHI, 1998).

O que chama a atenção na escolha da construção “desde o desastre aéreo que matou 154 pessoas em setembro do ano passado”, é o fato de que, ao empregar o artigo definido antes do núcleo nominal, o locutor apresenta “o desastre aéreo” como previamente conhecido de seu alocutário, porém, não há, no texto em questão, nenhuma seqüência lingüística antecedente que introduza tal acontecimento, ou seja, “o desastre aéreo”, nesse caso, não retoma um referente anterior explicitamente expresso no texto. No entanto, sua função anafórica não deixa de ser atendida, visto que o emprego dessa construção definida só é possível porque o referido desastre foi um fato tão marcante na história da aviação brasileira que continua presente na memória discursiva do leitor. Dessa forma, entendemos, assim como Olímpio (2006: 73) que, na estrutura informacional do enunciado como um todo, “o desastre aéreo” veicula um “conteúdo pressuposto, subjacente (e ‘exterior’) ao que é dito no evento enunciativo”. Como estratégia discursiva, este uso é altamente argumentativo.

A produção de sentido nesse primeiro período do texto só é possível se levarmos em conta que o sentido de uma palavra e, até mesmo de um enunciado, não se encontra nela mesma, tomada isoladamente, isto é, é necessário levar em conta o contexto no qual ela está inserida. Pelo que postula Bakhtin, podemos afirmar que a expressão nominalizada “o desastre” só nos remete ao desastre com o avião da Gol

em 2006 por estar contextualizada, por estar empregada em um enunciado concreto e, desse modo, estar repleta de sentido. O pensador russo ainda assevera que ao escolhermos as palavras no processo de construção de um enunciado, tiramos palavras de outros enunciados, de discursos anteriores. Essa afirmação parece justificar a forma como a expressão “o desastre” é apresentada no referido enunciado, isto é, o fato de ser exposta por uma estrutura anafórica corrobora o postulado de que é em outros enunciados que buscamos palavras para compor nosso discurso. Assim, o termo “o desastre” só se refere ao “acidente aéreo com o avião da Gol” porque está especificamente inserido neste contexto e porque está relacionado a discursos anteriores que tratam dessa fatalidade. Como comentado anteriormente, o sentido de um enunciado, para Ducrot, depende dos enunciados aos quais ele se relaciona, ou seja, devemos observar os segmentos que o enunciado permite ou proíbe. No caso sob análise, porém, é necessário considerarmos não apenas os encadeamentos que esse enunciado permite, mas também os enunciados que o precedem, visto que, como apontado, ele é construído de tal modo que parece retomar um discurso anterior. Dessa forma, mesmo não estando presente no texto, não se pode negligenciar o fato de que o enunciado “Desde o desastre aéreo que matou 154 pessoas em setembro do ano passado [...]” é apresentado como uma espécie de encadeamento de um enunciado anterior que introduz o fato de que *houve um desastre aéreo em setembro de 2006*.

Essa relação com um enunciado anterior pode ser ratificada, ainda segundo os postulados ducrotianos, pelo fato de que o recurso anafórico utilizado permite a veiculação de um conteúdo pressuposto que se junta a um conteúdo posto e com ele se articula. No caso em questão, o locutor dá voz a um enunciador, *E1*, que introduz o pressuposto de que *houve um desastre aéreo que matou 154 pessoas em setembro do ano passado*. O locutor concorda com esse pressuposto, mas não se responsabiliza por ele.

Pelo que argumenta Ducrot (1984/1987), o pressuposto assimila-se a uma voz geral que representa um conhecimento público, ou seja, não se pode colocar em dúvida a veracidade da informação veiculada por *E1*, já que esta é previamente partilhada tanto pelo locutor, *L*, como por seu alocutário. É um conteúdo anterior e exterior ao

texto, o qual retoma um fato presente na memória discursiva do alocutário, nesse caso, do leitor da reportagem.

Ainda no primeiro enunciado, outra construção nominal anafórica e a presença de um verbo de mudança de estado introduzem duas vozes distintas, *E1* e *E2*. Ao declarar que “desde o desastre aéreo que matou 154 pessoas em setembro do ano passado, o caos nos aeroportos virou uma crise crônica”, o locutor deixa ouvir, novamente, um conteúdo pressuposto (pp) e um posto (p):

$$L \left\{ \begin{array}{l} E1 \rightarrow \text{O caos nos aeroportos já existia, mas não era uma crise crônica. (pp)} \\ E2 \rightarrow \text{[...] virou uma crise crônica desde o desastre aéreo de setembro do ano passado. (p)} \end{array} \right.$$

Dessa forma, *L* fala a respeito do caos nos aeroportos como se esse já fosse conhecido do leitor, ou seja, o locutor utiliza uma estrutura anafórica a fim de retomar uma informação presente na memória de seu alocutário. Pela forma como o enunciado foi construído, a existência desse caos é um fato pressuposto e inegável. *L* dá voz a *E1* e concorda com sua perspectiva, já que ela não pode ser recusada, entretanto, apesar de admitir o que *E1* veicula, o locutor não se responsabiliza por essa perspectiva. De sua responsabilidade é, apenas, o conteúdo posto, a afirmação de que o caos (que já existia) virou uma crise crônica.

Retomando, mais uma vez, o que declara Ducrot a respeito do sentido dos enunciados estar ligado aos enunciados que eles permitem ou proíbem, e o que aponta Bakhtin no tocante ao fato de as palavras só adquirirem sentido no contexto de enunciação, podemos entender o sentido da palavra “caos” no enunciado anteriormente destacado. Caos como signo lingüístico, isto é, como signo dotado de um significante e um significado, tem o sentido de “grande desordem”, “confusão”, “balbúrdia”, enfim, apresenta significados específicos, mas que, fora de uso, são *extra-emocionais*. Para que essa palavra tenha, de fato, um sentido, é necessário observá-la em um contexto determinado. No caso do enunciado destacado, podemos identificar o sentido específico conferido ao termo “caos” a partir da observação do enunciado que o sucede: “De lá para cá, cenas de filas intermináveis de passageiros à espera de vôos cancelados ou em atraso já se repetiram uma

dezena de vezes”. Encontramos, nesse enunciado, marcadores dêiticos que, apesar de serem comumente usados para referir a lugares específicos, têm, nesse caso, um sentido mais amplo, qual seja: situar os interlocutores muito mais do que em um lugar, mas em um tempo distinto daquele em que ocorreu o “desastre aéreo”. *Lá e cá*, por serem elementos da *déixis*, são, segundo Benveniste (1966/1991, 1974/1989), “signos vazios” e só adquirem sentido no contexto em que são utilizados. Assim, “lá” retoma a situação apresentada no enunciado anterior, “desde o desastre aéreo”, e “cá” se refere ao momento atual em que se encontram o locutor e seus alocutários. Enfim, do dia do desastre com o avião da Gol em diante, o caos se instalou nos aeroportos, e esse caos pode ser traduzido como *cegas de filas intermináveis de passageiros à espera de vôos cancelados ou em atraso*, ou seja, nesse contexto e pelo enunciado que o sucede, podemos determinar o sentido específico da palavra *caos*.

Toda essa introdução e todas essas vozes e sentidos, porém, parecem ser apenas um modo encontrado por *L* para colocar em cena as vozes dos sujeitos responsáveis por um dos principais confrontos presentes no texto: a voz da classe dos controladores de vôo e a voz da Aeronáutica.

Remeter ao desastre aéreo ocorrido em 2006 e ao conseqüente caos que se implantou nos aeroportos do país parece ter sido apenas uma estratégia utilizada por *L* a fim de chegar a um dos principais motivos do caos nos aeroportos: a balbúrdia dos controladores de vôo que não têm se submetido às autoridades da Aeronáutica e têm provocado, por isso, grande confusão nos aeroportos do país.

O fato de *L* considerar a classe dos controladores a principal responsável pela desordem que assola a aviação brasileira fica bastante claro em vários trechos do texto e, em especial, no momento em que vozes de outros sujeitos são relatadas.

Segundo Bakhtin (1929/2005: 195), “as palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais”, ou seja, ao inserir o discurso do outro em seu próprio discurso, o locutor emprega aí seu acento de valor; ao enquadrar a palavra alheia a nosso discurso, não o fazemos de forma totalmente neutra, por

mais que nos esforcemos para tanto. É por isso que acreditamos imprescindível destacar que discordamos dos livros e manuais de redação que asseveram que o gênero reportagem, por não ser caracteristicamente opinativo, não apresenta traços de subjetividade. Admitimos que há um grande esforço por parte do locutor para garantir um aspecto impessoal e objetivo ao texto, mas de forma alguma podemos admitir que inexistem, nas reportagens, marcas de um sujeito que se coloca, de um sujeito que, convocando o discurso alheio se posiciona perante esse outro discurso. Assim, baseados no que postula Bakhtin a respeito das palavras bivocais, passaremos a levantar alguns movimentos empreendidos pelo locutor para introduzir a voz do outro, isto é, alguns movimentos pelos quais podemos perceber o posicionamento do sujeito-locutor no texto.

Sabemos que *L* tanto pode se assimilar à voz do outro, como pode se distanciar dela. Portanto, buscaremos explicitar certos traços que marcam essa relação entre o discurso do locutor e o *já-dito*, e assinalaremos, de início, dois movimentos dialógicos, denominados por Rodrigues (2005: 174) como *movimento dialógico de assimilação e movimento dialógico de distanciamento*.

Há, na reportagem selecionada, vários elementos que indicam a refutação de um ponto de vista e a defesa de outro. Esses movimentos podem ser notados a partir da observação de determinados verbos introdutórios da voz do outro, além do emprego de determinadas palavras ou expressões avaliativas que dão o tom de aceitação ou desqualificação ao discurso alheio.

Baseados, então, no que declara Authier-Revuz a respeito das formas de discurso direto e indireto, e cientes de que, como também postula Ducrot, as formas de discurso relatado permitem a observação das vozes de locutores distintos, buscaremos identificar determinados torneios empreendidos pelo sujeito “relatador”, isto é, *L*, a fim de corroborarmos o fato de que esse tipo de enunciado não é tão objetivo quanto prega a tradição gramatical.

Para que possamos diferenciar as vozes introduzidas no texto por meio de discurso relatado, vamos designar o locutor do texto que convoca as demais vozes como *L* e

os locutores dos discursos relatados, aqueles que enunciaram primeiro em outro lugar e cujas vozes são retomadas, como *I*.

Já no primeiro discurso relatado presente no texto, podemos perceber que a forma canônica de discurso indireto (DI), marcado, segundo a tradição gramatical, pela presença de um verbo *discendi* seguido de uma oração nominal foi preterida em favor de uma forma mais concisa, sem status de oração (alegando *falhas nos equipamentos*). Além disso, é possível notar que a voz relatada não é introduzida de modo neutro, mas é desqualificada por parte do locutor do texto, como podemos observar no enunciado como um todo: “Controladores de voo em Brasília, de onde é monitorada a maior parte do tráfego aéreo do país, fizeram uma operação tartaruga, alegando *falhas nos equipamentos*”. O ponto de vista de *L*, nesse enunciado, pode ser notado a partir da escolha do verbo que introduz a voz de *I*, isto é, a voz dos controladores de voo. *L* escolhe o verbo *alegar* para inserir a justificativa dos controladores para a operação tartaruga e, desse modo, pôr em dúvida a veracidade dos argumentos apresentados por *I*. Baseamo-nos, para levantar tal hipótese, no fato de que o verbo *alegar* apresenta como uma de suas possíveis interpretações “dar como pretexto”, ou seja, apresentar uma razão aparente como desculpa para determinada atitude. Desse modo, podemos constatar que *L* não introduz a voz de *I* de forma neutra, mas convoca seu discurso a fim de sustentar o ponto de vista de que os controladores, por meio de atitudes incoseqüentes, têm sua parcela de culpa na instauração do caos aéreo.

Esse descrédito da voz de *I* pode, ainda, ser ratificado pelo enunciado que sucede esse relato, o qual explicita todo o prejuízo e toda a confusão gerada pela operação tartaruga realizada pelos controladores. Além disso, a situação na qual se encontram os aeroportos, com inúmeros atrasos e cancelamentos de vôos, é classificada como uma *baderna*; em outras palavras, uma desordem, uma bagunça, o que parece, igualmente, desqualificar qualquer tipo de argumento que busque justificar uma atitude que tem como conseqüência o prolongamento dessa situação.

Podemos, ainda, acrescentar a essas evidências de distanciamento por parte de *L* com relação à voz dos controladores de voo, o fato de que ao enunciar “A diferença, agora, é que o apagão aéreo se misturou com a quebra cada vez mais ostensiva da

hierarquia militar”, o locutor associa à situação de caos, já comentada, uma nova informação, aumentando o conjunto de pontos negativos referentes às atitudes desses controladores. Esse agravante pode ser melhor observado no esquema a seguir, no qual são apresentadas as vozes de dois enunciadores presentes no enunciado de *L*:

$$L \left\{ \begin{array}{l} E1 \rightarrow \text{O apagão aéreo existia, (mas não havia quebra da hierarquia militar) (pp)} \\ E2 \rightarrow \text{O apagão aéreo, agora, se misturou com a quebra cada vez mais ostensiva da hierarquia militar. (p)} \end{array} \right.$$

Assim, pelo modo como o texto vai sendo construído, *L* deixa claro que os controladores de vôo, além de serem responsáveis parciais pelo estabelecimento do caos aéreo, também têm se rebelado contra as autoridades da Aeronáutica. Dessa forma, ao apresentar mais essa informação referente ao comportamento da classe dos controladores, *L* parece corroborar, novamente, sua posição de afastamento com relação a essa voz.

Devemos enfatizar, porém, que a avaliação negativa da voz dos controladores não se esgota nesses poucos exemplos, mas se estende por todo o texto através de formas distintas. Outra ocorrência dessa avaliação pode ser evidenciada quando o locutor insere uma outra voz em seu discurso, a voz da Aeronáutica. Ao declarar: “Em meio à balbúrdia dos controladores, a Aeronáutica anunciou a prisão de um líder do movimento, o sargento Carlos Trifilio, provocando acirramento do confronto entre controladores e oficiais”, *L* parece, mais uma vez, desabonar as atitudes dos controladores, e esse propósito fica ainda mais evidente quando se percebe que, logo após empregar o termo *balbúrdia* para avaliar o comportamento dessa classe, *L* abre espaço para que a voz da Aeronáutica enuncie. A impressão que temos é que *L* desqualifica a primeira voz a fim de justificar o posicionamento da Aeronáutica perante o caso, isto é, *L* parece querer significar que, a despeito de provocarem *acirramento do confronto entre controladores e oficiais*, os militares não tinham outra opção senão anunciar a prisão de um dos líderes do movimento dirigido pelos controladores. Ao que nos parece, o locutor não se assimila à voz dos controladores, pelo contrário, desabona-a e dá crédito à voz que lhe é oposta, a da Aeronáutica.

Essa estratégia utilizada por *L* para inserir em seu discurso a posição da Aeronáutica pode ser considerada mais uma evidência de que, por mais que se busque a imparcialidade e a objetividade no relato do discurso do outro, não é possível relatar um enunciado de forma neutra, visto que o contexto é outro e os propósitos também o são, isto é, *L* agrega à sua fala o que foi enunciado por *I* com objetivos específicos, portanto, as manobras que empreende para inserir a voz de *I* em seu discurso estão diretamente relacionadas a sua intenção, que, no caso sob análise, diz respeito à promoção da voz da Aeronáutica em detrimento da perspectiva dos controladores de voo, ou seja, a desqualificação da voz dos controladores parece ser uma estratégia de *L* para empreender um *movimento dialógico de assimilação* com relação à voz da Aeronáutica.

A fim de dar sustentação à situação de confronto entre controladores e militares, fato que já vem sendo delineado no texto, o locutor convoca a voz de um representante da CPI do Apagão Aéreo: “Há um clima de guerra entre eles. Não existe mais respeito, não há mais comando”, diz o deputado Vic Pires Franco, membro da CPI do Apagão Aéreo, que visitou as instalações do Cindacta 1, onde trabalham os controladores de Brasília”.

O fato de esse discurso ser relatado de forma direta e sem nenhum tipo de preparação, isto é, sem nenhuma introdução, mostra que *L* busca conferir um maior grau de objetividade ao texto, já que dá voz a outro locutor de forma direta e, dessa forma, parece se eximir de assumir a responsabilidade pelo que é enunciado. No entanto, segundo o que postula Authier-Revuz, é *L* quem produz o enunciado relatado, mas, para tanto, menciona as palavras de *I*, o locutor do discurso “original”, ou seja, reproduz-se o enunciado, mas com outra finalidade, já que é *L* quem o insere em seu discurso com um propósito determinado. No caso destacado, o objetivo de *L* pode ser identificado pela própria descrição a respeito do produtor (físico) do discurso “original”, isto é, quem comentou a respeito do clima de guerra entre controladores e oficiais da Aeronáutica foi o deputado Vic Pires Franco, que presenciou a situação descrita. Podemos inferir, por conseguinte, que *L* introduz a voz do deputado a fim de dar respaldo à situação que vem delineando em seu discurso, e entendemos que essa voz, especificamente, foi escolhida porque é

dotada de autoridade para falar a respeito do caso, uma vez que o deputado presenciou diretamente a situação entre as duas referidas classes.

No movimento dialógico de assimilação, o locutor pode, então, dar lugar a uma voz de autoridade para sustentar sua perspectiva. Assim, no relato da voz da Aeronáutica e na apresentação das justificativas para a prisão do líder do movimento dos controladores, podemos perceber outra voz, uma voz legal, que é aí introduzida como argumento para legitimar a decisão da Aeronáutica. Ao declarar que “A Aeronáutica afirma que Carlos Trifilio será preso [...]. Primeiro porque usou, durante oito minutos, uma linha telefônica interna exclusiva do controle de tráfego aéreo para fazer mobilização sindical, *o que é proibido pelo Código Militar*”, *L* indica que, uma vez que o sargento violou normas do Código Militar, a Aeronáutica tem todo o direito de anunciar sua prisão, isto é, a voz legal subjacente a esse enunciado ratifica a legitimidade da captura do líder dos controladores, visto ser essa voz dotada de autoridade, não podendo, portanto, ser contrariada. Além disso, ao empregar um argumento por autoridade, *L* se exime de qualquer responsabilidade no que diz respeito à justificação das decisões da Aeronáutica, embora a recorrência a essa voz também pareça ser uma estratégia utilizada por *L* a fim de reforçar a aproximação entre sua voz e a da Aeronáutica, já que se empenha por dar razão a esta última.

Ao apresentar um segundo motivo para a prisão do líder do movimento dos controladores, *L* não se vale mais de uma voz dotada de autoridade para fundamentar as razões dos oficiais da Aeronáutica, mas utiliza uma estratégia que também produz um efeito bastante eficiente na defesa do ponto de vista desses oficiais: a pressuposição.

A partir do enunciado: “O outro motivo é uma entrevista que o sargento deu, sem autorização superior, a uma revista mensal, *Universo Masculino* [...]”, é possível ouvir a voz de um enunciador genérico, responsável por introduzir uma perspectiva pressuposta, qual seja, “para que um sargento dê entrevistas, precisa de autorização superior”.

Ao convocar essa voz que veicula um conteúdo pressuposto, *L* não deixa dúvida quanto à legitimidade da prisão do sargento Trifilio, já que é inegável o fato de que um sargento não pode conceder entrevistas sem autorização superior, ou seja, *L* mostra, mais uma vez, que seu ponto de vista se assimila ao da voz da Aeronáutica, visto que se vale de estratégias diversas a fim de justificar as atitudes dessa classe.

É, ainda, notável o movimento de distanciamento realizado por *L* no momento em que, para introduzir uma crítica à Aeronáutica em seu discurso, ele dá voz ao líder dos controladores de voo, Carlos Trifilio. Assim, a única crítica à Aeronáutica é feita por aquele que está sendo punido justamente por insubordinação. Para melhor entendermos o modo como *L* introduz a voz desse sargento, que convencionamos chamar de *I*, é necessário observarmos que ele o faz em duas etapas:

Primeiro: *L* relata de forma indireta o discurso de *I* e, ao “traduzir” o que *I* disse, resume em poucas palavras os atos realizados no discurso desse primeiro locutor, isto é, diz que ele faz promessas, afirmações e críticas: “promete fazer novas paralisações, afirma ser espionado e critica a formação e o nível profissional dos controladores”;

Segundo: *L* escolhe um desses atos efetuados por *I* e relata, de forma direta, ou seja, utilizando as palavras de *I*: “As pessoas são atraídas pela estabilidade no emprego militar. Entra qualquer um. Eu tenho controlador gago, tenho controlador surdo”.

Pelo que podemos notar, *L* promove, primeiramente, uma análise semântica do enunciado de *I*, visto que sintetiza o conteúdo de toda uma entrevista em poucas palavras, o que reforça a idéia defendida por muitos autores, dentre os quais Authier-Revuz, de que a Gramática Tradicional peca ao considerar o DI como uma variante morfo-sintática do DD, ou seja, é possível constatar que, no relato indireto do enunciado de *I*, o DI é uma reformulação da mensagem do discurso “original” e, portanto, a estrutura e as palavras do “primeiro” discurso não são, necessariamente, mantidas.

A respeito do enunciado relatado em discurso direto, podemos destacar que é nele que se encontram as únicas marcas de primeira pessoa presentes no corpo do texto. Há, porém, que se admitir que essas marcas não se referem a *L*, apesar de ser *L* quem produz esse enunciado. Isso se deve ao fato, anteriormente comentado, de que, mesmo sendo o produtor do enunciado, *L* não utiliza suas próprias palavras, mas menciona as de *l*, locutor do discurso relatado e sujeito ao qual, nesse caso, as marcas de primeira pessoa se referem.

Desse modo, chama atenção o fato de que na busca por objetividade, *L* introduz várias vozes de diversos locutores e enunciadorees em seu discurso e busca enunciar da forma mais impessoal possível, tanto que as únicas marcas de primeira pessoa presentes no corpo do texto não se referem a ele. Apesar desse esforço, porém, fica claro que o *eu* que enuncia, mesmo não estando explícito, se manifesta e deixa sua subjetividade na própria escolha de palavras para “traduzir” a mensagem do discurso alheio, ou mesmo na seleção de enunciados para serem relatados de forma direta, como pudemos observar no relato do discurso do sargento Trifilio.

O afastamento do locutor com relação a determinadas vozes pode, ainda, ser sentido no seguinte enunciado: “Em troca, ele teria recebido passagens para uso pessoal e o de seus familiares”. Nesse caso, *L* parece retomar a voz de outrem, uma voz desconhecida, cuja enunciação o locutor não assume como sendo de sua responsabilidade. Ao engendrar a voz de um sujeito impreciso, *L* marca seu afastamento com relação a esse outro discurso.

Segundo Ducrot, construções com as expressões “parece que”, “talvez” e mesmo enunciados que apresentam certos empregos do “condicional”, ou em outras palavras, do futuro do pretérito utilizado em sentido metafórico, constituem-se como formas de autoridade polifônica (DUCROT, 1984/1987: 144), visto que as asserções introduzidas pelas referidas expressões não são, necessariamente, atribuídas a *L*, mas são de responsabilidade de outro sujeito.

Ainda de acordo com o que postula o lingüista francês, as formas de autoridade polifônica constituem-se como argumentos incontestáveis, já que, na realidade, *L*

mostra um enunciador (que representa, não necessariamente, a sua voz), asseverando certa proposição, ou seja, por serem introduzidos ao nível do mostrar, os argumentos por autoridade polifônica não podem ser julgados em termos de verdade ou falsidade.

Ducrot ainda estabelece que nesse tipo de construção, após introduzir essa voz alheia, que sustenta um argumento indiscutível, *L* se apóia sobre essa primeira asserção introduzindo uma segunda, ou seja, o locutor encadeia sobre a primeira proposição, uma outra, cuja apresentação é considerada legítima, devido à relação entre as propriedades de ambas.

Levando em conta essas premissas, no que tange ao enunciado em questão, “[...] ele teria recebido passagens para uso pessoal e o de seus familiares”, podemos considerar que, mesmo não estando em ordem linear, há um encadeamento para esse argumento, o qual seja: “por isso, favoreceu pousos e decolagens de uma companhia aérea”.

Desse modo, entendemos que o locutor se vale do recurso da autoridade polifônica para apresentar um argumento incontestável e, ao mesmo tempo, se eximir da responsabilidade da asserção que introduz o motivo pelo qual o sargento Trifilio havia favorecido uma companhia aérea.

Mais um movimento de afastamento por parte do locutor com relação à perspectiva dos controladores de voo pode ser notado quando *L* relata em discurso indireto que o advogado de Carlos Trifilio, Tadeu Corrêa, “disse que vai recorrer da prisão sob a alegação de que seu cliente não teve direito a defesa” e, logo em seguida, enuncia que “o recurso judicial para reverter decisão superior é considerado um ato de insubordinação”, ou seja, até mesmo uma tentativa jurídica para defender o líder dos controladores é apresentada como ato de insubordinação.

O fato de *L* introduzir a voz do advogado de Trifilio em seu discurso não pode ser tomado como aleatório ou não intencional, visto que o enunciado que sucede esse relato deixa bastante evidente o motivo pelo qual *L* convoca essa voz, isto é, mais uma vez o locutor marca sua posição contrária aos controladores.

Como foi comentado, determinadas expressões também explicitam a assimilação ou o distanciamento do locutor com relação às vozes alheias. Tendo em vista esse fato, podemos notar que ao declarar “Mesmo assim, os *rebelados* em Brasília foram brindados com a visita do ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, [...]”, *L* designa os controladores como *rebelados*, e mostra, por conseguinte, uma avaliação negativa, distanciando-se, conseqüentemente, dessa classe.

Ainda com relação a esse último enunciado, chama-nos atenção o uso da expressão “mesmo assim”, que pode ser considerada um operador argumentativo. Segundo Ducrot, a *argumentação está na própria língua*, ou seja, existem elementos lingüísticos que possuem força argumentativa, que apresentam por característica o fato de conduzirem a determinada conclusão. Dentre esses elementos, estão os operadores argumentativos, que têm por função orientar a argumentação em um texto.

Essa orientação dada pelos operadores ocorre, em geral, em função de uma diversidade de vozes que surgem em decorrência desses elementos, ou seja, os operadores são essencialmente polifônicos.

No enunciado citado, o emprego do operador “mesmo assim”, possibilita a observação das vozes de dois enunciadores distintos. Esse operador permite a retomada de um ponto de vista anteriormente veiculado e antecipa uma perspectiva contrária à primeira. No texto em questão, o ponto de vista retomado se refere ao fato de os controladores de vôo terem parado o país, o que nos leva a inferir que devido a suas atitudes, tais controladores deveriam ser punidos. Em contrapartida, uma perspectiva oposta a essa primeira é engendrada: os controladores foram brindados com a visita do ministro do Planejamento, ou seja, ao contrário de serem punidos, foram beneficiados.

É interessante que, ao introduzir vozes opostas, o operador “mesmo assim” confere ao segundo ponto de vista uma força muito maior, conduzindo o leitor, no caso do texto em questão, a considerar um erro, e até mesmo um grande absurdo, a atenção dada pelo governo aos controladores. Deve-se concluir que é com este segundo ponto de vista que o locutor se identifica.

Essas evidências lingüísticas nos possibilitam perceber a introdução, no texto, de outro conflito de vozes. Dessa vez, no entanto, esse conflito não é entre controladores de vôo e Aeronáutica, mas trata-se de um conflito político, em que entram em confronto um discurso político e um discurso contrário a esse.

O locutor deixa claro, já no início do terceiro parágrafo do texto, que é do governo a responsabilidade pelo confronto entre controladores e oficiais da Aeronáutica. Ao asseverar “A deterioração das relações entre subordinados e superiores na Aeronáutica é resultado de equívocos do próprio governo”, *L* apresenta uma perspectiva que culpa o governo pela “deterioração das relações entre subordinados e superiores na Aeronáutica”.

A partir dessa asserção, *L* passa a relatar os equívocos cometidos por determinados ministros que, a fim de solucionar os problemas ocasionados pelas manifestações dos controladores, precipitaram-se e tomaram decisões conturbadas, acirrando a disputa entre oficiais da Aeronáutica e controladores.

A voz de um dos políticos que, representando o Governo Federal, propôs um acordo com os controladores, pode ser ouvida no seguinte fragmento do texto:

Mesmo assim, os rebelados em Brasília foram brindados com a visita do ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, que não apenas disse que seriam atendidas suas reivindicações – basicamente desmilitarização do setor e aumento salarial –, como chegou a desautorizar a Aeronáutica a puni-los pela insubordinação.

Podemos notar, nesse enunciado, que as decisões transmitidas pelo ministro são relatadas em discurso indireto, e a voz do governo, nesse fragmento, é apresentada como uma voz que, empenhada em cumprir seu dever de proporcionar o bem comum, precipita-se e abre concessões para dar fim à desordem provocada pelos controladores. De certo, ao produzir seu discurso, o ministro do Planejamento não utilizou as expressões apresentadas por *L*, mas este traduziu o discurso desse ministro, acentuando-o com um tom de desaprovação, isto é, esse relato confirma, novamente, que por mais que tente se esconder e aparentar imparcialidade, *L* impõe seu posicionamento pelo modo como apresenta a voz do outro.

Ao relatar o discurso político de forma indireta e utilizar suas próprias palavras para relatá-lo, *L* acaba por abrir espaço para uma perspectiva contrária à do governo. Essa perspectiva pode ser notada a partir de vários elementos, como o operador argumentativo “não só...como”, o qual permite a observação das vozes de dois enunciadores, *E1* e *E2*, que engendram argumentos que convergem para uma mesma conclusão. Assim, temos *E1* que enuncia que as reivindicações dos controladores seriam atendidas, e *E2* que acrescenta à perspectiva de *E1* o fato de que o ministro do Planejamento chegou a desautorizar a Aeronáutica a punir os controladores pela insubordinação. Tais vozes parecem convergir para uma mesma conclusão, que poderia ser: “Os controladores não serão punidos por terem parado o país e quebrado a hierarquia militar”. Fica evidente que, ao fazer ouvir esses pontos de vista, *L* nos permite perceber uma perspectiva que vai de encontro às atitudes do governo, ou seja, uma voz que entra em conflito com as decisões políticas. Isso fica bastante claro desde o início do enunciado, quando é empregada a expressão *mesmo assim*, até a apresentação das promessas do governo, em que certa indignação pode ser sentida na própria escolha de palavras, e os fatos parecem ser apresentados como absurdos. Além disso, podemos considerar que esse tom crítico dado ao discurso é mais uma evidência do movimento dialógico de distanciamento empreendido por *L* com relação ao discurso político.

Como comentado, *L* introduz, no início do terceiro parágrafo do texto, uma perspectiva contrária ao discurso político aí presente. Essa oposição deve-se ao fato de o governo apresentar uma postura contraditória no que tange à resolução da crise aérea. É interessante notar que, após decidir ceder às reivindicações dos controladores, o governo voltou atrás e concedeu novamente à Aeronáutica o poder de tomar decisões quanto às atitudes dos controladores. No entanto, essa indecisão do governo, que é apresentado como precipitado e manipulável, só fez acirrar a disputa entre as duas classes em conflito. A consequência da hesitação do governo pode ser observada em vários fragmentos do texto, como no seguinte: “Com isso, a cúpula da Aeronáutica recuperou seu poder, *mas* saiu desmoralizada diante dos controladores”.

Esse último enunciado apresenta o “operador argumentativo por excelência”, o operador “mas”<sup>9</sup>, que tem por característica o fato de colocar em cena duas vozes divergentes, dois enunciadores cujos pontos de vista apontam para conclusões (*r*) opostas. É interessante que o argumento introduzido pelo operador “mas” é dotado de maior força argumentativa e, portanto, a conclusão para a qual esse argumento conduz prevalece. Desse modo, no enunciado destacado, distinguimos a voz de *E1*, que enuncia que *a cúpula da Aeronáutica recuperou seu poder*, e que conduz à conclusão, *r. e saiu prestigiada (com moral) diante dos controladores*; e a voz de *E2*, que enuncia a conclusão *~r. mas saiu desmoralizada diante dos controladores*. Dessa forma, *L* mostra, a partir do uso do operador *mas*, que, ao contrário do que se poderia pensar pela perspectiva de *E1*, os controladores de vôo não voltaram a respeitar os militares depois que estes passaram a ser apoiados pelo governo, como mostra o ponto de vista de *E2*.

A idéia, defendida por Ducrot, de que a argumentação está na língua fica bastante evidente quando observamos elementos como o operador “mas”, o qual dá instruções que indicam ao alocutário a conclusão que deve tirar do enunciado. Esses elementos da língua dotados de força argumentativa têm um papel decisivo no processo de identificação das manobras desempenhadas por *L* para apresentar seu ponto de vista. No enunciado analisado, o operador “mas” permite-nos interpretar que, a despeito de ter recuperado seu poder, a Aeronáutica saiu desmoralizada diante dos controladores, o que nos leva a entender essa afirmação como mais um argumento contra a postura do governo perante a crise entre controladores e oficiais, isto é, o enunciado introduzido por “mas”, nesse caso, constitui-se como mais uma estratégia de *L* para fundamentar seu posicionamento contrário à voz política presente em seu discurso.

Ao longo do texto, observamos o movimento de distanciamento de *L* com relação às vozes do governo e dos controladores de vôo, e percebemos que ora esse afastamento se dá de forma bastante evidente, ora de modo mais dissimulado. Analisando o enunciado: “O que se vê nos aeroportos é consequência do

---

<sup>9</sup> Como apresentado no terceiro capítulo deste trabalho, existem dois tipos de funcionamento para a conjunção *mas*. Quando destacamos esse operador na reportagem selecionada, não estamos tratando do operador *masSN*, que, apesar de ter força opositiva, não apresenta força argumentativa. Referimo-nos ao operador *masPA*, que é caracteristicamente dotado de tal força.

acirramento e da insubordinação, deixando evidente que os controladores estão usando seu poder para sabotar o tráfego aéreo e, quem sabe, obter as vantagens que desejam” entendemos que, nesse exemplo, o locutor, mesmo não se marcando explicitamente, uma vez que utiliza o recurso da voz passiva, apresenta de forma bastante assertiva seu ponto de vista, isto é, *L* desqualifica explicitamente a voz dos controladores ao asseverar que esses têm agido como manipuladores, aproveitando sua força para conseguir o que desejam. Com isso, o locutor acaba por marcar, mais uma vez, seu posicionamento frente a essa voz.

Como admite Ducrot (1977, 1984/1987), para entendermos o sentido de um enunciado, precisamos levar em conta os enunciados que o sucedem. No caso do último enunciado destacado, podemos dizer que sua observação auxilia no processo de compreensão das motivações que levaram *L* a inserir a voz da Aeronáutica logo após desqualificar a voz dos controladores. De fato, não parece ter sido por acaso que *L*, depois de criticar o comportamento dos controladores, relata, em discurso direto, a voz de um oficial da Aeronáutica comentando a prisão de Trifílio e as providências que serão tomadas pelos oficiais. Ao relatar: “Essa prisão foi a primeira de uma série. Cansamos de diálogo. Não dá mais para negociar”, *L* parece dar voz à Aeronáutica a fim de, novamente, justificar a atitude radical tomada por essa classe, isto é, essa voz, ao contrário do que poderia parecer em outro contexto, não é apresentada como autoritária, visto que *L* insere esse discurso depois de apresentar a classe dos controladores como culpada da desordem na aviação. Além disso, o próprio enunciado negativo presente no discurso da Aeronáutica já pode ser considerado uma justificativa para a atitude dos oficiais.

De acordo com Ducrot (1984/1987), toda vez que se nega algo, imagina-se que alguém pense o contrário e é a essa afirmação subjacente que se faz oposição, isto é, há sempre uma perspectiva afirmativa subjacente aos enunciados negativos. Desse modo, a maior parte dos casos de negação é polifônica. No enunciado “Não dá mais para negociar”, essa polifonia é bastante clara, já que podemos identificar aí uma voz afirmativa: “Dava para negociar”, e uma voz que se opõe a essa perspectiva, “Não dá (mais) para negociar”.

Quando dissemos que esse enunciado negativo já pode ser considerado uma justificativa para a atitude dos oficiais, referimo-nos ao fato de que por meio dele é possível entender que os oficiais da Aeronáutica tentaram negociar anteriormente, ou seja, buscaram uma solução pacífica, e não foram atendidos. Desse modo, essa voz é, mais uma vez, apresentada como sensata e correta.

No início do último parágrafo do texto, ao relatar o encontro entre o ministro Waldir Pires, da Defesa, o comandante da Aeronáutica, o brigadeiro Juniti Saito, e o presidente Lula, *L* explicita as principais vozes presentes na reportagem. A perspectiva do ministro Pires, que, na realidade, parece se assimilar à voz dos controladores, e a do brigadeiro Saito, que se integra, notavelmente, à da Aeronáutica, são apresentadas de forma claramente antagônica. Assim, esses posicionamentos que vêm se delineando por todo o texto são visivelmente contrapostos nesse momento.

O interesse dos controladores de vôo é, então, apresentado por intermédio da voz do ministro da defesa, relatada por *L* da seguinte forma: “Pires voltou a defender a desmilitarização do setor”. Percebemos, nessa tradução feita por *L* do discurso de Pires, que o emprego da forma verbal “voltou” faz ouvir dois enunciadores, *E1* e *E2*, que carregam um conteúdo pressuposto (*pp*) e um posto (*p*), respectivamente, como mostra o esquema:

$$L \left\{ \begin{array}{l} E1 \rightarrow \text{Pires já defendeu a desmilitarização do setor antes. (pp)} \\ E2 \rightarrow \text{Pires está novamente defendendo a desmilitarização do setor. (p)} \end{array} \right.$$

Por outro lado, a voz de Saito, representante da voz da Aeronáutica, é apresentada da seguinte forma: “Saito irritou-se com a proposta do ministro, disse que não permitiria novas quebras da hierarquia militar e ameaçou entregar o cargo caso Lula autorizasse negociações entre um ministro civil e os controladores militares”. Podemos perceber nesse enunciado duas perspectivas antagônicas, como o esquema mostra:

$$L \left\{ \begin{array}{l} E1 \rightarrow \text{Saito disse que permitiria novas quebras da hierarquia militar.} \\ E2 \rightarrow \text{Saito disse que não permitiria novas quebras da hierarquia militar.} \end{array} \right.$$

Fica claro, então, que *E2* se opõe a uma perspectiva afirmativa subjacente, ou seja, *E2* é uma resposta a um enunciado hipotético que afirma que o comandante da Aeronáutica *permitiria novas quebras da hierarquia militar*.

Além dessas vozes, o relato da voz de Saito permite a observação de um fator bastante interessante apontado por Bakhtin. Segundo o princípio defendido por esse teórico, os enunciados são uma espécie de resposta a enunciados passados ou mesmo uma provocação a possíveis enunciados futuros, ou seja, estão ligados a elos anteriores que os determinam ou a elos posteriores para os quais apontam. Sendo assim, o seguinte enunciado: “[...] ameaçou entregar o cargo caso Lula autorizasse negociações entre um ministro civil e os controladores militares” permite-nos observar um diálogo com um possível enunciado futuro do presidente Lula. Esse enunciado é construído como uma espécie de provocação à possível autorização, por parte do presidente, de negociações contrárias aos interesses da Aeronáutica. Além disso, entendemos que esse enunciado só foi possível porque está respaldado em um evento passado, isto é, está diretamente relacionado ao fato, apresentado no texto, de que o governo já permitiu negociações entre um ministro – *Paulo Bernardo, do Planejamento* – e os controladores de voo. De fato, não podemos separar, na análise de qualquer discurso, um enunciado dos demais que a ele estão relacionados sem correr o risco de deixar de considerar aspectos importantes para a sua compreensão, ou seja, estejam esses outros enunciados presentes na materialidade do discurso ou na memória discursiva dos interlocutores, ou, quem sabe, façam parte de um possível discurso futuro, sua consideração é indispensável para a produção de sentidos do discurso como um todo.

Notamos, ainda, que, além das vozes dos controladores e dos oficiais da Aeronáutica, estão também presentes nesse último parágrafo o discurso político e aquele que a ele se contrapõe, isto é, é também explicitada uma voz contrária às atitudes do governo.

O posicionamento do governo é apresentado da seguinte forma: “Ao final, Lula arbitrou a disputa em favor do comandante da Aeronáutica, dando carta branca para que a cúpula militar jogue duro com os insubordinados”. A decisão do governo, por fim, foi a favor da Aeronáutica, o que ratifica o caráter contraditório dessa voz que ora se compromete a atender as exigências de uma classe, ora faz o caminho inverso e considera os argumentos de outra.

Além da constatação da falta de firmeza do governo, fica também clara, nesse enunciado, a condição de confronto entre a classe dos controladores de vôo e os oficiais da Aeronáutica, visto que, ao escolher a palavra *disputa* para definir a relação entre essas classes, o locutor verbaliza a controvérsia entre essas vozes e coloca o governo como uma voz que, dotada de grande autoridade, se porta como um juiz que decide em favor de um dos dois lados em confronto.

Chama atenção o evidente caráter opinativo e argumentativo da parte final do texto. É possível perceber aí um outro tipo de movimento dialógico, destacado por Rodrigues (2005) em uma de suas análises: *o movimento dialógico de interpelação*. Um único ponto de vista é apresentado como a verdade, como o posicionamento que todos os interlocutores devem aceitar. Há uma relação impositiva por parte do locutor, marcada por expressões taxativas como as que aparecem nos seguintes enunciados:

*Um mínimo de respeito e hierarquia é necessário em qualquer ambiente de trabalho, mais ainda se for um ambiente militar. Seria útil se o governo percebesse de uma vez por todas que abrir mão da disciplina entre militares é um precedente perigoso sob qualquer ponto de vista .*

Podemos sentir, mais claramente nesse momento final do texto, a imposição de uma voz que está firmada em um discurso positivista que prega a ordem, a subordinação, a disciplina. Essa voz demonstra certa indignação com relação à indecisão do governo, ou seja, é uma voz que tem por fim atacar o governo, já que esse, ao propor um acordo com os controladores – portadores de um discurso totalmente anti-positivista –, mostrou que seu compromisso com a ordem é duvidoso.

A ideologia positivista que reveste o discurso de *L* torna-se evidente nessa parte final do texto, e a presença do sujeito da enunciação se explicita pelo modo argumentativo com que esses últimos enunciados são construídos. Ao defender a disciplina a partir de construções impositivas como “é necessário” e “é um precedente perigoso”, *L* assume, claramente, sua posição, e a coloca como a única aceitável, já que afirma que abrir mão da disciplina entre militares é perigoso sob qualquer ponto de vista, ou seja, seu ponto de vista é apresentado como universal, como verdadeiro. Essa atitude do locutor, porém, trai um dos princípios mais importantes do gênero reportagem: a tão comentada imparcialidade.

Percebemos, ainda, no trecho destacado, além do caráter impositivo de algumas construções, outras estratégias utilizadas por *L* a fim de fazer valer sua opinião, como o sarcasmo, por exemplo. Ao enunciar que “seria útil se o governo percebesse de uma vez por todas que abrir mão da disciplina entre militares é um precedente perigoso sob qualquer ponto de vista”, o locutor ridiculariza o governo, visto que o apresenta como “cego”, já que é incapaz de perceber algo tão evidente e tão importante. O próprio fato de dizer “de uma vez por todas” indica a impaciência de *L* perante a demora do governo em entender a questão e tomar providências para o estabelecimento da ordem.

A partir desses últimos enunciados do texto, a postura do locutor parece confirmar sua assimilação com a voz da Aeronáutica, visto que o que é defendido pelos oficiais é exatamente a subordinação à hierarquia militar, o que pode ser traduzido como uma defesa ao respeito, à disciplina, enfim, à ordem, para se chegar ao progresso.

Além dos movimentos dialógicos de assimilação, distanciamento e interpelação, um outro movimento desempenhado por *L* nos chama atenção: o movimento de engajamento. Observando o título do texto, percebemos que ao enunciar “Somos vítimas da baderna”, o locutor alça seus interlocutores à sua posição, ou seja, ao utilizar a primeira pessoa do plural, além de se incluir no enunciado, *L* também inclui a voz de seus interlocutores, o que nos permite inferir que o *eu=L* é, na realidade, um *nós*, ou seja, é a voz de todos aqueles que são *vítimas* do caos estabelecido nos

aeroportos; de todos os que enfrentam os atrasos e cancelamentos de vôos que têm ocorrido desde o desastre aéreo de setembro de 2006.

Todo esse encaminhamento que o locutor dá às vozes que insere em seu discurso nos permite dizer que, apesar de o texto “Somos vítimas da baderna” ser polifônico, há uma hierarquia em sua construção. É claro que não explicitamos todas as vozes aí presentes, mas as principais foram destacadas. Pudemos, então, perceber que a voz da Aeronáutica e aquela que se opõe ao governo predominam e acabam por se sobressair perante a voz dos controladores de vôo e a do governo. Essa afirmação se confirma quando observamos que *L* se assimila às duas primeiras vozes e empreende um movimento de distanciamento com relação às últimas, induzindo, assim, seu alocutário a concordar que a Aeronáutica e o discurso de oposição ao governo são detentores dos únicos pontos de vista que merecem consideração.

## 5 CONCLUSÃO

Ao longo do percurso empreendido buscamos explicitar as reflexões teóricas que nos guiaram no desenvolvimento desse estudo e deixar claro o lugar do qual pretendíamos enunciar. Assim, o trajeto que percorremos fixou-se no campo da Enunciação, já que o objeto de nossa investigação não estava pautado na análise da língua tomada como sistema e fora de contexto, mas centrava-se no estudo da língua *em sua integridade concreta e viva*, como diria Bakhtin, isto é, da língua em uso, do discurso.

Tendo por objetivo estudar o processo de enunciação e, em especial, aquele que enuncia, convocamos, para integrar nosso discurso, vozes de autores como Benveniste, Bakhtin, Ducrot e Authier-Revuz e, baseados nas perspectivas desses autores, delimitamos nosso ponto de observação quanto ao sujeito da enunciação, propondo-nos a investigar um sujeito dialogicamente constituído, um sujeito que, longe de ser o dono absoluto de seu dizer, é atravessado por outros sujeitos, e que, sendo constituído por vozes distintas, por vezes conflitantes, é um dos responsáveis pela produção de sentidos do enunciado.

A noção de sujeito com a qual decidimos trabalhar nos conduziu ao estudo do fenômeno da polifonia, e, mais especificamente, as contribuições de Bakhtin e de Ducrot a respeito desse tema nos possibilitaram estudar o sujeito da enunciação a partir de duas perspectivas, e nos fizeram entender que um estudo que articulasse essas perspectivas era possível e, até mesmo, necessário.

Durante o desenvolvimento desse estudo, empenhamo-nos por apresentar os postos teóricos de Bakhtin e de Ducrot, e admitimos que esses autores têm concepções distintas, uma vez que o pensador russo situa seus estudos num campo exterior à Lingüística da *langue* e concebe a utilização de elementos extralingüísticos para dar conta da linguagem, enquanto Ducrot estabelece que sua abordagem é estritamente centrada nas formas da língua.

O que nos chamou atenção, no entanto, foi o fato de que ambos os autores defendem uma construção heterogênea do sujeito da enunciação, já que se negam a concebê-lo como único e absoluto, mas acreditam que não haja um sujeito que enuncie sozinho, visto que seu discurso é constituído por muitas vozes, daí a idéia de polifonia constitutiva do discurso e de enunciado polifônico.

O estudo que empreendemos nos possibilitou destacar pontos de contato entre as teorias bakhtiniana e ducrotiana, e pudemos constatar que os postulados desses autores se aproximam quando percebemos que: a) mesmo inserindo seu trabalho no interior da Metalingüística/Translingüística, Bakhtin afirma que *as pesquisas metalingüísticas, evidentemente, não podem ignorar a Lingüística e devem aplicar os seus resultados*, isto é, o autor admite que os resultados da Lingüística são importantes para o estudo de linguagem que propõe; b) para trabalhar com a noção de polifonia, mesmo centrado na língua, Ducrot acaba por contribuir para que o conceito de Lingüística inclua uma visão dialógica da linguagem, ou seja, a Lingüística com a qual trabalha o lingüista francês não se fecha num código estático, na *langue*, mas se abre para a *parole*, para a noção de alteridade; c) tanto Bakhtin quanto Ducrot admitem que o locutor não agrega a seu discurso vozes de outros sujeitos de forma neutra, mas efetua manobras discursivas a fim de explicitar sua assimilação ou afastamento com relação a determinada voz; d) há semelhanças entre o modo como Bakhtin e Ducrot entendem a questão do sentido: o primeiro afirma que o sentido de uma palavra não pode ser identificado nela mesma, mas somente em um contexto determinado, no diálogo que ela mantém com outras palavras já enunciadas ou por enunciar em outro contexto, de onde ela recebe algum acento ao qual junta um acento novo; o último postula que o sentido de um enunciado também não se encontra nele mesmo, tomado isoladamente, mas na relação que mantém com os demais enunciados em um discurso, devendo ser buscado nos enunciados que ele permite no encadeamento discursivo.

Tendo por respaldo esses pontos em comum entre as teorias bakhtiniana e ducrotiana, decidimos empreender um estudo levando em conta o caráter dialógico da linguagem, observando tanto a polifonia existente entre discursos distintos, como a multiplicidade de vozes presentes dentro dos próprios enunciados. Desse modo, trabalhamos com as concepções dos referidos autores de forma complementar, a

fim de melhor explicitarmos como o(s) sujeito(s) da enunciação se manifesta(m) no discurso.

A opção pelo gênero reportagem se deu em função da expectativa de apreender na sua constituição um alto grau de alteridade, em que uma gama de vozes distintas poderiam ser ouvidas.

Em vista da riqueza dos recursos lingüístico-enunciativos presentes na sua estruturação, escolhemos um único texto para análise, mesmo cientes de que este não poderia ser entendido como representativo do gênero.

Sabendo que uma das principais características do texto midiático é a construção de um discurso objetivo e impessoal, observamos que a multiplicidade de vozes presentes na reportagem sob análise poderia ser entendida como uma estratégia a fim de ocultar o sujeito que enuncia e garantir um efeito de impessoalidade e imparcialidade ao texto, isto é, fazendo ouvir diferentes vozes, o sujeito se eximiria da responsabilidade pelo que é enunciado e o texto adquiriria um aspecto objetivo.

Após uma análise mais detalhada, porém, constatamos que esse esforço para produzir um texto impessoal não passa de uma estratégia de persuasão efetuada pelo sujeito a fim de impor seu posicionamento de forma implícita e, dessa forma, convencer seus interlocutores a aceitarem sua opinião sem que se sintam manipulados.

Chegamos a essa ilação por meio da observação do princípio, defendido por Bakhtin (1929/2005, p. 195), de que “as palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais”, ou seja, por mais que tente produzir um texto impessoal, ao convocar vozes alheias para integrar seu discurso, o sujeito acaba deixando, no relato dessas vozes, traços de sua subjetividade. Atentamos, então, para o fato de que as vozes alheias presentes na reportagem são organizadas de modo que o locutor, sujeito responsável pelo que é enunciado, efetua movimentos dialógicos que explicitam seu posicionamento perante as vozes que agrega ao “seu” discurso, ou seja, o locutor “joga” com a voz do outro a fim de marcar sua própria

posição. Pudemos, assim, perceber, na reportagem selecionada, movimentos dialógicos de assimilação, de distanciamento, de interpelação e de engajamento.

Mediante a análise feita com o auxílio teórico de Bakhtin e Ducrot, pudemos constatar que o “outro” é, de fato, constitutivo do “eu”, uma vez que, na constituição do discurso, o “eu” não enuncia sozinho, mas o discurso desse outro está, o tempo todo, atravessando sua fala. Pelo texto analisado, pudemos, ainda, constatar que, embora nem sempre a voz do outro seja assimilada pelo locutor, sendo, muitas vezes inserida no discurso para ser refutada, não se pode negar que essas vozes alheias, sendo similares ou “avessas” à voz de *L*, constituem-se como demarcadores indispensáveis para a constituição do sujeito da enunciação. E é, então, nesse confronto de vozes, nessas várias representações, que o sujeito se manifesta no discurso e se apresenta como múltiplo.

## 6 REFERÊNCIAS

- 1 AUSTIN, J. L. (1962). **Quando dizer é fazer**. Tradução de Paulo Roberto Ottoni. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- 2 AUTHIER-REVUZ, J. (1982). **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- 3 \_\_\_\_\_. Heterogeneidades enunciativas. **Caderno de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.
- 4 \_\_\_\_\_. (1992). **Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer**. Tradução de Cláudia R. C. Pfeiffer et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- 5 BAKHTIN, M. M. (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud et al. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- 6 \_\_\_\_\_. (1929). **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- 7 \_\_\_\_\_. (1979). **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- 8 BARBI, S. H. A teoria polifônica de Ducrot e a análise do discurso. **Revista de Estudos Lingüísticos**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 183-209, jan./jun. 1999.
- 9 BARBISAN, L. B. Por uma abordagem argumentativa da linguagem. In: GIERING, M. E.; TEIXEIRA, M. (Org.). **Investigando a linguagem em uso: estudos em Lingüística Aplicada**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004. p. 57-77.
- 10 \_\_\_\_\_. A definição argumentativa do léxico no discurso. In: **VI Congresso Latinoamericano de Estudios del Discurso**, 2005, Santiago. América Latina en su discurso, 2005.
- 11 BARBISAN, L. B.; TEIXEIRA, M. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. **Organon**, Porto Alegre, v. 16, n. 32/33, p. 161-180, 2002.
- 12 BARROS, D. L. P. de. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, D. L. P. de; FIORIN, J. L. (Org.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 1-9.
- 13 \_\_\_\_\_. Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. p. 25-36.
- 14 BENVENISTE, E. (1966). **Problemas de Lingüística Geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas: Pontes, 1991.

- 15 \_\_\_\_\_. (1974). **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- 16 BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-31.
- 17 BRANDÃO, H. H. N. **Subjetividade, argumentação, polifonia**: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- 18 BRANDÃO, T. A heterogeneidade do sujeito: contribuições de teorias da enunciação. In: INDURSKY, F.; CAMPOS, M. do C. (Org.). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000. p. 159-167.
- 19 CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Tradução de Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- 20 CHAUI, M. de S. A destruição da subjetividade na filosofia contemporânea. **Jornal da Psicanálise**, São Paulo, ano 8, n. 20, p. 29-36, 1976.
- 21 DEZERTO, F. B. A construção identitária do discurso homossexual: uma abordagem da alteridade no discurso. In: X Congresso Nacional de Filologia e Lingüística, 2006, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF: Análise do Discurso**. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2006. v. X, n. 10, p. 39-53.
- 22 DISCINI, N. **O estilo nos textos**: história em quadrinhos, mídia, literatura. São Paulo: Contexto, 2003.
- 23 DUCROT, O. et al. **Les mots du discours**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- 24 DUCROT, O. (1972) **Princípios de Semântica Lingüística**: dizer e não dizer. Tradução de Carlos Vogt et al. São Paulo: Cultrix, 1977.
- 25 \_\_\_\_\_. Prefácio. In: VOGT, C. **O intervalo semântico**. São Paulo: Ática, 1977.
- 26 \_\_\_\_\_. (1984) **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- 27 \_\_\_\_\_. **Polifonía y argumentación**. Cali: Universidad del Valle, 1988.
- 28 \_\_\_\_\_. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989. p. 13-38.
- 29 \_\_\_\_\_. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 169-183, 1998. Entrevista concedida a Heronides Maurílio de Melo Moura por Oswald Ducrot.
- 30 \_\_\_\_\_. Os internalizadores. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 7-26, set. 2002.
- 31 FLORES, V. **Lingüística e Psicanálise**: princípios de uma semântica da enunciação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

- 32 FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à lingüística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.
- 33 GRILLO, S. V. de C. Discurso alheio: polifonia e apreensão. In: SILVA, L. A. da. (Org.). **A língua que falamos: português: história, variação e discurso**. São Paulo: Globo, 2005, p. 73–104.
- 34 GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 1987.
- 35 KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- 36 KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção escrita. **D.E.L.T.A.**, v. 14, p.169-190, 1998.
- 37 LAGE, N. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- 38 MAINGUENEAU, D. **Elementos de lingüística para o texto literário**. Tradução de Maria Augusta de Matos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- 39 MARTINS, E. J. **Enunciação e diálogo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- 40 NORMAND, C. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S. L.; Parlato, E. M.; RABELLO, S. (Org.) **O falar da linguagem**. São Paulo: Lovise, 1996. p. 127-152.
- 41 OLÍMPIO, H. de O. A estratégia de nominalização: pressuposição, memória discursiva e argumentação. **Revista Saberes Letras: lingüística, língua, literatura, Vitória**, v.4, n. 1, p. 69-79. jul./dez. 2006.
- 42 ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- 43 ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: ORLANDI, E. P. et al. (Org.). **Sujeito & texto**. São Paulo: EDUC, 1988. p. 17-36.
- 44 PÊCHEUX, M. (1975) **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- 45 \_\_\_\_\_. (1983) A análise do discurso: três épocas. In: GADET, F; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 311-319.
- 46 RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-

- ROTH, D. (Org.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 152-183.
- 47 SAUSSURE, F. (1916). **Curso de Lingüística Geral**. Tradução de A. Chelini et al. São Paulo: Cultrix, 1974.
- 48 TEZZA, C. A construção das vozes no romance. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. p. 209-217.

## ANEXO

### Somos vítimas da baderna

O caos volta aos aeroportos e, desta vez, com inquietantes ações de quebra na hierarquia militar.

Otávio Cabral

27/06/2007

Desde o desastre aéreo que matou 154 pessoas em setembro do ano passado, o caos nos aeroportos virou uma crise crônica. De lá para cá, cenas de filas intermináveis de passageiros à espera de vôos cancelados ou em atraso já se repetiram uma dezena de vezes. Na semana passada, a baderna voltou a dar o ar de sua graça. Controladores de vôo em Brasília, de onde é monitorada a maior parte do tráfego aéreo do país, fizeram uma operação tartaruga, alegando falhas nos equipamentos. Causaram atrasos de até 24 horas, cancelamento de quase 20% dos vôos em alguns períodos e até o fechamento temporário dos aeroportos no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. A diferença, agora, é que o apagão aéreo se misturou com a quebra cada vez mais ostensiva da hierarquia militar. Em meio à balbúrdia dos controladores, a Aeronáutica anunciou a prisão de um líder do movimento, o sargento Carlos Trifilio, provocando acirramento do confronto entre controladores e oficiais. "Há um clima de guerra entre eles. Não existe mais respeito, não há mais comando", diz o deputado Vic Pires Franco, membro da CPI do Apagão Aéreo, que visitou as instalações do Cindacta 1, onde trabalham os controladores de Brasília.

A Aeronáutica afirma que Carlos Trifilio será preso por dois motivos. Primeiro porque usou, durante oito minutos, uma linha telefônica interna exclusiva do controle de tráfego aéreo para fazer mobilização sindical, o que é proibido pelo Código Militar. O outro motivo é uma entrevista que o sargento deu, sem autorização superior, a uma revista mensal, Universo Masculino, na qual promete fazer novas paralisações, afirma ser espionado pelos militares e critica a formação e o nível profissional dos controladores. "As pessoas são atraídas pela estabilidade no emprego militar. Entra qualquer um. Eu tenho controlador gago, tenho controlador surdo." Contra o sargento tramita ainda um processo na Justiça Militar no qual é acusado de favorecer pousos e decolagens de uma companhia aérea. Em troca, ele teria

recebido passagens para uso pessoal e o de seus familiares. Seu advogado, Tadeu Corrêa, disse que vai recorrer da prisão sob a alegação de que seu cliente não teve direito a defesa. Entre os militares, o recurso judicial para reverter decisão superior é considerado um ato de insubordinação.

A deterioração das relações entre subordinados e superiores na Aeronáutica é resultado de equívocos do próprio governo. Em outubro de 2006, quando os controladores fizeram suas primeiras manifestações, os ministros Waldir Pires, da Defesa, e Luiz Marinho, do Trabalho, negociaram diretamente com os líderes do movimento. A cúpula da Aeronáutica não gostou de ver insubordinados recebendo a atenção de ministros. Em março passado, a situação piorou. Controladores pararam o país e se amotinaram. Mesmo assim, os rebelados em Brasília foram brindados com a visita do ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, que não apenas disse que seriam atendidas suas reivindicações – basicamente, desmilitarização do setor e aumento salarial – como chegou a desautorizar a Aeronáutica a puni-los pela insubordinação. Os comandantes das três forças se uniram e emparedaram o presidente Lula, fazendo-o voltar atrás nas promessas, sob pena de criar uma crise militar mais grave. Com isso, a cúpula da Aeronáutica recuperou seu poder, mas saiu desmoralizada diante dos controladores. Hoje, no Cindacta 1, por exemplo, os controladores nem se dão ao trabalho de bater continência para os superiores.

O que se vê nos aeroportos é conseqüência do acirramento e da insubordinação, deixando evidente que os controladores estão usando seu poder para sabotar o tráfego aéreo e, quem sabe, obter as vantagens que desejam. A prisão de Carlos Trifilio é um sinal de que os militares estão dispostos a endurecer. "Essa prisão foi a primeira de uma série. Cansamos de diálogo. Não dá mais para negociar", afirma um oficial da Aeronáutica. De fato, na manhã de sexta-feira, outro controlador teve sua prisão decretada por insubordinação. Moisés Gomes de Almeida vai passar dez dias preso por ter dado entrevista à rádio CBN sem autorização superior. A Aeronáutica planeja ainda afastar do trabalho todos os controladores que vierem a se insubordinar. Catorze deles já foram afastados.

Na mesma manhã, o presidente Lula fez uma reunião com o ministro Waldir Pires, da Defesa, e o comandante da Aeronáutica, o brigadeiro Juniti Saito. Foi um encontro tenso. Pires voltou a defender a desmilitarização do setor. Saito irritou-se

com a proposta do ministro, disse que não permitiria novas quebras da hierarquia militar e ameaçou entregar o cargo caso Lula autorizasse negociações entre um ministro civil e os controladores militares. Ao final, Lula arbitrou a disputa em favor do comandante da Aeronáutica, dando carta branca para que a cúpula militar jogue duro com os insubordinados. Um mínimo de respeito e hierarquia é necessário em qualquer ambiente de trabalho, mais ainda se for um ambiente militar. Seria útil se o governo percebesse de uma vez por todas que abrir mão da disciplina entre militares é um precedente perigoso sob qualquer ponto de vista. Não apenas para o funcionamento dos aeroportos.